



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 63

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 16 de Junho de 2010

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Mark Marques.*

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Informação Parlamentar.

O Período de Tratamento de Assuntos Políticos iniciou-se com a aprovação, por unanimidade, de dois Votos de Saudação pelo 175º aniversário da Freguesia do Pico da Pedra, sendo o primeiro apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e o segundo pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação dos votos coube aos Srs. Deputados António Pedro Costa e José Rego, respectivamente.

Ao abrigo do artigo 174º foram proferidas duas declarações políticas:

A primeira pelo Sr. Deputado Pedro Gomes e sobre a qual usaram da palavra os Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

A segunda, pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Macedo (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

No período de tratamento de assuntos de interesse político relevante usaram da palavra os Srs. Deputados Carlos Mendonça (*PS*), Francisco Álvares (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*), Francisco César (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*).

O Período da Agenda da Reunião teve como primeiro ponto o **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2010 – “Incentivos e Fomento à Empregabilidade nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do projecto coube ao Sr. Deputado Berto Messias, participando posteriormente no debate os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), António Marinho (*PSD*), a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Berto Messias (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Mário Moniz (*BE*), Luís Silveira (*CDS/PP*) e Clélio Meneses (*PSD*).

Na sequência da declaração de voto do Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) pediu esclarecimentos.

Em seguida usou da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*) para um protesto.

O segundo ponto da Agenda da Reunião, o **Projecto de Resolução n.º 16/2010 – “Cria a Comissão Eventual para analisar a aplicação do Rendimento Social de Inserção nos Açores”**, foi também apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para apresentar o Projecto de Resolução, usou da palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Iniciado o debate usaram da palavra os Srs. Deputados João Costa (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*), Helder Silva (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Zuraida Soares (*BE*) e Nélia Amaral (*PS*).

O Projecto em apreço foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 35 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.
Façam o favor de ocupar os vossos lugares para procedermos à chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Herberto Santos da Rosa

Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Vera Mónica da Silva Alves **Teixeira Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis dos **Santos**

António Maria Silva **Gonçalves**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro **Rebelo** **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** **Martins**

Cláudio Borges **Almeida**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila **Martins** de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa **Machado** da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago **Gomes** da **Rosa**

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (*José Ávila*): Da Presidência do Governo Regional, Proposta de Decreto Legislativo Regional – Medidas de prevenção, controlo e redução da presença de roedores invasores e comensais.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*Mark Marques*): Da Presidência do Governo Regional, Proposta de Decreto Legislativo Regional – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA).

Baixou à Comissão de Política Geral.

Presidente: Deram entrada na mesa dois votos de saudação pela passagem dos 175 anos da elevação a freguesia do Pico da Pedra, apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PS.

O primeiro a dar entrada na mesa foi o do PSD, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado António Pedro Costa para apresentar o voto.

Deputado António Pedro Costa (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Saudação

175 anos do Pico da Pedra

Hoje é dia de festa na graciosa freguesia do Pico da Pedra. Inicialmente um lugar sufragâneo de Rabo de Peixe, Concelho da Ribeira Grande, esta localidade comemora os seus 175 anos de elevação à categoria de freguesia.

Trata-se de uma localidade de S. Miguel, com características urbanas e estruturas singulares que contribuem de forma única para o progresso e desenvolvimento da ilha e dos Açores.

Em 16 de Junho de 1835, Manuel Moniz, filho de Adão Lopes, lançou os alicerces do então pequeno lugar do Pico da Pedra, que se veio a tornar numa pujante e bem estruturada freguesia, quer em termos sociais, quer económicos ou culturais. Ele era neto de João Moniz, o fundador de Rabo de Peixe, sendo o seu carácter arrolado por Gaspar Frutuoso em “Saudades da Terra” ao assinalar que ele tinha as forças e habilidades de seu avô e como ele, nem zombando, nem fora de zombaria, dizia mentira.

Esta localidade, também conhecida por “Coimbra de S. Miguel”, é berço de inúmeras personalidades, designadamente Onésimo Teotónio de Almeida ou Cristovão de Aguiar, figuras celebrizadas no âmbito da literatura, ou Dinis Moreira da Mota, um dos precursores do cooperativismo, que foi conjuntamente com seu irmão Aristides Moreira da Mota dos mais activos promotores da autonomia açoriana e do projecto legislativo que serviu de incentivo ao processo que levou à promulgação do Decreto de 2 de Março de 1895, que concedeu autonomia administrativa aos distritos açorianos.

Esta freguesia, com uma população de cerca 2 mil e quinhentos habitantes, possui uma dinamização cultural intensa, com Museu Local, um banda filarmónica e uma orquestra ligeira, um grupo de cantares, clubes desportivos, um bom campo de futebol e recinto desportivo e boas estruturas, para além de uma Casa do Povo activa e a publicação regular de um jornal local.

Comemorar a data da criação de uma freguesia, é sempre um momento importante para as populações e uma ocasião de afirmação das suas potencialidades, da sua cultura, da sua história e dos seus usos e costumes.

Por isso, esta é uma oportunidade para se enfatizar e dar a conhecer as potencialidades do Pico da Pedra, que tem em Gilberto Bernardo um pesquisador notável das suas raízes históricas, reforçando o apego e o amor à terra. Trata-se, assim, de uma circunstância festiva, não apenas para os picopedrenses, mas para toda a Região.

Por ser uma data de grande significado, este Parlamento deve associar-se às celebrações dos 175 anos do Pico da Pedra, congratulando-se por este acontecimento.

Por isso, O Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais apresenta um voto de saudação por esta data festiva, para o Pico da Pedra, saudando todos os seus cidadãos e os seus legítimos representantes.

Horta, 16 de Junho de 2010

Os Deputados, *António Marinho, Jorge Macedo e António Pedro Costa*”.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Voto de Saudação, com o mesmo objecto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra, para fazer a sua apresentação, o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

175º aniversário da Freguesia de Pico da Pedra

Uma das mais importantes localidades do concelho da Ribeira Grande – o Pico da Pedra – comemora, hoje, 175 anos de elevação a freguesia.

Foi a 16 de Junho de 1835 que o lugar do Pico da Pedra, que antes estava integrado na freguesia do Senhor Bom Jesus de Rabo de Peixe, foi elevado à categoria de freguesia, sendo, actualmente, uma das mais valorizadas freguesias do concelho da Ribeira Grande, quer no domínio sócio cultural, como no económico.

Esta localidade, que conta com 2.426 habitantes, segundo os censos de 2001, terá iniciado o seu povoamento, provavelmente, no século XVI, tendo em conta o que escreveu o Dr. Gaspar Frutuoso na obra “Saudades da Terra”.

O crescimento do Pico da Pedra cedo se começou a concretizar, como é exemplo o ano 1836, com a inauguração de um dos grandes melhoramentos da localidade, a canalização da água potável e o respectivo chafariz.

Na segunda metade do século XIX são criadas na freguesia as escolas oficiais e, partir de 1881, realiza-se, com regularidade, a procissão do Orago, Nossa Senhora dos Prazeres.

No início do século XX surgem no Pico da Pedra, grupos de teatro, filarmónicas e uma tuna. O Padre Mendonça publica na “Revista Michalense” as “Memórias da Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres do Lugar do Pico da Pedra”, o primeiro trabalho impresso totalmente dedicado a esta freguesia.

Na segunda metade do século XX a população do Pico da Pedra passa, gradualmente, de tipicamente rural, dedicada na sua maioria à agricultura e pecuária, para uma população que se dedica, essencialmente, à prestação de serviços, empregada maioritariamente em Ponta Delgada.

Este caminho de desenvolvimento não foi percorrido em detrimento das raízes da freguesia, que conseguiu, de uma forma exemplar, conciliar, ao longo dos tempos, a memória com a contemporaneidade, a tradição com a evolução.

Com o progresso ditado pelo passar dos anos, a freguesia do Pico da Pedra, terra de inúmeros vultos culturais dos Açores, assumiu uma dinâmica própria, à qual não será alheia a localização privilegiada entre os concelhos da Ribeira Grande e Ponta Delgada, que tem atraído inúmeros residentes, que dão vida à própria freguesia.

As inúmeras instituições e forças vivas ali sedeadas são a prova mais evidente que o Pico da Pedra está em franco desenvolvimento, mostrando uma dinâmica cultural, ambiental, social e de lazer que a transformaram, nos anos mais recentes, numa referência incontornável do concelho da Ribeira Grande, mas também de toda a ilha de São Miguel.

Uma referência que assume, também, especial importância por acolher várias das mais prestigiadas empresas de dimensão regional, o que prova a capacidade de atractividade do Pico da Pedra, construída, ao longo de quase dois séculos, por um povo trabalhador, acolhedor e humilde.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 16 de Junho de 2010, aprove um voto de congratulação pela passagem dos 175 anos da freguesia do Pico da Pedra.

Mais delibera que o presente voto seja comunicado a todos os órgãos autárquicos da freguesia do Pico da Pedra e à Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Horta, Sala das Sessões 16 de Junho de 2010.

Os Deputados Regionais do Partido Socialista, Helder Silva, Catarina Furtado e José do Rego.

Presidente: Não havendo inscrições vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de manter como se encontram.

Secretário: O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a uma outra etapa do PTAP, declarações políticas.

Para uma declaração política, por parte do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em Dezembro de 2008, o Secretário Regional da Saúde, afirmava que o Programa do X Governo na área da saúde tinha como objectivo “a melhoria de três facetas do cidadão: o cidadão enquanto utente do serviço Regional de Saúde; o cidadão enquanto profissional de saúde e o cidadão enquanto contribuinte”.

Catorze anos depois do início da governação socialista e de quase dois anos de mandato deste Governo Regional, a conclusão é esta: o Governo fala de utentes e esquece as pessoas, diz valorizar os profissionais de saúde, mas desconfia deles, declara respeitar os contribuintes, quando todos os dias lhes pede mais dinheiro e lhes apresenta novas facturas por pagar.

De discurso em discurso, de cerimónia em cerimónia, de anúncio em anúncio, o Secretário Regional da Saúde procura exhibir uma autoridade que já não tem e uma competência que ficou por provar.

Em 10 de Abril de 2010, o Secretário Regional da Saúde afirmava que o Governo Regional “mais do que uma renovação” preparava “uma reforma no sector da saúde dos Açores”.

Os factos, mais uma vez, desmentem a singular propaganda governativa. A anunciada reforma ficou por fazer, mas gastaram-se milhões – até ao insuportável endividamento – sem uma resposta satisfatória no acesso aos cuidados primários de saúde.

A saúde para todos não é uma realidade nos Açores.

Nunca é demais repeti-lo: há 80.000 açorianos sem médico de família.

Por ano, morrem nos Açores cerca de 2.500 pessoas: cerca de 1.100, vítimas de doenças circulatorias, cerca de 500 morrem com cancro e 150 vítimas de diabetes.

Os Açores são a região do país com a maior taxa de prevalência de doenças cardiovasculares e a região do país com a maior taxa de prevalência de diabetes.

O Serviço Regional de Saúde tem apenas 125 médicos de medicina geral e familiar, necessitando de mais 60 profissionais para dar resposta às necessidades dos Açorianos.

A rede de cuidados continuados, prometida desde 2005, tem apenas 90 camas em toda a Região.

As listas de espera continuam a envergonhar a governação socialista, sem que o Governo Regional enfrente o problema com vontade reformadora.

Aqui, o silêncio é a regra e o encobrimento a política.

O Governo Regional, por Despacho do Secretário Regional da Saúde, obrigou-se a publicar na internet as listas de espera cirúrgicas.

Desde Agosto de 2009 que as listas de espera cirúrgicas não são divulgadas.

Os últimos dados revelam que há 1.400 Açorianos em listas de espera cirúrgicas, alguns dos quais há mais de 4 anos.

Sr. Presidente, Sras. e Senhores Deputados Sr. Presidente do Governo Regional Sras. e Srs. Membros do Governo:

O mês de Abril parece ter sido o tempo da epifania política do PS.

Neste mês, o Secretário Regional da Saúde divulgou o Plano Regional de Saúde para o período de 2009/2012.

Atrasado no tempo, feito de diagnóstico e parco de estratégia, o Plano Regional de Saúde há-de morrer como nasceu: anónimo.

Pela mão deste Governo, o Plano Regional de Saúde tornou-se num documento político e não de orientação para o desenvolvimento do Serviço Regional de Saúde.

O Plano Regional de Saúde nasceu enfeitado, já que foi aprovado sem que houvesse qualquer avaliação do último ou mesmo do anterior.

Nasceu, também, sob o signo da modéstia forçada: cada um dos onze programas que o compõem dispõe apenas de cerca de 30.000 euros, menos do que o preço do carro oficial do Senhor Presidente do Governo Regional.

Durante o Congresso do Partido Socialista, ao fim de catorze anos de poder, o Presidente do Governo Regional, na sua função de líder socialista, descobriu a necessidade de combater o “desperdício” na área da saúde.

Poucos dias depois, o Secretário Regional da Saúde, na assinatura dos contratos programa para o corrente ano, impunha aos hospitais da Região uma diminuição de custos na ordem dos 14 milhões de euros para 2010 e de 20,6 milhões de euros para 2011, perante a incredulidade dos gestores destas unidades de saúde, nomeados pelo Governo Regional.

A Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Santo Espírito afirmou mesmo que “será muito difícil atingir as metas de cortes nas despesas impostas pela tutela” e o Conselho de Administração do Hospital da Horta colocou já o seu lugar à disposição, considerando ser impossível proceder aos cortes impostos.

Como reduzir a despesa, sem colocar em causa os cuidados de saúde prestados aos Açorianos?

Como poupar, se o Governo Regional não paga a horas aos Hospitais, EPE?

Como administrar bem, se o Governo Regional não cumpre pontualmente as suas obrigações ao abrigo dos contratos-programa?

Como gerir melhor, se o Governo Regional é o campeão do despesismo?

Esta crise revela bem a extensão do sub-financiamento da área da saúde. Em 2007, os Hospitais, EPE tiveram um prejuízo de 83 milhões de euros, em 2008 de 51 milhões de euros e em 2009 de 60 milhões de euros.

Em 2008, os três hospitais da Região perderam a quase totalidade do respectivo capital próprio. Isto é, se fossem empresas privadas, estavam falidos.

A dívida global do Serviço Regional de Saúde ultrapassa os 500 milhões de euros, quando em 1996 era de apenas 21,4 milhões de euros.

Artificialmente, o Governo Regional transfere para os Hospitais, EPE a resolução do problema da má gestão do Serviço Regional de Saúde, pela qual é o único e exclusivo responsável.

O Governo Regional comporta-se como um mágico decadente, procurando repetir o velho truque da cartola e do coelho. Só que o coelho já não está lá e o truque perdeu a magia.

É preciso uma nova política de saúde nos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exmo. Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

A saúde nos Açores é segura e recomenda-se.

Deputado Rui Ramos (PSD): Já disse isso!

O Orador: O Governo Regional dos Açores preocupa-se com as pessoas com menos capacidade económica para poderem ter o mesmo tratamento, com a mesma dignidade e da mesma forma para toda a gente.

Dada a situação geográfica de nove ilhas, há novos centros de saúde, há a distribuição por todas as ilhas, há médicos, há equipas de saúde a tratar bem os nossos açorianos.

A multiplicação das infra-estruturas é necessária e está sendo feita. Os Centros de Saúde estão a ser melhorados, as consultas, as cirurgias e os meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica têm aumentado.

Deputado Rui Ramos (PSD): E a dívida também.

Deputado Helder Silva (PS): Só olham para o lado da despesa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pois, os 21 milhões estão do lado da receita!!!

O Orador: Se os Srs. Deputados não entendem este aumento como um sinal e um ganho de saúde, o problema é vosso, é uma falta de visão da saúde.

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral. Faça o favor de continuar.

O Orador: Eu percebo alguma inquietação dos resultados positivos que a saúde tem tido nos últimos anos nos Açores, existindo a possibilidade de aumentar a produtividade de todos os recursos humanos.

Foi estudado e foi detectado que existe desperdício e este desperdício foi detectado pelo Governo Regional.

Deputado Rui Ramos (PSD): O que é que disse o director?

O Orador: Se quiser podemos fazer aqui um debate, mas este não é o local mais apropriado.

Eu sei que os resultados positivos da saúde incomodam a oposição, mas eles existem e a política de tratamentos gratuitos aqui nos Açores existe, porque nós, Partido Socialista, temos muito cuidado e muita atenção à faixa da população que não tem capacidade económica para se tratar.

(Aparte inaudível do Deputado João Costa)

O Orador: Na América é muito pior.

Se registasse a forma muito boa da saúde dos Açores já não fazia esses apartes.

Voltando ao desperdício, a saúde necessita de ser constantemente avaliada e isso está sendo feito pelo Governo e está havendo orientações para diminuir desperdícios.

Temos que arranjar formas de melhorar esta franja de gastos que são excessivos e há possibilidade de os diminuir.

Para melhorar a qualidade de tratamento e de serviço da saúde e aumentar a produtividade dos recursos, temos que avaliar na saúde quem faz cinco coisas muito importantes, havendo ao lado pessoas que fazem 40 coisas muito importantes com a mesma formação e no mesmo tempo. Temos que avaliar todas as possibilidades de melhorar a nossa saúde.

Há que haver este controle de desperdício, porque há profissionais que trabalham num serviço público de saúde de uma forma e nas instituições privadas de outra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: Há uma diminuição de custos na privada que não acontece na pública e temos que identificar quais são os exageros dos gastos, porque temos que arranjar formas de rentabilizar ...

Deputado João Costa (PSD): Quais?

O Orador: ... e, sobretudo, arranjar forma de não haver despesismo. Para isso o Governo teve a coragem de implementar um plano de contenção de custos nos Centros de Saúde e nos Hospitais e é importante ter em conta as horas extraordinárias.

Atendendo às alterações das carreiras dos profissionais é importante a formulação dos horários dos médicos, enfermeiros e técnicos de saúde de modo a ajustar a sua permanência nos serviços com maior afluência de utentes.

Temos que reduzir alguns horários da prevenção, aumentar a produtividade dos profissionais, a limitação da contratação do pessoal com algum equilíbrio. Vão ser contratados este ano 37 enfermeiros e vai haver uma poupança de 700 mil euros.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Vou terminar já, Sr. Presidente.

Reorganização dos serviços de modo a existir maior racionalização dos recursos humanos; processo de aquisição centralizada do consumo clínico farmacêutico.

É importante falar nos medicamentos e os hospitais podem ser obrigados a utilizar genéricos.

Estas são orientações corajosas para aumentar a qualidade de vida dos cidadãos dos Açores.

Tenho dito.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Pedro Gomes:

Obviamente que não posso estar de acordo com o cenário dantesco que o senhor pintou aqui em relação ao sector da saúde.

Deputado Pedro Gomes (PSD): É realista!

O Orador: Hoje estamos melhor em saúde do que estávamos em 1996.

Deputado Rui Ramos (PSD): Já ouvimos essa cassette em 93, 94 e 95!

(Aparte inaudível do Deputado Pedro Gomes)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Secretario Regional da Saúde está no uso da palavra.

O Orador: Eu creio que ninguém interrompeu o Sr. Deputado Pedro Gomes quando ele esteve a fazer a sua declaração política.

Em relação aos médicos de família provavelmente o Sr. Deputado é muito saudável ou tem uma posição económica que lhe permite aceder aos serviços privados de saúde, mas se fosse aos centros de saúde percebia que neste momento os açorianos que não têm médico de família, têm à sua disponibilidade, nos concelhos onde esse problema existe, a possibilidade de marcar uma consulta e ter acesso gratuito a uma consulta com o médico de família. Portanto, isso representa um avanço nesse acesso.

Em relação às listas de espera, gostaria de dizer que a referência feita a Agosto de 2009 é falsa. As listas de espera tiveram algum constrangimento na sua publicação na internet, mas têm sido regularmente actualizadas.

Relativamente ao Plano Regional de Saúde, o que tenho a dizer sobre isso é que, se o Governo não tem um plano regional de saúde, é porque não tem um plano regional de saúde; se apresenta um plano regional de saúde é porque apresenta um plano regional de saúde. Nós na Região já não sabemos onde é que ficamos.

Além disso, este Plano Regional de Saúde foi realizado exclusivamente pelos profissionais de saúde que são aqueles que já estão no terreno a implementá-lo.

Já começámos o rastreio da obesidade infantil, estamos a preparar o rastreio da retinopatia diabética, está em campo o rastreio do cancro do colo do útero e o do cancro da mama prossegue.

Portanto, o Plano Regional de Saúde está em funcionamento.

Outra coisa que me apercebi na sua declaração política é que a minha actividade ou eventualmente o meu protagonismo incomoda-o, de anúncio em anúncio.

(Risos do Deputado Rui Ramos)

Sr. Deputado, é normal os membros do Governo terem a sua actividade política, é normal inaugurarem coisas quando têm que inaugurar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): É verdade. Essa parte é verdade!

O Orador: Relativamente ao facto da Região não pagar atempadamente aos hospitais EPE isso é falso, Sr. Deputado. Tem havido transferências regulares para os hospitais e sempre que os hospitais necessitam a Região está cá garantir esse reforço.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque aqui o tempo não abunda.

Em primeiro lugar, felicitar o Sr. Deputado Pedro Gomes pela intervenção que aqui nos trouxe.

Efectivamente falou de muitos assuntos que o CDS tem vindo a denunciar bastas vezes ao longo do tempo.

Sr. Secretário Regional da Saúde, devo reconhecer neste seu último anúncio público alguma coragem naquilo que é, nomeadamente, as prevenções e corte nas horas extraordinárias e devo dizer-lhe que tem toda a razão nessa matéria.

Devo dizer ainda ao Partido Socialista: bem-vindos ao clube!

Há mais de cinco anos, e os que aqui estão todos se lembram, denunciámos os exageros nas prevenções, sobretudo em algumas prevenções.

Houve a coragem de acabar com a dermatologia neste seu mandato, mas eu ouvi aqui os piores insultos daquela bancada e uma das vezes até do Sr. Deputado de S. Jorge, Rogério Veiros (lembro-me perfeitamente), a respeito da dermatologia, que tinha uma prevenção de 24 horas que era um escândalo. Denunciei várias vezes a prevenção da estomatologia, que é um escândalo.

Sr. Secretário, o senhor não seja como o seu camarada Sócrates que anuncia hoje uma coisinha e amanhã outra.

É preciso olhar para estes números com realismo e é preciso cortar a direito onde tiver que se cortar. O Sr. Secretário cortou e bem 8 horas na prevenção de

estomatologia, mas não chega, é preciso cortar mais e a direito para não andarmos daqui a três meses a fazer novos cortes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: É preciso avaliar e cortar onde for preciso, sem nunca perder de vista um objectivo, pôr em causa os cuidados de saúde aos açorianos e aos utentes, colocando sempre o utente no centro das atenções do Serviço Regional de Saúde.

Reconheço aqui os excelentes profissionais que existem no Serviço Regional de Saúde, como também aponto aqueles que vivem à custa do Serviço Regional de Saúde para os seus próprios interesses.

Sr. Secretário, em matéria de prevenções há muito mais a fazer em outras áreas, nas duplas e triplas prevenções que existem nos serviços e que não são necessárias e que comem muito dinheiro. O senhor sabe disso tão bem como eu e é preciso ter coragem também de cortar aí.

Sr. Secretário, permita-me agora que lhe diga que em relação a essa dívida dos hospitais, – e eu tive o prazer de receber uma carta do Conselho de Administração do Hospital da Horta manifestando a sua indignação pelas minhas declarações, mas vou fazer mais no futuro – é preciso atacar o problema de frente e é isso que tem faltado ao Partido Socialista e ao Governo ao longo de 14 anos.

Sr. Secretário, a dívida dos hospitais é a ponta do *iceberg*.

Tenho conhecimento há muito tempo, e já o denunciei aqui nesta casa, quando o Sr. Vice-Presidente do Governo diz que o Governo paga a 16 dias, de que há atrasos de 6 meses no pagamento a fornecedores do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente dos Centros de Saúde, da Saudaçor, perdão, da *doençaçor*, que tem dívidas a toda a gente, que tem grandes dívidas aos fornecedores e tudo isto contribui para aumentar a dívida, bem como aquele facto que os senhores inventaram e que também é preciso corrigir essa parte, Sr. Secretário.

Por último, quero dizer que os desperdícios já existem há muito tempo, não é de agora e o CDS congratula-se por, finalmente, o Partido Socialista ter caído na realidade e perceber o que é preciso fazer.

Sr. Secretário, eu falei consigo relativamente aos médicos de família e o senhor simpaticamente também me respondeu, mas permita-me que lhe diga: esta é uma área onde nós não podemos hesitar.

Se temos 10 ou 12 jovens disponíveis, Sr. Secretário, abra-se vagas para essa gente sem hesitação, porque vejo hesitação em abrir essas vagas. Nós já conversámos sobre essa matéria.

Há gente que queria vir para cá e só foram abertas, num caso duas vagas, noutro caso três vagas e existem 10 clínicos gerais, que eu saiba, que querem vir para os Açores. Não vamos desperdiçar recursos humanos.

Portanto, diminuir custos na saúde só se consegue com uma coisa, estratégia e aposta, definitivamente e de uma vez por todas, na prevenção dos cuidados primários de saúde. Enquanto isso não for feito andamos a injectar dinheiro no Serviço Regional de Saúde, andamos a tratar o sintoma e não a causa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para tecer algumas considerações sobre o conteúdo da declaração política trazida aqui pelo PSD, pela voz do Sr. Deputado Pedro Gomes.

Sr. Deputado Pedro Gomes, não se trata de uma governação socialista, é uma governação do PS e era bom que esta questão também ficasse clarificada.

Eu sei por que é que o PSD insiste em dizer que a governação é socialista, é para marcar alguma distância, mas a distância não é assim muito grande entre o PSD e o PS.

Portanto, trata-se de uma governação do PS e não de uma governação socialista, quer neste sector, quer noutros sectores, mas neste sector, de facto, ninguém está satisfeito, desde logo os utentes do Serviço Regional de Saúde, porque as respostas são insuficientes.

Deputado Helder Silva (PS): Por acaso é o contrário!

O Orador: Exactamente.

Os utentes não estão satisfeitos, aliás, viu-se recentemente, mas não estão satisfeitos os técnicos, não estão satisfeitos os enfermeiros, não estão satisfeitos os médicos e o próprio Governo também não deve estar muito satisfeito, porque as soluções que tem adoptado para ir remendando o Serviço Regional de Saúde acabam por dar os buracos que todos conhecemos, desde logo as famosas dívidas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se querem enfrentar o problema e se querem um contributo, por que não entenderem a saúde da seguinte maneira?

Separar aquilo que é público daquilo que é privado; a actividade privada é privada e a actividade pública é pública. Se fizerem isso e se acabarem com a promiscuidade entre o serviço privado e o serviço público, nomeadamente com a actividade privada a utilizar meios públicos, se calhar vão diminuir as despesas e vamos ter um bom Serviço Regional de Saúde, com os utentes satisfeitos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Pedro Gomes para encerrar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que há melhor saúde nos Açores hoje do que havia em 1996, ...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Sublinho!

Deputado Domingos Cunha (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... mas também há melhor saúde nos Açores do que havia em 1920 ou em 1800. Naturalmente que a evolução da prestação dos cuidados de saúde é uma constante nos Açores como é uma constante no País ou num conjunto de outros países, não é um apanágio dos Açores.

A questão que não está aqui respondida por este Governo Regional, nem pelos governos regionais anteriores, da responsabilidade do Partido Socialista, é sobre um conjunto de problemas no acesso ao Serviço Regional de Saúde e desde logo ao nível dos cuidados primários de saúde.

Esta é a grande falha, é a falha clamorosa da governação do Partido Socialista ao longo de 14 anos.

Gastaram recursos, investiram em meios técnicos e humanos, mas o que é verdade é que os açorianos hoje, quando precisam de ter acesso ao Serviço Regional de Saúde ou arranjam uma cunha, ou têm dinheiro para pagar uma consulta privada, ou então vão para a urgência de um centro de saúde ou de um hospital da Região.

Deputado Helder Silva (PS): Não é verdade. Está a confundir a lista de espera com a acessibilidade.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não é verdade. O senhor não sabe o que diz.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Isso era o que acontecia antigamente.

O Orador: Esta é a questão que não está respondida pelas políticas socialistas na área da saúde.

Sr. Secretário Regional da Saúde, a sua presença nas inaugurações, nos momentos em que profere discursos políticos e públicos, não incomoda rigorosamente nada o Partido Social Democrata, até porque V. Exa. julga ou entende que o seu protagonismo nos incomoda. Fique descansado, não nos incomoda.

O que nos incomoda, sim, e são essas contas que nós pedimos neste Parlamento, são os sucessivos anúncios de actividades, de realizações, de eventos, de medidas governativas que são repetidos ano após ano, evento após evento, cerimónia após cerimónia e vou dar-lhe apenas um exemplo, Sr. Secretário:

V. Exa. neste Parlamento, no debate do Programa do Governo, do qual faz parte, anunciou que iriam ser fixados os tempos médios de atendimento dos doentes e iria ser estabelecida a Carta dos Direitos do Utente no Serviço Regional de Saúde. Isto foi em 10 de Dezembro de 2008.

V. Exa. repetiu exactamente a mesma coisa há dias, em 10 de Abril de 2010, em Ponta Delgada. V. Exa. repete a mesma coisa vezes sem conta e eu quero lembrar-lhe a si, ao Partido Socialista e aos açorianos que, desde 26 de Dezembro de 2008, estes tempos médios estão definidos a nível nacional por uma portaria publicada.

Pergunto: por que é que o Governo Regional está dois anos à espera para fixar esses tempos médios de acesso dos doentes e para fixar a Carta de Direitos dos

Utentes do Serviço Regional de Saúde? Esta é a pergunta, à qual V. Exa. não responde.

Sr. Secretário Regional da Saúde, V. Exa., miraculosamente, descobriu que há desperdício no Serviço Regional de Saúde.

Nós achamos e temos dito que é preciso gastar melhor no Serviço Regional de Saúde.

Quero lembrar-lhe também, Sr. Secretário, o que disse o recém-nomeado Coordenador Regional de Saúde, Dr. Carlos Lima, três semanas depois de ter sido empossado por V. Exa. Ele diz que as delegações de saúde nos Açores estão sem meios, há falta de meios nas delegações de saúde regionais e os médicos, sobretudo os de clínica geral, sentem falta de apoio.

Sr. Secretário Regional da Saúde, não era mais importante tratar do apoio aos médicos de serviço de clínica geral e às delegações de saúde do que preconizar um programa cego de cortes nos hospitais EPE? É aqui que a política do Partido Socialista falha.

Mas há mais, Sr. Secretário.

Em 2006 o Governo do Partido Socialista adjudicou à INDRA a informatização do Serviço Regional de Saúde. Estamos em 2010. Passaram 4 anos, o processo já vai em 6,5 milhões de euros e o resultado é escasso, quase inexistente. O processo de informatização do Serviço Regional de Saúde tornou-se um pântano político no qual o Governo Regional enterra milhões sem pedir contas a ninguém. Isto é que é gastar mal no Serviço Regional de Saúde.

Quando V. Exa. fala de desperdícios, não o ouvimos dizer uma palavra sobre este processo pantanoso da informatização do Serviço Regional de Saúde.

Sr. Secretário Regional da Saúde, em 2007 este Parlamento aprovou a criação da Inspeção Regional de Saúde. Passados três anos, onde está a Inspeção Regional de Saúde?

Está V. Exa. preocupado com os gastos dos hospitais EPE.

Perguntamos: não era importante para a eficiência do sistema, para acautelar os direitos dos utentes, para uma melhoria da prestação dos cuidados de saúde, que a Inspeção Regional de Saúde funcionasse?

O que é que V. Exa. diz sobre a Inspeção Regional de Saúde?

Nada!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

Repete, anúncio após anúncio, discurso após discurso, que o Governo Regional vai criar a Inspeção Regional de Saúde.

Sr. Secretário Regional da Saúde, o resultado destes 14 anos da governação socialista, na área da saúde, é um rotundo fracasso.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Passamos para mais uma declaração política, da autoria do Partido Popular. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP, em matéria de transportes aéreos e de abaixamento significativo das tarifas, orgulha-se do seu trabalho e do contributo que tem dado ao longo dos últimos anos para a melhoria das acessibilidades dentro dos Açores e dos Açores para o Continente português.

Reivindicamos e exigimos do Governo a introdução de tarifas promocionais entre os Açores e o Continente. Hoje são uma realidade. Foi o primeiro passo a que se seguiram e seguirão outros.

Com orgulho o dizemos: hoje, por iniciativa e proposta do CDS-PP e com o apoio do PS e do Governo – que reconhecemos – existem tarifas promocionais para residentes nas ligações inter-ilhas proporcionando assim que um maior número de Açorianos possam viajar e conhecer melhor as nossas ilhas.

É um importante contributo para a dinamização e fomento do turismo interno, cada vez mais necessário para a vitalidade da economia regional.

Mas o nosso inconformismo permanente na procura de boas soluções de apoio às famílias açorianas levou-nos a outro patamar evolutivo relativamente às tarifas aéreas.

Propusemos, no âmbito do último Plano e Orçamento, a introdução de tarifas promocionais para estudantes entre as duas regiões autónomas e entre os Açores e o Continente. Uma proposta amiga das famílias em tempo de planos de austeridade.

Fomos pioneiros! Tivemos iniciativa, boa iniciativa, ou se quiserem fomos empreendedores – como agora é moda dizer-se.

Queremos, contudo, lamentar a incompreensível postura da SATA que nunca divulgou esta tarifa aos agentes de viagens, no seu sítio da internet e ao público, consubstanciando assim uma desrespeitosa atitude para com o Governo, um inqualificável desprezo pelas decisões do primeiro órgão da Autonomia e uma acintosa afronta às famílias açorianas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS tem continuado orgulho no seu modo de fazer e estar na política.

Rejeitamos a oposição por oposição. Não prescindimos da crítica, por vezes dura, ao Governo e ao partido que o suporta, como fazemos questão na grandeza do elogio quando este é, no nosso entender, merecido.

Consequentemente aqui fica o justo elogio ao Presidente do PS/Açores que, no último Congresso do seu Partido, afirmou, e passo a citar: *“O Governo está a trabalhar para garantir que, a curto prazo, nas ligações aéreas entre os Açores e o Continente os passageiros passem a poder usufruir de tarifas abaixo dos 100 euros, e que para que outros limites fixados nas obrigações de serviço público sejam alterados, abrindo-se novas possibilidades, novas acessibilidades e novas facilidades para a retoma e o desenvolvimento turístico dos Açores”*. Fim de citação.

É uma boa medida que muito vem contribuir para o progresso da nossa Terra. Uma medida que provocou grande entusiasmo e esperança na sociedade, ao mesmo tempo que semeava dúvidas de interpretação sobre o seu significado.

Ora, se para alguns a dúvida não existe, para outras adensa-se à medida que o tempo passa e, por isso, interessa clarificar o significado do conteúdo “*tarifas abaixo dos 100 euros*”.

Estamos a falar da normal tarifa de residente ou de tarifas promocionais? E em que condições? É o que se impõe perguntar, numa primeira abordagem ao assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há dois anos atrás, o CDS-PP aplaudiu algumas das alterações introduzidas nas obrigações de serviço público para as ligações aéreas regulares entre os Açores, o Continente e a Madeira, nomeadamente a inclusão, nestas regras, da ligação – embora sazonal – Terceira-Porto-Terceira, as tarifas promocionais para residentes e as novas tabelas tarifárias para a carga.

Porém, estes dois anos foram suficientes para verificar que muito ainda há a melhorar neste serviço público e, por isso, tal como no passado, o CDS não prescinde de dar, mais uma vez, o seu contributo nessa matéria.

Assim sendo e sabendo-se que o Governo está em negociações com a Direcção-Geral de Finanças, o CDS entende que é necessário esclarecer o seguinte:

- a ligação Terceira-Porto deve ser uma realidade durante todo o ano. O que pensa o Governo?

- é tempo de se acabar com a taxa de combustível ou, pelo menos, conseguir uma redução substancial do seu valor nas tarifas de residente. O que pensa o PS e o Governo sobre isso?

- está na altura do Governo dos Açores se empenhar para acabar com a vergonhosa e ilegal discriminação a que somos sujeitos quando digitalizam e fotografam os nossos documentos de identidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A terminar, o Grupo Parlamentar do CDS-PP aproveita para informar formalmente que, já que agora parece que é necessário dizer se é formal ou se é informalmente, a breve trecho, apresentamos a este Parlamento uma iniciativa visando contribuir, ainda mais, para a redução dos tarifários aéreos praticados na Região.

Estamos certos, porquanto temos dados que nos provam ser possível, que a SATA Air Açores, no seguimento do processo de renovação da sua frota inter-ilhas (já

concluído), pode promover um abaixamento das passagens aéreas nos voos internos na ordem dos 30 por cento, face aos valores de mercado em vigor.

Assim, a nossa próxima iniciativa neste sentido visará ainda o estabelecimento de um limite máximo de 100 Euros para as tarifas das ligações inter-ilhas.

O CDS-PP defende a coesão e a unidade harmoniosa da Região. Somos pelo desenvolvimento harmónico da Região.

Trabalhamos Sempre a Favor dos Açorianos!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por expressar a minha satisfação pelo facto do CDS/PP partilhar com o Partido Socialista e com o Governo a insatisfação e a vontade de fazer cada vez melhor para conseguirmos servir os açorianos ao nível dos transportes. Mas penso que há coisas que devem ser esclarecidas e o CDS começou por explicar, neste plenário, o esforço que tem sido feito pelo Governo Regional e, verdade seja dita, em algumas matérias pelo seu partido, no sentido de reduzirmos as tarifas aéreas inter-ilhas e dos Açores para o continente.

A partir do dia 1 de Outubro este Governo conseguiu reduzir as tarifas inter-ilhas entre 15 e 17%. Para dar um exemplo, uma passagem de Ponta Delgada para a Ilha Terceira, que custava por volta de 180/190 euros, contando com as taxas, passou a custar na ordem dos 146/149 euros.

Esta foi uma vitória deste Governo, porque assumiu a vontade política de gastar mais em prol dos açorianos. Mas não ficou por aí. Avançou com outro tipo de tarifas que beneficiam os açorianos como a tarifa para famílias numerosas, não sendo verdade, Sr. Deputado, que elas não estejam disponíveis, porque estão disponíveis no *call center* da SATA. Ainda hoje o verifiquei.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Hoje!

O Orador: Elas estão disponíveis nas agências de viagens. Ainda hoje o verifiquei.

Sr. Deputado, basta ir a qualquer aeroporto ou aeródromo desta Região e verificar esta publicidade que está, por exemplo, no aeroporto desta ilha, a qual anuncia a redução das tarifas aéreas, tarifas inter-ilhas, tarifas de famílias numerosas, tarifas *discount* e tarifas para estudantes. Sr. Deputado, basta ir a um aeroporto.

Mas também é verdade, Sr. Deputado, que temos que ir mais longe, temos que ir no sentido de que todos os açorianos tenham consciência de que essas tarifas estão disponíveis. Neste sentido, não esperamos que a SATA divulgue mais as tarifas que tem, porque o que temos já é bom, mas não é, com certeza, suficiente.

Continuando nas tarifas, Sr. Deputado, hoje existem reduções na ordem dos 40% e digo-lhe que, quando falamos em tarifas abaixo dos 100 euros, o Sr. Deputado também não quis esclarecer a que tarifas se estava a referir.

Deputado João Costa (PSD): Não estamos a falar de tarifas, estamos a falar de passageiros!

O Orador: Posso dizer-lhe que uma tarifa fica na ordem dos 100 euros, quando ela é uma tarifa promocional, entre Ponta Delgada e a Terceira, como também entre as Flores e a *gateway* mais próxima, ela já é mais baixa do que 100 euros, está na ordem dos 93/99 euros, mesmo quando não se fala em tarifas *discount*.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Diga qual é o preço total. Não engane os açorianos!

O Orador: Quando o Governo Regional assumiu o seu compromisso de baixar as tarifas abaixo dos 100 euros, assumiu com a consciência de que deve ser feito segundo aquilo que são os padrões normais a nível internacional, ou seja, em tarifas para residente. Quando um açoriano paga, no máximo, 258 euros por passagem,...

Deputado João Costa (PSD): Fale de passagens!

O Orador: Sr. Deputado, se quer falar em passagens, eu falo em passagens: considere a partir de agora sempre passagens!

... este é o valor para residente, mas não é, digamos, uma tarifa promocional.

Temos é de trabalhar ao nível da tarifa promocional, porque são estas margens que interessa trabalhar.

Sras. e Srs. Deputados:

Gerir os transportes aéreos nesta Região não é fácil, exige custos acrescidos. Temos dezenas e dezenas de tarifas diferentes nos Açores e o Governo Regional assumiu desde o início o seu compromisso de que estas tarifas devem ser cada vez mais baixas, para que os açorianos possam viajar nos Açores.

Tenho dito.

Deputados José San-Bento e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir sobre este assunto, mas perante a mistificação feita pelo Sr. Deputado Francisco César sou obrigado a fazer aqui uma intervenção, só para simplificar a questão da forma como os açorianos a vêem e que é a seguinte:

As passagens aéreas são actualmente incomportáveis para grande parte da população açoriana. Quem viaja e faz essas deslocações é apenas os privilegiados. Esta é que é a verdade!

O desenvolvimento do sector do turismo está completamente hipotecado enquanto tivermos passagens aéreas com este custo.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado não percebe nada disto. O número de passageiros tem vindo a aumentar!

O Orador: O Sr. Deputado quer fazer o favor de ouvir? Eu escutei-o em silêncio.

Deputado Francisco César (PS): Estou a fazer um aparte, para sua informação.

O Orador: Em relação à mistificação e à distinção que fez entre passagens e tarifas, quero-lhe dizer o seguinte:

Em termos de desenvolvimento dos Açores este é um cenário apocalíptico, porque isto significou o isolamento total da Região em relação ao exterior e só um grupo muito pequeno de privilegiados é que consegue suportar este tipo de passagens, que tem mobilidade efectiva com o preço das passagens, ainda para mais na

situação de crise em que vivemos. É impossível o sector turístico desenvolver-se com estes preços, porque tornamo-nos num destino extremamente caro, praticamente inacessível.

Portanto, é esta a situação que temos e aquele anúncio que foi feito, em congresso, pelo Sr. Presidente do Governo Regional, foi um anúncio que as pessoas não perceberam e algumas delas foram mesmo enganadas, porque ficaram convencidas que a curto prazo vão ter passagens a menos de 100 euros e não é verdade, já que vamos ter apenas algumas tarifas em que isso será possível.

Vou dar-lhe também um testemunho em relação ao que sucede com as tarifas existentes. Se me dirigir a algum balcão da SATA e tentar comprar alguma tarifa promocional para o território continental, digo-lhe já que neste momento está tudo esgotado até Setembro.

Deputado Francisco César (PS): Não era isso que o Sr. Deputado queria dizer!

O Orador: Já está há 1 ou 2 meses. Veja a dimensão, veja o impacto directo deste tipo de tarifas que estão inacessíveis para o cidadão comum.

Alguém que queira neste momento adquirir tarifas promocionais não tem essa possibilidade e já não a tem há muitos meses.

Veja a pequena dimensão das passagens que são disponibilizadas, em relação a esse género de tarifas.

Concluo, Sr. Deputado, dizendo-lhe o seguinte:

De facto, a política de transportes aéreos desenvolvida pelo Governo é um absoluto desastre para os Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, até porque penso que o Sr. Deputado Francisco César já disse o essencial desta questão, fazendo também eco daquelas que são algumas das preocupações do Governo nesta matéria.

Em primeiro lugar, gostava de fazer a justiça de reconhecer ao Sr. Deputado Artur Lima a dedicação quase apaixonada com que se debruça sobre estas questões relativas aos transportes aéreos e à SATA.

Muitas vezes tem contribuído (e é bom reconhecê-lo) para que se esclareçam alguns aspectos menos claros da política de transportes aéreos, outras vezes para que se corrija e avance favoravelmente nesta matéria, como aconteceu por exemplo com as tarifas promocionais para residentes.

Outras vezes a paixão é tanta que lhe tolda um bocado a análise e faz com que incorra em erros de precipitação. Foi isso que aconteceu em parte da sua intervenção de hoje sobre a questão dos transportes aéreos.

Vamos por partes, só para que fique claro:

O que o Sr. Deputado levantou aqui em relação às tarifas que alega serem desconhecidas das pessoas foi talvez uma questão de *marketing*, não foi uma questão de política. É bom que fique claro que as tarifas promocionais *DISCOUT*, para estudantes e para famílias numerosas, existem. É bom que os açorianos percebam que as tarifas existem.

Em segundo lugar, é preciso também que os açorianos percebam que elas, além de existirem, são acessíveis. Podem ser obtidas e adquiridas,...

Deputado João Costa (PSD): Para daqui a 8 meses!

O Orador: ... quer através da SATA (e a essa experiência eu assisti, vi fazer esse contacto), quer através da rede de agentes de viagens espalhados pelos Açores.

Portanto, elas não só existem como os açorianos podem beneficiar delas e, de facto, beneficiam.

O que se pode discutir é se a promoção, o *marketing* feito em torno dessas tarifas é adequado ou não. Isso é uma questão, quase diria, de gosto, não é uma questão de substância.

A questão de substância é que, felizmente, elas existem e os açorianos beneficiam delas, assim o procurem.

Quanto ao processo das tarifas abaixo dos 100 euros, no quadro das obrigações do serviço público foi recentemente, até pelo Sr. Presidente do Governo, feito um ponto de situação público sobre o processo e sobre o seu andamento.

Nessa altura referiu-se que se encontrava a correr a tramitação necessária no quadro das instâncias nacionais, num primeiro momento. Em primeiro lugar, no Quadro da Direcção Geral de Finanças e posteriormente terá de correr também aquilo que é obrigatório nessas circunstâncias a nível europeu. É esse o ponto de situação. Não houve nenhum desenvolvimento desde o último pronunciamento público sobre essa matéria.

Gostava ainda de dizer, para terminar, que o que é importante ressaltar, e nisso temos contado com a participação empenhada do Partido Popular, é que o Governo tem feito um esforço de melhoria das acessibilidades e da mobilidade aérea dentro dos Açores e dos Açores para o exterior, quer na redução das passagens inter-ilhas, quer através de tarifas promocionais e descontos justos que têm sido desenvolvidos e em breve através de viagens abaixo de 100 euros entre os Açores e o Continente. Também é de ressaltar que não existem tarifas promocionais inter-ilhas que não estejam na ordem dos 100 euros, um pouco acima dos 100 euros ou até abaixo dos 100 euros. Esse é outro aspecto que demonstra o empenho e a acção do Governo nesta matéria que, com certeza, poderá sofrer melhorias, mas que tem sido objecto de uma intensa aposta do Governo.

Aliás, a melhor prova de que esta política é bem sucedida e de que serve os açorianos foi dada aqui pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão ao dizer que procura as tarifas e não consegue porque elas já estão esgotadas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque são poucas!

O Orador: É a melhor prova do sucesso da política do Governo nesta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima não levará a mal que eu refira uma iniciativa do Partido Social Democrata, da qual eu fui um dos subscritores, entregue nesta casa, discutida depois em sede de Comissão de Economia em Novembro de 2005, o relatório de matéria de relevante interesse regional que eu prometi enviar aos colegas do Partido Socialista há algum tempo, porque não estava disponível no site

da Assembleia e só hoje de manhã é que o fiz. Com isto peço desculpa pelo atraso no envio desse documento.

De qualquer maneira estava referido no ponto 2.4 que era importante que para os Açores e para os açorianos fossem disponibilizadas, no transporte aéreo de e para os Açores, tarifas PEX e tarifas promocionais.

O que é importante é que depois de muita luta, depois de muita sugestão, depois de muita “nega” por parte do Partido Socialista, essas passagens – nomeadamente as promocionais, porque as PEX não existem – começaram a existir, pese embora em número muito reduzido como já podemos ver um pouco mais à frente.

O transporte aéreo pode ser visto em duas perspectivas, que se complementam naturalmente: uma do ponto de vista do turismo, da acessibilidade dos Açores ao turista que nos quer visitar, e outra do ponto de vista da mobilidade dos açorianos que querem deslocar-se para o exterior e inter-ilhas.

Nessa lógica nada melhor do que o modelo concorrencial. Aliás, foi com base nessa ideia que o Presidente do Governo Regional disse que o actual modelo...

Deputado Domingos Cunha (PS): Para São Miguel!

Deputado Helder Silva (PS): Sabe que uma *low cost* para a Madeira custa 500 e tal euros? Toda a gente sabe.

O Orador: Esperem. Eu já vou explicar. Foi o vosso Presidente que disse que com as actuais regras...

Deputado Helder Silva (PS): São 100 euros para aqui. Tarifa *low cost* para a Madeira são 500 e tal euros.

O Orador: O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar está perfeitamente à vontade para fazer uma intervenção. Acontece que quem fez a intervenção por parte da sua bancada foi o Deputado Francisco César. Se tivesse um bocadinho de paciência ouvia-me.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Um bocadinho não dá! Tem que ser muita paciência!

Deputado Helder Silva (PS): Paciência tenho eu e muita!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo, relativamente a essas regras que estão neste momento em vigor, disse que agora sim, que este modelo garantiria o regime

concorrencial. Foram as palavras do Sr. Presidente do Governo quando este modelo entrou vigor em 2005.

O que é certo é que ao permitir-se o *code-share*, o monopólio encapotado entre a SATA e a TAP inviabiliza automaticamente qualquer tipo de concorrência, porque são as duas principais companhias de bandeira que já têm tradição de voar para os Açores. Ou seja, por um lado quer o regime concorrencial, mas por outro lado introduz o regime de *code-share* que o inviabiliza automaticamente.

Nós preferimos um regime concorrencial, mas se esse regime concorrencial não for possível de implementar em função da pequenez e da escassez do mercado, pois então que as regras de serviço público imponham preços *low cost*, sendo certo que não é possível eventual e alegadamente introduzir o regime concorrencial nos Açores. Tão simples quanto isso.

Vamos ver o que se verifica neste momento relativamente à Madeira (tanto que V. Exas. gostam de falar da Madeira!).

Neste momento o PSD tem um estudo que tem 6 meses de duração. Começou em Dezembro e os dados mais recentes que tenho são de ontem.

Numa viagem Funchal/Lisboa/Funchal, com a reserva feita na véspera, ...

Deputado Francisco César (PS): Os Madeirenses não querem! Têm três modelos à disposição!

O Orador: ... a SATA disponibiliza passagens, já com taxas incluídas, a 161,99 euros

Deputado Hernâni Jorge (PS): *Last Minute!*

O Orador: Isto é um estudo de 6 meses, preço médio. Seis meses não não é *Last Minute*. São seis meses a fazer simulação de reservas. Não é *Last Minute*.

Deputado Hernâni Jorge (PS): A *Last Minute* é o mais barato que se encontra, Sr. Deputado!

O Orador: Olhe, já vai ver que está errado, porque o que vou dizer a seguir vai desmentir aquilo que acabou de dizer.

easyJet, reserva de véspera – 195 euros.

Ou seja, a SATA para a Madeira, na reserva de véspera, é mais barata do que a *low cost* easyJet.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ainda bem!

Deputado Helder Silva (PS): Está confirmado aquilo que eu dizia!

O Orador: Aguarde mais um bocadinho, para eu não ter que desmentir mais uma vez.

Reserva com uma semana de antecedência:

A SATA pratica preços médios nos últimos 6 meses de 147,62 euros. A easyJet 141,12 euros.

Reservas feitas com duas semanas de antecedência:

A SATA pratica, preço médio, 131,92 euros e a easyJet 121,56 euros.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Já vou terminar, Sr. Presidente. Quero só um bocadinho de benevolência de V. Exa. em função dos apartes do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado não fala em inter-ilhas, já percebi!

O Orador: Relativamente às reservas com um mês de antecedência, a SATA, para o Funchal, pratica 116,35 euros e a easyJet 100,91 euros.

Para nós, açorianos, para sairmos dos Açores, na melhor das hipóteses, são 150,00 euros. Na pior das hipóteses são 250,00 euros.

Deputado Helder Silva (PS): Quantas milhas são entre um e outro trajecto?

O Orador: Não o quero desmentir mais uma vez, pelo amor de Deus.

É que acima dos 161 euros na reserva de véspera ou a cima dos 131 euros na reserva com duas semanas de antecedência, um madeirense vai à estação de correios ser reembolsado em 60 euros. Faça as contas e veja a que preço é que viaja um madeirense comparativamente connosco. Aliás, a diferença é esta: um madeirense voa na SATA ou na *easyJet* e um açoriano voa na SATA e na TAP, porque é a única alternativa que temos.

Deputado Helder Silva (PS): Qual é essa escala?

O Orador: A escala é sempre a mesma...

Deputado Helder Silva (PS): É de zero a quanto?

O Orador: O gráfico está todo construído na mesma escala. Ou vou fazer uma barra numa escala, outra noutra escala e outra ainda noutra escala?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Qual é a base?

O Orador: A base são euros, de zero a 300, como é evidente. Só aqui ficam nos 250, tão simples como isso.

Deputado Helder Silva (PS): Querem é enganar os açorianos!

O Orador: Não quero enganar. Posso dizer-lhe o número.

250 contra 70 euros, sendo certo que 131 euros menos 60 euros de reembolso que o madeirense têm na estação de correios, significa que temos passagens incomparavelmente mais baratas.

Se a SATA pode praticar essas tarifas no trajecto entre Funchal/Lisboa/Funchal, evidentemente adaptando às distâncias que são um terço...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, a distância é diferente!

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: São mais 33%.

Sr. Vice-Presidente, faça as contas. Em cima de 70 euros ponha mais 33% e veja se chega aos 150. Não chega. Metam de uma vez por todas na vossa cabeça que neste momento...

Deputado Francisco César (PS): Qual é o modelo que propõe?

O Orador: ... as tarifas que os açorianos pagam para sair dos Açores são uma enormidade e rapidamente têm que ser reduzidas.

Recordo apenas e para terminar, Sr. Presidente...

Deputado Helder Silva (PS): Do dia 4 ao dia 6 de Junho, Lisboa/Porto/Lisboa, 555 euros!

O Orador: Deixem-me terminar.

...as declarações do Sr. Presidente do Governo:

“Sobre as passagens aéreas Carlos César confirma que a redução vai ser para menos de 100 euros. Não se trata de tarifas promocionais, mas sim regulares e acessíveis aos residentes e não residentes nos Açores.

Esta proposta segue dentro de 30 dias para a União Europeia, já com o aval do Governo da República e é para entrar em vigor ainda no decorrer do actual concurso público de transporte aéreo”.

Estas declarações foram proferidas no dia 19 de Abril passado.

Muito obrigado.

Deputados Clélio Meneses e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao declarante para encerrar o debate.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Começo pelo Sr. Secretário da Presidência.

O CDS não tem nenhum problema, como não teve até agora, em estabelecer com o Governo parcerias frutuosas a favor dos açorianos, como aconteceu nas passagens aéreas.

Também não tivemos nenhum problema em reconhecer que houve um abaixamento nas tarifas com este Governo. Já o dissemos várias vezes e voltamos a dizê-lo aqui outra vez. Como também não nos cansamos de dizer os contributos que demos para esse processo e que foi reconhecido.

Sr. Secretário Regional da Presidência, não é uma questão de gosto. Permita-me discordar de V. Exa. quando diz que as tarifas existem. Ninguém as pôs em causa. Existem, foram aprovadas nesta casa.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): O que foi aprovado nesta casa foi uma recomendação!

O Orador: O problema, Sr. Secretário, é que o que não se conhece passa a não existir. As agências de viagens e o povo não conheciam as tarifas, Sr. Secretário.

Devo dizer-lhe mais: elas só estão disponíveis no *site* da SATA esta semana. A semana passada e há duas semanas não estavam, até nós, e bem, termos

denunciado isso. O Governo devia estar satisfeito e devia dar indicações à SATA para que fizesse publicidade útil.

Esta publicidade que a SATA faz, espalhada por todos os jornais...

Deputado Francisco César (PS): E esta não interessa, Sr. Deputado?

O Orador: ... é inútil, não diz nada aos açorianos, não interessa para nada, é dinheiro esbanjado.

Se os senhores promovessem e informassem os açorianos e as agências de viagens das tarifas que existem, aí estaríamos de acordo.

Deputado Francisco César (PS): E esta não interessa, Sr. Deputado?

O Orador: O senhor tirou isso ontem ou hoje do *site* da SATA, porque antes não existia.

A tarifa das famílias numerosas que era proposta vossa e bem, não existe, está escondida, está oculta no *site* da SATA,...

Deputado Francisco César (PS): Está nos aeroportos há mais de 6 meses!

O Orador: ... está oculta nas agências de viagens, que não as conhecem nem famílias conhecem.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Sr. Deputado Francisco César, houve o abaixamento de tarifas em 15%, como V. Exa. muito bem disse, 15 a 17%, muito bem dito e muito bem feito. Não há problema da nossa parte nessa matéria.

Esse abaixamento de tarifas foi feito em determinadas condições operacionais e de mercado da SATA AIR Açores. Eram as condições que existiam à altura.

Agora, a acreditar naquilo que a SATA diz, e presumo que deve ser verdadeiro, há condições (e nós vamos propor e provar isso) para o abaixamento de tarifas na ordem dos 30%.

Deputado Francisco César (PS): Por que é que há condições, Sr. Deputado?

O Orador: Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que o limite máximo da tarifa dos 100 euros se aplica ao sector superior às 100 milhas náuticas.

Deputado Francisco César (PS): É a mais próxima!

O Orador: Como sabe, no sector das 20, 30 ou 40 milhas náuticas essa tarifa já é, em alguns casos, inferior.

V. Exa. percebeu bem aquilo que eu disse. É, por exemplo, um voo Ponta Delgada/Terceira,...

Deputado Francisco César (PS): 103 euros!

O Orador: ... um voo Ponta Delgada/Flores. Tem que ter esse limite. É essa a nossa proposta.

Como sabe também, Sr. Deputado, as rotas mais concorridas são exactamente Ponta Delgada/Terceira, Terceira/Ponta Delgada e Ponta Delgada/Horta. Aí, sim, também é interessante baixar as tarifas...

Deputado Francisco César (PS): São 103 euros, Sr. Deputado!

O Orador: ... devo dizer-lhe que na regra dos 30%, que é perfeitamente possível. Já agora também anuncio formalmente que vamos propor o aumento do número de lugares disponíveis a bordo para 30% para as tarifas promocionais...

Deputado Francisco César (PS): Pelo menos 10!

O Orador: ... e mesmo assim a SATA ainda fica com um número superior de lugares ao que tinha no ATP, Sr. Deputado Francisco César.

Digo-lhe mais uma coisa, para terminar.

Se senhores tivessem optado pela frota ATR ainda era possível descer mais o preço das passagens, como o senhor muito bem sabe.

Deputado Francisco César (PS): Eu sei que o senhor gosta dos nossos aviões!

O Orador: Era possível um novo abaixamento, mais substancial, das tarifas aéreas.

Fica claro aqui, segundo o seu esclarecimento, e vou citar a frase exacta...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Quanto tempo tenho, Sr. Secretário?

Secretário: 5 minutos.

O Orador: Então também pedia uma toleranciazinha para terminar, Sr. Presidente, se me é permitido.

Presidente: Abrevie, Sr. Deputado.

O Orador: Com certeza, Sr. Presidente. Eu abreviarei, mas não deixo de registar mais uma vez que sempre que eu toco nos 5 minutos, o CDS é o alvo. V. Exa. tem o cuidado, e bem, de nos recordar que estamos a acabar.

Presidente: Tem sido assim com todos.

O Orador: Por acaso, aqui deste lado, parece-me que não foi.

Presidente: Foi sim senhor.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente.

Fica claro, para terminar, que as tarifas abaixo dos 100 euros são promocionais. É isso que tem que ficar bem claro, são tarifas promocionais. Uma serão a um preço, outras a outro. Era isso o que eu queria esclarecer com esta minha intervenção e foi esclarecido pelo Sr. Deputado Francisco César: tarifas abaixo dos 100 euros são tarifas promocionais, não são tarifas regulares de transporte entre os Açores e o Continente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora. Regressamos às 12 horas.

Até já.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Vamos entrar nas intervenções de interesse político relevante.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As sociedades modernas e a evolução tecnológica têm promovido novos estilos de vida, induzindo inactividade física, sedentarismo e obesidade.

As mudanças sociais e económicas têm conduzido a alterações dos hábitos alimentares, prevalecendo actualmente hábitos que tendem a promover uma elevada taxa de excesso de peso e obesidade, nas diversas faixas etárias. Consequentemente, é cada vez mais crescente a existência, em idade pediátrica, de

co-morbilidades associadas, tais como a diabetes e a hipertensão arterial, patologias até há alguns anos associadas apenas à idade adulta.

Segundo as estatísticas da OMS de 2004, os resultados são preocupantes e alarmantes. Cerca de 2 milhões de mortes por ano são atribuídas à inactividade física. O estilo de vida sedentário está entre as 10 principais causas de morte e incapacidade no mundo.

60 a 85% da população mundial (países desenvolvidos ou em desenvolvimento) tem um estilo de vida sedentário.

Estudos recentes da O.M.S. revelam que a esperança média de vida poderá baixar, pela primeira vez em 200 anos, já na próxima década, devido à Diabetes, resultante das elevadas percentagens de obesidade infantil existentes e elevados níveis de sedentarismo, por todo o mundo.

Portugal tem uma prevalência de participação em actividade física abaixo da média, com uma não participação em actividades acentuadas de 60%, colocando Portugal na “cauda” dos países da Comissão Europeia, com valores mais baixos de actividade física e de prática desportiva.

Segundo os estudos da OMS, as crianças portuguesas são das que menos cumprem as linhas de recomendação para a actividade física, existindo um declínio acentuado na actividade física com o avanço da idade das crianças.

A prevalência da obesidade, a nível mundial, é tão elevada que a OMS considerou esta doença como a epidemia global do século XXI.

Na Europa, estima-se que 1 em 5 crianças tem excesso de peso. E por ano, 400 mil crianças juntam-se aos já 14 milhões de crianças com excesso de peso das quais 3 milhões são obesas.

Portugal é o segundo país europeu com maior prevalência de excesso de peso e obesidade em crianças. Uma preocupação em grande escala das autoridades de saúde ao nível mundial, mas sobretudo de Portugal.

Entre 1970 e 2002, o peso das crianças portuguesas aumentou mais do que a altura. Actualmente, cerca de 32% das crianças portuguesas entre os sete e os nove anos têm excesso de peso, ou sofrem mesmo de obesidade.

A obesidade é uma doença que afecta seis em cada dez portugueses e que custa ao estado, anualmente, cerca de 400 milhões de euros – dados recolhidos da Associação dos Doentes Obesos de Portugal.

Em Portugal, os custos directos da obesidade absorvem 3,5 das despesas de saúde, que se estimam em 2 a 7% das despesas em geral.

Estudo pioneiro realizado pela Direcção Regional do Desporto prova que os factores genéticos e os comportamentos parentais têm influência directa na prática da actividade física, na prevalência de riscos metabólicos e de obesidade junto de crianças e jovens nos Açores.

O Investigador José Maia da Universidade do Porto perspectiva que um terço das famílias açorianas reúna factores de risco de doenças cardiovasculares, obesidade, hipertensão, hiperglicémia, cuja associação é diagnosticada de Síndrome Metabólica.

Os pais, na sua maioria, não estão atentos para o excesso de peso dos filhos. Em consultas de rotina é o médico que identifica a situação, e em muitos casos, os pais menosprezam o problema e raramente respondem positivamente às recomendações feitas pelo seu médico.

O excesso de peso representa uma menor qualidade de vida para a criança que se cansa com facilidade, tem dificuldade em mexer-se e apresenta uma baixa auto-estima.

As crianças obesas tem maior risco de vir a sofrer de doenças como a diabetes nos seus dois tipos, problemas cardíacos, hipertensão, alguns tipos de cancro, acidentes vasculares cerebrais, dislipidemias, problemas osteoarticulares, depressão (baixa auto-estima) e problemas respiratórios.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Direcção Regional do Desporto tem desenvolvido variados projectos que, visam contribuir para o objectivo 6 do Programa do Governo – Promover o aumento dos índices globais de prática de actividades físicas e desportivas não codificadas da população em geral, claramente numa perspectiva de promoção de estilos de vida activos e saudáveis, visando também a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população açoriana.

O projecto “Actividades de Promoção” foi lançado pela Direcção Regional de Desporto com o propósito de garantir a existência de oportunidades de prática regular de actividade física para todos aqueles que optam por não se integrar no desporto federado. O projecto caracteriza-se através das actividades físicas e/ou desportivas desenvolvidas por um conjunto alargado de entidades, de carácter regular, sem enquadramento competitivo.

O projecto é destinado a crianças e jovens com idades compreendidas entre os 8 e os 18 anos de idade.

Na época de 2006/2007 concorreram 39 entidades com 1.535 participantes, correspondendo a um apoio de 144.638,00€. Já na época de 2008/2009 concorreram 61 entidades com 2.098 participantes e um apoio governamental de 201.692,00€.

A Direcção Regional de Desporto também lançou o projecto “Açores Activo”, em 2005, com o intuito de contribuir para a inversão da situação detectada pelos estudos, cujos resultados apontaram para baixos níveis de prática regular de actividade física e elevadas taxas de excesso de peso e de obesidade, na Região Autónoma dos Açores, acima dos valores estimados para a população de Portugal Continental.

O Projecto é concretizado através de campanhas de sensibilização para a prática das actividades físicas e desportivas (outdoors, cartazes, spots televisivos, acções de formação ou promoção, marchas alusivas a acontecimentos, etc.) e apoio financeiro directo às entidades que promovam a Actividade Física e o Desporto junto da população adulta açoriana, no pressuposto de que esta responsabilidade deve envolver todos os sistemas da nossa sociedade, obrigando a uma estratégia de âmbito regional.

Os destinatários deste Projecto são subdivididos por escalões dos 18 anos aos 35 anos, dos 35 aos 65 anos e dos mais de 65 anos.

Na primeira época (2005/2006) concorreram 23 entidades, com 669 participantes e apoios da Direcção Regional do Desporto de 15.192,00€. Em 2009 concorreram 84 entidades com um total de 2.812 participantes, e com um total investido desde 2005 a 2009 de 166.680,00€.

O Governo dos Açores tem orientado os Serviços de Desporto de Ilha, no sentido de colocar as instalações desportivas, sempre que possível, disponíveis para a prática de actividades físicas de pouca codificação ou de iniciativa individual como sejam o “percurso de manutenção” do Estádio João Paulo II, em Angra do Heroísmo, a reserva de pistas nas piscinas para esse efeito ou a disponibilidade de vários espaços para actividade não formais.

A requalificação do Complexo Desportivo do Lajedo, instalação que integra o Parque Desportivo de S. Miguel, além de melhorar as condições da actividade competitiva federada visou também a criação de melhores condições de acesso à prática da Actividade Física e do Desporto, à população em geral, nomeadamente pela disponibilização de 3 novos polidesportivos (2 deles em relva sintética) contribuindo assim para a promoção de hábitos de vida saudáveis para a população do concelho de Ponta Delgada. O investimento total rondou 1.600.000,00€, mostrando assim, como é importante para este Governo a criação contínua de hábitos de vida saudáveis para os açorianos.

No âmbito do Desporto Escolar foi criado um conjunto de práticas lúdico-desportivas e de formação com objecto desportivo, desenvolvidas como complemento curricular e ocupação dos tempos livres dos alunos, num regime de participação voluntário, integradas no plano de actividades da unidade orgânica e coordenadas no âmbito do sistema educativo em articulação com o sistema desportivo.

Esta iniciativa tem como objectivo: contribuir para o desenvolvimento global do aluno, respeitando as etapas de formação e os níveis de aptidão motora; fomentar o hábito e a apetência pela prática regular de actividades físicas e desportivas; proporcionar a participação dos alunos em competição formal, integrada num processo de formação adequado e orientado para a promoção dos valores desportivos; promover a confluência de projectos multidisciplinares no seio da escola e da comunidade educativa local; proporcionar o convívio entre escolas e a aproximação das comunidades onde estas se inserem.

De 2005 a 2009 dentro deste programa a Direcção Regional de Desporto já investiu cerca de 1.071.908,30€ com uma participação de 59.736 alunos açorianos

em diversas iniciativas como é o caso dos Jogos Desportivos Escolares, Clubes Desportivos Escolares, Megasprinter e corta-mato.

Também, dentro das iniciativas da Direcção Regional de Desporto, importa salientar com relevo o Projecto Escolinhas do Desporto, que se centra numa ponte entre o movimento associativo desportivo e a escola e visa oferecer um conjunto de actividades físicas e desportivas a crianças do 1º ciclo do ensino básico, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 6 e 10-11 anos, em regime de voluntariado e após as suas actividades lectivas e com objectivos de promover a prática regular e organizada de actividades físicas e desportiva junto deste grupo etário, desenvolvendo o gosto e o hábito da prática desportiva regular e promover a iniciação desportiva.

O projecto Escolinhas do Desporto desenvolve-se desde o ano escolar de 2001-02 e vem mantendo um crescimento contínuo podendo afirmar-se que se trata de um projecto de grande sucesso, como indica o aumento do número de núcleos ao longo dos anos. Em 2001-2002 inscreveram-se 125 núcleos com uma média de 10 crianças por cada, e em 2009-2010 foram recebidas 452 propostas de núcleos, correspondendo a 4520 crianças para um investimento de 290.759,08€, fazendo um total de investimento desde a sua génese até 2009 de 1.617.273,70€.

A Direcção Regional do Desporto também tem colaborado nos hábitos de vida saudáveis para a Região apoiando afincadamente na investigação com temas de enorme importância na Região como são as áreas da actividade física da população adulta dos Açores, aptidões físicas, crescimento somático das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico da Região. Crescimento e desenvolvimento e saúde das crianças e jovens açorianos. Implicações da Educação Física e Desporto na saúde das crianças açorianas. As síndromes metabólicas e a actividade física das famílias açorianas, e respectivo combate à Síndrome metabólica.

A Direcção Regional da Saúde tem apoiado iniciativas como o Fórum Nacional da Diabetes, Promoção da Saúde Oral, Congresso de Endocrinologia e Nutrição dos Açores, Jornadas de Diabetologia, Congresso Internacional “Envelhecimento no Século XXI”, Campanha “Saber que Faz Mover”, com o intuito de aprendizagem

em todas as valências relacionadas com o bem-estar e a saúde, promovendo assim os hábitos de vida saudáveis na Região.

No ano de 2009 em parceria com a Câmara Municipal da Ribeira Grande, Escola Básica e Integrada Canto da Maia e Baia Club promoveu projectos como “Circuitos Urbanos”, “Marcha do Coração”, Epicentro – Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco, Dia Mundial da Diabetes, etc., e em iniciativas de formação e informação, também atribuí bolsas de estudo para formação de Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica nas áreas de dietética e Saúde Ambiental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Considerando que mais de mil milhões de pessoas no mundo têm excesso de peso, e dessas, 300 milhões são obesas, estima-se que daqui a 10 anos, 50% da população mundial estará afectada por excesso de peso.

Considerando que em Portugal, segundo estudos da Sociedade Portuguesa para o Estudo da Obesidade, 51,5% da população tem excesso de peso ou é obesa, e, nos Açores, 56% da população tem excesso de peso ou é obesa e 30% das crianças têm excesso de peso ou são obesas.

Considerando ainda que relativamente à alimentação existem factores de risco para a obesidade na população açoriana, já que os consumos energético-calóricos são desde muito cedo acima das quantidades recomendadas, registando-se também desequilíbrios nutricionais e alimentares que representam riscos adicionais para a doença cardiovascular, como o excesso na ingestão de alimentos ricos em colesterol, de ácidos gordos saturados e sal, e baixo consumo de ácidos gordos monoinsaturados e polinsaturados, folatos e fibras alimentares.

Assim, o Governo dos Açores criou o Projecto para prevenção e tratamento da obesidade infantil na Região, desenvolvido por um período de dois anos em todos os Centros de Saúde e Unidades de Saúde de Ilha do Serviço Regional de Saúde, coordenado pelos respectivos Conselhos de Administração em articulação com os Hospitais.

Com isto, pretende-se dotar os Centros de Saúde e as Unidades de Saúde de Ilha, por um período de dois anos, licenciados na área da nutrição. Medidas, aprovadas

também pelos gestores do Programa Regional de Prevenção e Controlo da Diabetes e Luta Contra a Obesidade e pela Direcção Regional da Saúde.

Os resultados dos estudos sobre a obesidade sugerem que qualquer estratégia de intervenção para combater a obesidade infantil tem que envolver e responsabilizar, prioritariamente toda a família, a escola e os profissionais de saúde.

Os nutricionistas devem fazer acompanhamentos junto das famílias, promovendo os bons hábitos alimentares. Devem também intervir em certas aulas ou disciplinas onde seja abordado o tema Alimentação Saudável.

A divulgação institucional de conselhos úteis e informações sobre uma vida saudável, nomeadamente sobre o valor do exercício físico e as consequências positivas no corpo e na mente das pessoas, decorrentes da prática de uma alimentação equilibrada, é igualmente um objectivo a perseguir.

A contratação de nutricionistas para os Centros de Saúde da Região, para a prevenção da obesidade infantil, em articulação com o Programa Regional de Prevenção e Controlo de Diabetes e Luta Contra a Obesidade, é sem dúvida uma iniciativa de enorme importância na promoção de hábitos de vida saudáveis para a Região.

As cantinas escolares com maior controlo no fornecimento aos alunos de alimentos saudáveis, já implementado na Região pelo Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário pelo Decreto Legislativo Regional 18/2007/A, de 19 de Julho, merecem uma continuada vigilância e respectivos melhoramentos em prol da saúde dos nossos alunos.

A Diabetes constitui um dos problemas de saúde pública de elevada magnitude, sendo previsível que constitua, uma das principais causas de morbilidade e incapacidade total ou parcial durante o séc. XXI.

O Programa Regional de Controlo da Diabetes foi contemplado pela primeira vez no Plano Regional de Saúde de 1989, tendo sido actualizado e melhorado no Plano que se lhe seguiu com o horizonte temporal 1995-1999.

Em 2000 a Região Autónoma dos Açores aderiu ao Programa de Controlo de Gestão Integrada da Diabetes Mellitus, entrando em vigor, na Região, o “Guia do Diabético”, como elemento responsabilizador do alcance de objectivos terapêuticos

da pessoa com diabetes e da sua ligação aos profissionais de saúde, através da facilitação da troca de informação. Veio promover, ainda, a definição de objectivos e métodos de tratamento, dando a conhecer ao doente as suas responsabilidades, direitos e deveres. O “Guia do Diabético”, actualmente Guia da Pessoa com Diabetes, veio permitir, também, registar o número de diabéticos em tratamento nas unidades de saúde da Região, com a criação de uma base de dados especificamente para o efeito. Em Maio de 2009, encontravam-se registados na Direcção Regional da Saúde 15.880 diabéticos.

O 4.º Inquérito Nacional de Saúde 2005/2006 revelou que a diabetes é a quinta doença crónica a afectar a população da Região Autónoma dos Açores, com uma prevalência de 6,7%, factor que justifica a continuidade deste Programa.

O mesmo inquérito revelou que 18,4% da população com 18 anos ou mais regista excesso de peso e 20% OBESIDADE. Dados recolhidos na Região revelam que 51,4% das mulheres têm excesso de peso/obesidade e os homens 60,6%.

Relativamente às crianças, o estudo Crescimento e Desenvolvimento de Crianças e Jovens Açorianos revela que dos 6 aos 10 anos, 33,1% tem excesso de peso/obesidade (11,6% são obesos e 21,5% tem excesso de peso), sendo a situação ainda mais grave no corte das crianças dos 10 anos aos 13 anos com um total de 39,7%, com excesso de peso/obesidade.

Na origem desta situação parecem estar comportamentos alimentares inadequados, associados a níveis reduzidos de actividade física.

Pelo Despacho n.º 850/2006, de 16 de Agosto foi criado o Programa Regional de Prevenção e Controlo da Diabetes e Luta Contra a Obesidade, por estas patologias estarem associadas e para rentabilizar os recursos humanos existentes na Região.

O aumento da incidência da obesidade e a morbilidade e mortalidades associadas e os elevados custos que determinam constituem, deste modo, um motivo para a tomada de medidas de promoção da saúde e prevenção da doença a este nível vinculando-se, assim, a Região aos principais fundamentos definidos na Carta Europeia de Luta Contra a Obesidade, subscrita pelos Estados-Membros Europeus da Organização Mundial da Saúde, entre os quais Portugal.

O Programa Regional de Prevenção e Controlo da Diabetes e Luta Contra a Obesidade deve ser implementado numa óptica de intercepção e complementaridade com o Programa Regional de Prevenção e Controlo das Doenças Cérebro-cardiovasculares, o Programa de Saúde Escolar e Saúde Infanto-Juvenil e o Programa Regional de Prevenção e Controlo das Doenças Oncológicas, visando prevenir o excesso de peso e a obesidade em todos os grupos etários da população. Combatendo a obesidade actua-se noutras frentes, nomeadamente na diabetes do tipo 1 e 2, na doença cardíaca coronária, hipertensão arterial, acidentes vasculares cerebrais, nalguns tipos de cancros, dislipidemias e nas doenças osteoarticulares, entre outras.

As estratégias definidas pela Direcção Regional da Saúde e outras Direcções Regionais promovem os hábitos de vida saudáveis através das seguintes acções:

- Divulgar os critérios de classificação da Obesidade Infantil por todos os médicos, enfermeiros, nutricionistas e dietistas do Serviço Regional de Saúde;
- Rastrear as crianças do 5º ano de escolaridade, com obesidade infantil, obtendo indicadores a fim de monitorizar padrões e tendências alimentares;
- Colaborar com a Plataforma contra a Obesidade na divulgação da Carta Europeia de Combate à Obesidade e da Carta Portuguesa de Combate à Obesidade, aquando da sua criação;
- Desenvolver, em todos os Centros de Saúde/Unidades de Saúde de Ilha, equipas multidisciplinares que incluam, entre outros, médicos, nutricionistas, dietistas e enfermeiros;
- Continuar a promover cursos de formação de formadores em alimentação saudável, nutrição e actividade física, dirigidos a médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicólogos e encarregados de educação, em colaboração com a Plataforma Nacional Contra a Obesidade, criando condições para que os pais e encarregados de educação sejam bons modelos para as nossas crianças;
- Promover, em concertação com a Direcção Regional da Educação e Formação, programas de educação para a saúde e estilos de vida saudáveis nas escolas públicas;

- Regular, em articulação com a tutela da Educação, a disponibilidade de alimentos com elevado teor de calorias, sal, açúcar e gorduras (saturadas e trans) nas cantinas/bares das escolas, nos serviços públicos, ATL's e nas empresas;
- Promover, em parceria, com a Direcção Regional do Desporto, programas para a promoção da prática desportiva e de estilos de vida saudáveis nas escolas públicas;
- Propor junto da restauração colectiva, eventualmente em colaboração com as Câmaras de Comércio, Escolas de Hotelaria e Câmaras Municipais, um “menu saudável”;
- Propor junto da restauração colectiva, eventualmente em colaboração com as Câmaras de Comércio, Escolas de Hotelaria e Câmaras Municipais mini-cursos de culinária saudável;
- Propor à Universidade dos Açores a integração nos currículos das Escolas de Enfermagem de um módulo sobre obesidade e estilos de vida saudável;
- Sensibilizar a indústria alimentar para o cumprimento da regulamentação do teor de sal e pão.
- Criar projectos “Natureza em Movimento”, que consistiria em organizar actividades desportivas, tendo em conta as potencialidades naturais das Regiões em que as escolas estejam inseridas, com verbas necessárias para estas actividades, cedidas por uma parceria entre o Governo e as Autarquias e a dinâmica interna das escolas. Aproveitando assim, os investimentos feitos ao longo dos últimos anos por parte da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas no melhoramento de infra-estruturas, equipando-as com mobiliário destinado à actividade física com circuitos de manutenção, promovendo hábitos de vida saudáveis e saúde pública, potenciando o uso e divulgando as áreas de recreio florestal. Como é o exemplo das Reservas Florestais de recreio do Pinhal da Paz (Ponta Delgada), de S. João (Pico), dos Viveiros de Nordeste e do Cinzeiro da Pedreira de Nordeste. E também por parte das Secretarias Regionais da Economia e do Ambiente, os investimentos na conservação e manutenção dos trilhos pedestres existentes na Região.
- Aproveitar e incentivar a iniciativa da parceria entre a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas e a Secretaria Regional da Educação e Formação, da

implementação de forma gratuita a distribuição de fruta nas escolas criando assim hábitos alimentares saudáveis no meio escolar.

Importa referir que a promoção de estilos de vida saudáveis é transversal a todos os programas regionais específicos que integram o Plano Regional de Saúde.

O sedentarismo de uma população constitui um “problema transversal” da sociedade e de cada indivíduo, sendo necessários os próprios indivíduos, terem consciência da necessidade de mudar o dia-a-dia, criando hábitos de vida saudáveis, incluindo uma dieta saudável e prática contínua da actividade física. Não basta os investimentos do Governo, não basta os incentivos proporcionados, é necessário criar-se modelos de vida dentro das nossas casas, pois é aí que começa a verdadeira educação e desenvolvimento de cada um de nós.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Como sabem, têm que se inscrever agora para poderem participar no debate.

Tenho inscritos o Sr. Secretário Regional da Saúde e os Srs. Deputados Francisco Álvares e Cláudio Almeida.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Congratulo-me com a intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça ao trazer a esta casa a preocupação e promoção com os estilos de vida saudáveis.

De facto, esta é uma preocupação transversal a todo o Plano Regional de Saúde.

Por outro lado, é um objectivo do Programa do Governo promover estilos de vida saudáveis. Esses estilos de vida saudáveis têm 4 componentes:

- um alimentação equilibrada;
- uma prática regular de exercício físico;

- evitar alguns consumos, como álcool, tabaco e outras dependências;
- uma gestão de stress.

Esta é uma questão complexa que decorre do desenvolvimento da nossa sociedade. Em relação à obesidade infantil, que é de facto uma das questões que preocupa bastante o Governo, está em campo o rastreio da obesidade infantil.

Todas as crianças nos Açores, no 5º ano de escolaridade, estão neste momento a serem pesadas, a serem rastreadas de maneira a que aquelas que já exibem alguma preocupação, algum excesso de peso, sejam encaminhadas para os centros de saúde e possam ver o seu problema resolvido com um nutricionista.

Evidentemente que a criança não irá sozinha. Os pais também a acompanharão e será uma consulta para a própria família.

Estamos em crer que esta é uma medida adequada e que vai ter benefícios no futuro.

Já que falamos em saúde, gostaria de esclarecer aqui dois pontos que há pouco não tive oportunidade de referir. Têm a ver com o Sistema de Informação Regional de Saúde e, necessariamente, com este Programa Regional de Saúde que não se pode implementar sem um sistema de informação.

Em relação ao SIS-ARD importa esclarecer que, na parte referente ao *software*, o contrato que temos com a empresa é de 4,3 milhões de euros, sendo que apenas foram pagos 53%.

É um programa que no seu modo estrutural já está instalado no Centro de Saúde da Ribeira Grande, no Hospital de Angra do Heroísmo, no Centro de Saúde de Angra do Heroísmo e na Unidade de Saúde de Ilha de São Jorge.

Por outro lado, o internamento e urgência serão entregues pela empresa no dia 21 e 23 de Julho.

A nível do pessoal, o módulo de gestão de pessoal também já está instalado. É um processo muito complexo em que se explica facilmente o seu atraso.

Deputado Pedro Gomes (PSD): É ou não verdade que as Unidades de Saúde vão consultar empresas para comprar outro *software* para substituir o que está a ser utilizado?

O Orador: Foi necessário definir e estudar todos os requisitos que esta solução deveria ter.

Esta é uma solução à medida, não é uma solução comprada em “pacote” a uma empresa que já a tinha instalado não sei aonde.

É uma solução desenvolvida especificamente para os Açores e para a complexidade que os Açores representam no contexto do sector da saúde.

Mesmo assim, o Governo Regional já decidiu, em Janeiro deste ano, que a partir de 31 de Julho a empresa tem de entregar as aplicações para as quais foi contratada.

A partir de 31 de Julho a empresa pagará à Região 4.346 euros, por dia,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): 4 anos depois!

O Orador: ... por atraso, até ter entregue as suas aplicações.

Por outro lado, em relação à Inspeção Regional de Saúde, entendemos que esta é estruturante no sector da saúde nos Açores, mas importou, antes de mais, criar a Orgânica da Secretaria Regional da Saúde de modo a podermos agora, através de Decreto Regulamentar, estabelecer como é que vai ser a Inspeção Regional da Saúde.

Devo dizer-lhe que, a muito breve trecho, terá notícias em relação a essa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) Deputado Francisco Álvares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito curta começando por registar aqui a oportunidade da comunicação do Deputado Carlos Mendonça e, por outro lado, registar igualmente, com preocupação, depois de todas as iniciativas e depois de todos os investimentos que ele aqui veio anunciar, a situação em que se encontram as crianças dos Açores em termos de obesidade infantil, registando-se como a área mais preocupante do país.

No último plenário discutimos a redução da prática da educação física nas escolas dos Açores que, no fundo, acaba por contrastar com essa sua preocupação, porque disse, e bem, que a prática da educação física tem que ser feita de forma regular e

sistemática para que tenha efeito e os Açores já foram a Região do país referência nessa matéria, na prática da educação física no 1º ciclo.

Por isso, mais uma vez para dizer que, sendo essa a fase crucial e não sendo possível em muitas das situações fazer retroagir os efeitos que muitos dos adultos já manifestam, se invista efectivamente nessa área e nessa fase, porque essa fase é irrepetível, é nessa fase que se adquirem estilos e hábitos de vida saudável e as crianças normalmente adquirem competências que depois vão desenvolvendo pela vida fora.

Obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma achega ao Sr. Deputado Francisco Álvares.

O Sr. Deputado, desde o último plenário, insiste que a actividade física e o seu desenvolvimento são unicamente da responsabilidade da escola.

Como foi dito ali, penso que é transversal.

Deputado Rui Ramos (PSD): Uma interpretação sua!

O Orador: Lembre-se, Sr. Deputado, que uma das grandes responsabilidades da iniciação e de ter condições para a prática desportiva é realmente as autarquias, porque são os autarcas que estão directamente envolvidos com as nossas populações.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O Governo não tem?

O Orador: Se me permitiu dar esta achega, ajude-me em relação a esta iniciativa que vou ter agora.

Temos que ter a preocupação de alertar todos os nossos autarcas de que é de grande importância arranjar espaços condignos para a prática continuada, para todas as classes etárias e para todas as crianças.

Por isso, a actividade continuidade da educação física não é unicamente responsabilidade das escolas.

Deputado Francisco Álvares (PSD): Quem é que disse isso?!

O Orador: Não se esqueça que o problema que foi debatido aqui é mundial.

Digo-lhe mais:

Se estas iniciativas e este investimento não fossem feitos, tem noção de qual seria a percentagem da obesidade infantil nos Açores? Tem ideia de quanto seria?

Deputado Francisco Álvares (PSD): Sei que é a pior do país!

O Orador: Supostamente seria aumentada.

Era importante ter consciência disso quando se criticam estas iniciativas que são muito bem-feitas e elaboradas por parte deste Governo para a criação de hábitos de vida saudáveis na Região.

Obrigado.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Muito bem!

Deputado Francisco Álvares (PSD): Temos as piores taxas!

Não nos preza dizer isso aqui, mas é o que temos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais pedidos de esclarecimento, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Turismo tem sido, e bem, considerado como uma das alavancas do desenvolvimento sustentado que se pretende para os Açores.

A verdade é que o sector do turismo tem vindo a crescer na Região e representa já hoje uma realidade incontornável, assumindo, a par da agricultura e das pescas, um dos tripés em que assenta a criação de riqueza nas nossas ilhas.

A aposta que se fez nos últimos anos tem certamente muitas virtudes e entidades públicas e privadas têm vindo a aplicar elevados montantes em infra-estruturas, na promoção e na angariação de clientes.

Pode contudo questionar-se acerca do custo de oportunidade desta aposta, isto é, se o esforço desenvolvido poderia ter tido outros e melhores efeitos.

E é nos momentos de crise que nos sentimos particularmente convocados para uma análise mais prudente e pormenorizada, considerando atentamente o balanço do custo/benefício das opções tomadas.

Sem ser a tese de fundo desta intervenção não quero deixar de vos transmitir a dúvida que sinto acerca da assertividade do caminho que temos vindo a trilhar, baseado numa concepção de turismo que talvez não seja a que mais se adequa a uma Região que não pode oferecer sol e praia e que, por isso, mesmo que quisesse, nunca poderia ter turismo de massas.

Muitos investimentos em hotelaria poderiam ter tido outra orientação, muitas verbas gastas para trazer turistas para os Açores poderiam ter tido outros fins e muitos investimentos em meios e estratégias de transportes aéreos e marítimos poderiam ter tido outro rumo.

Parece-me ser hoje evidente que muita da nossa hotelaria tradicional está a atravessar dificuldades, com taxas de ocupação muito baixas, com dificuldade em suportar custos fixos e sem vislumbrar soluções no curto prazo.

Poderão dizer que tal se deve à crise e que tudo irá melhorar amanhã.

É possível. Mas também é possível que tenhamos de enveredar rapidamente por outro caminho mais adequado às nossas características e potencial.

Os Açores são a cara do turismo de natureza e nesse aspecto, e é importante que se diga, alguma promoção institucional recente tem sido particularmente feliz.

No entanto, estas acções sugerem alguma dissonância com uma aposta no turismo de charters.

O turismo de natureza impõe uma capacidade de carga limitada da parte da oferta e busca segmentos mais qualificados na procura.

Poderá também perguntar-se se as verbas gastas na subsidiação de charters e as orientações estratégicas e investimentos consequentes que condicionaram a companhia área regional não terão impedido outro tipo de soluções mais sustentáveis?

Penso que a canalização de esforço e meios para melhores e mais baratos serviços aéreos regulares teria sido uma melhor aposta, desde logo para os residentes, mas também para o tipo de turismo que nos interessa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge, o chamado Triângulo, o turismo no espaço rural, o turismo de natureza, tem vindo a desenvolver-se.

E tem vindo a desenvolver-se não especialmente porque existam orientações políticas neste sentido, até porque, embora o PROTA diga que o Triângulo é uma realidade que importa potenciar, o Plano de Turismo passa completamente ao lado desta realidade, mas tem vindo a desenvolver-se, dizia, porque os agentes locais sentem ser por demais evidente que nestas ilhas a proximidade geográfica e a diversidade natural são uma manifesta mais-valia.

Nas Jornadas Parlamentares que o PSD promoveu na Ilha do Pico foi patente a necessidade de olhar para o Triângulo como um valor acrescentado para estas três ilhas, mas também para os Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O Triângulo soma aos Açores, desde logo a nível turístico, mas também a nível sócio-económico, se entendermos esta realidade como um espaço geográfico onde vivem mais de 40.000 pessoas.

Mas se, para o turismo, interessa projectar um Triângulo de diversidade paisagística e onde se vivencia verdadeiramente o sentimento arquipelágico, interessa também para este sector, mas também a todo o nível, que se criem condições de continuidade territorial que só as ligações marítimas permitem tanto quanto à razoabilidade dos preços como à facilidade de movimentação.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Dentro do Triângulo tem de haver transportes marítimos numa base permanente, como agora existe, mas também com a qualidade segurança e conforto que se exige nos dias de hoje, tanto para os residentes como para quem nos visita.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: As viagens entre o Faial e o Pico continuam a fazer-se basicamente como se faziam há 20 anos, tanto nos meios de transporte, como nas estruturas

portuárias, e as viagens entre o Pico e São Jorge que, tem vindo a ser incrementadas, exigem investimentos inadiáveis nos portos.

O turismo no Triângulo adiciona ao produto turístico Açores e expressa já algumas características peculiares que devem ser anotadas, nomeadamente o despontar do empreendedorismo familiar que se concretiza em investimentos estáveis e criadores de emprego e de riqueza e um turismo de pequenos números, mas de elevada qualidade, baseado em pequenas unidades hoteleiras trabalhando em rede horizontal e vertical com a animação e agentes de viagem.

Estes são fenómenos que provam que, mesmo numa Região em que, muitas vezes, em vez de a incentivar, se tenta condicionar a sociedade civil, por vezes esta sociedade civil descola dos equívocos e vai à frente dos poderes públicos, mostrando um caminho diverso daquele que por vezes lhe querem erradamente impor.

A este turismo de natureza, que se pode vender como turismo de saúde e de bem-estar, fruto das condições excepcionais que bafejam o Triângulo e todas as ilhas açorianas, é imprescindível associar uma política sectorial consequente e adequada.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Às unidades de turismo tradicional, mais ou menos urbanas, é preciso acrescentar uma aposta decidida no turismo rural, que aproveita o nosso potencial e promove a democratização do investimento em pequena escala e familiar.

Aos agentes de turismo, às agências e à animação é preciso acrescentar o incentivo à integração em redes que potenciem a criação de pacotes versáteis, quase por medida, para cada turista que nos visita.

À promoção do turismo de natureza é preciso acrescentar a redundância da saúde e do bem-estar, valores supremos de sempre e de hoje.

Ao mar que nos divide e nos embeleza é preciso acrescentar uma estratégia com pés e cabeça que comece na definição de modelos e acabe na construção de barcos e portos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: À distância que nos condiciona é preciso acrescentar meios de transporte e tarifas que favoreçam a vinda dos turistas que nos interessam e sirvam os nossos interesses de, também, viajantes.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria saudar a intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas por ter sido o único deputado do PSD que conseguiu concluir alguma coisa das Jornadas Parlamentares do PSD para além das linhas de crédito sobre reabilitação urbana.

Srs. Deputados, quando falamos de turismo não podemos sair da questão da crise internacional.

A crise internacional afecta toda a Europa e, como é óbvio, afecta os nossos mercados emissores.

Será óbvio e verificamo-lo em todo o mundo, que há uma retracção do turismo pelo facto das pessoas terem menos rendimentos e a primeira coisa que cedem é viajar nas suas férias.

Contudo, e contrariando um bocado a teoria do Sr. Deputado, há dados que são bastante relevantes no contexto turístico regional, como o facto de termos desde o início de Janeiro um crescimento sustentado na ordem dos 5,2% de turistas provenientes do Continente.

Imagine, Sr. Deputado, estamos a falar daquilo que os senhores tanto criticam, ou seja, das tarifas estarem tão altas, mas no entanto temos um crescimento.

Gostaríamos que fosse mais baixo? É verdade! Mas este é um facto, os turistas vindos do Continente têm vindo a crescer.

Mas, Sr. Deputado, também podemos olhar para os dados que temos.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor está atento aos números?

O Orador: Tenho-os à minha frente.

Podemos falar de turismo, taxa de variação homóloga:

Ilha do Pico: 32%

Ilha do Faial: 8,5%

Ilha Graciosa: 60,5%

Sr. Deputado, no meio deste contexto esses números não são os ideais, mas são animadores. Dão-nos algum ânimo.

Aquilo que o Governo Regional tem feito é o seu papel: tentar promover uma campanha de promoção da Região no exterior, como o Sr. Deputado muito bem elogiou; tentar promover com as novas obrigações do serviço público mais acessibilidades a todas as ilhas da Região Autónoma e conseguir com a sua companhia aérea, articulando com os operadores turísticos, novas rotas, novos voos.

Como sabemos estes números decresceram devido ao facto de rotas tradicionais para o Norte da Europa terem diminuído.

Acrescente-se a isso, com mais ligações, a Atlânticoline a trabalhar com barcos, em que está a subir o número de passageiros.

Há uma estratégia deliberada no sentido de ultrapassarmos este período difícil, mas este, Sr. Deputado, como é óbvio, é um período difícil devido às contingências da crise internacional.

Temos que fazer o nosso papel. O Governo tem-no feito e os operadores turísticos e os responsáveis por esta área têm também que fazer o seu papel.

Tenho dito.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, temos mais inscrições na mesa, mas atingimos a nossa hora regimental.

Vamos ficar por aqui.

O debate continuará amanhã na altura própria.

Retomamos os nossos trabalhos às 15 horas com a Agenda.

Bom almoço e até logo.

Eram 13 horas.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos entrando na Agenda.

Como primeiro ponto temos o **Projecto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2010 – “Incentivos e Fomento à Empregabilidade nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos assistiram-se a profundas transformações nos dispositivos e nas políticas para a empregabilidade. Os indivíduos deixaram de ter acesso a percursos relativamente estáveis e contínuos e a relação com a actividade profissional, cada vez mais flexível, mutável e polivalente, passou a definir-se mais pela empregabilidade do que pelo emprego, por isso, hoje, a orientação individual e a aquisição de competências assumem um papel fundamental.

Não temos dúvidas que o aumento da empregabilidade dos açorianos tem de ser um objectivo de grande centralidade na actuação política, assente numa estratégia que permita um acompanhamento eficaz de activos, trabalhadores e desempregados; a observação e o acompanhamento estratégico do mercado de emprego com recurso a estatísticas e estudos perspectivados que permitam a recolha de informação nos domínios do trabalho, emprego e formação profissional; a implementação de planos de transição para a vida activa que permitam aos jovens uma preparação eficaz e consequente para o mercado de trabalho.

É, portanto, necessário que os agentes do sistema político, dentro da sua esfera de competências, continuem a aprofundar e melhorar os instrumentos existentes para

dar respostas adequadas não só às transformações e aos novos desafios verificados nesta área, bem como e sobretudo às necessidades dos cidadãos.

Com base nesses pressupostos, afirmando e sinalizando politicamente a importância crucial da empregabilidade e do sector do emprego para o desenvolvimento da Região, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista traz a este Parlamento uma proposta legislativa que pretende acautelar e introduzir algumas questões que nos parecem fundamentais no prosseguimento dos objectivos na área da empregabilidade, materializando também o reforço de competências e de capacidade de agilização de processos nesta área dentro da Região.

Desta forma, reforçamos e consagramos a importância do acompanhamento de desempregados e da orientação profissional.

Aqui, a informação, apoio e orientação na definição e desenvolvimento dos percursos de inserção ou reinserção no mercado de trabalho e a realização de programas de orientação e aconselhamento profissional destinados a desempregados e a indivíduos que pretendam imprimir uma nova orientação ao seu percurso profissional têm especial importância. Tentamos conjugar três eixos determinantes nesse propósito: orientação, formação e inserção.

Com esta proposta introduzimos também a capacidade competencial da Região na vigilância estratégica, o novo conceito que está subjacente à nova missão de observar com sentido estratégico, intervindo na observação das questões do mercado de trabalho, não só de forma pedagógica ou coerciva, mas também e sobretudo de forma estratégica, a fim de orientar a sua actuação e as suas políticas.

Quem está por dentro das questões do emprego e das transformações laborais rapidamente perceberá a importância deste conceito de observação estratégica e de uma nova abordagem nesta matéria.

Aqui, o Observatório do Emprego e Formação Profissional terá grande margem de actuação para recolha de informação dando-lhe consequência em estreita articulação com a Inspeção Regional do Trabalho.

Realço que neste conceito reside um dos pontos mais importantes desta proposta, a competência efectiva no controlo dos recibos verdes com impacto considerável no

combate à precariedade laboral e àqueles que mais sofrem com ela, os jovens e as novas gerações.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é a Administração Pública!

O Orador: Actualmente os “recibos verdes” são apresentados como mera prestação de serviços, o que impedia a Administração Regional de ter os instrumentos que permitissem uma visão global sobre esta problemática e a sua real dimensão.

Na proposta que aqui trazemos consagramos a obrigatoriedade de, no âmbito da informação social das empresas, dar toda a informação solicitada sobre os prestadores de serviço, ficando obrigadas à prestação da referida informação todas as empresas que empreguem trabalhadores cujos postos de trabalho se situem na Região Autónoma dos Açores, independentemente da natureza da relação jurídico-laboral.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Estamos na Coreia do Norte?

O Orador: Acreditamos que a consagração das normas referidas permitirá combater a precariedade laboral de forma sistematizada e consistente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): União Soviética?

O Orador: Por exemplo (para que os Srs. Deputados melhor percebam e para que o Sr. Deputado Artur Lima também melhor perceba os nossos objectivos)...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu já percebi tudo!

O Orador: ... para que o “recibo verde” tenha carácter de contrato de trabalho é necessário saber se existe relação hierárquica, única ou quase exclusiva e continuada.

Com esta obrigatoriedade será possível fazer esse controlo identificando os abusos deste regime de prestação de serviços, o que não era fácil de controlar até ao momento.

Assim, será possível saber todos os “recibos verdes” existentes de todas as empresas regionais, abrindo-se aqui uma perspectiva de controlo desta problemática que poderá ter impactos muito positivos, principalmente na vida dos jovens açorianos que trabalham neste regime.

Sendo este diploma no âmbito da empregabilidade, julgamos pertinente também consagrar aqui as estratégias de transição para a vida activa como os Programa Estagiar (Programa Estagiar L, Estagiar T, Estagiar U), consagrados em Decreto Legislativo Regional e reforçando e sinalizando a sua importância numa estratégia global de fomento à empregabilidade e à entrada no mercado de trabalho.

A este propósito é justo referir também que estes programas têm dado um contributo determinante para a entrada na vida activa de milhares de jovens açorianos.

Será difícil de encontrar uma estratégia de transição para a vida activa com melhores resultados do que estes.

Os ganhos que estes programas de estágio têm dado à juventude açoriana são inegáveis e representam um importante apoio do Governo à juventude, dentro, naturalmente, da sua esfera de competências na área da empregabilidade e das políticas de emprego.

Não existem programas perfeitos, é certo, e temos de continuar a melhorar os programas que temos, reforçando a sua fiscalização e impedindo os abusos que alguns empresários fazem destes programas e as cumplicidades ou perversões promovidas por falsos estagiários.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PS traz, por isso, a este Parlamento uma proposta legislativa que julgamos ser um importante contributo para que possamos continuar a responder de forma adequada aos desafios que esta área apresenta reafirmando a importância do emprego e da empregabilidade enquanto força motriz fundamental para o desenvolvimento dos Açores.

Disse.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, queria solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, por favor.

Presidente: É regimental. Recomeçamos às 15.30 horas. Até já.

Eram 15 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Estávamos no período de inscrições. Tenho inscritos os Srs. Deputados Clélio Meneses e Aníbal Pires, a Sra. Secretária Regional e o Sr. Deputado Luís Silveira. Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos nos Açores um grave (gravíssimo!) problema de desemprego.

Nos Açores vive o maior número de desempregados da história da Autonomia.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não apoiado!

O Orador: De facto, no primeiro trimestre de 2010, os últimos dados oficiais conhecidos, o número de desempregados foi de 9.132. São os números oficiais do Serviço Regional de Estatística, quando no primeiro trimestre de 2009, isto é, no trimestre homólogo do ano anterior, este número era de 7.977 e no quarto trimestre de 2009 esse número era de 8.490.

Neste momento em que vivemos, pelos últimos dados oficiais conhecidos, o número 9.132 desempregados representa 7,7% da população açoriana, mais 1% do que há um ano.

Deputado Helder Silva (PS): Faça as contas de maneira a que os outros também as possam fazer!

O Orador: Durante largos anos foi aqui referido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e pelo Governo Regional que tínhamos a mais baixa taxa de desemprego do país. Já não se pode dizer isso!

Os Açores já não são a região em que o desemprego é o mais baixo do país.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E o senhor fica satisfeito com isso?!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não!

Deputado Helder Silva (PS): Então quem é que nos ultrapassa e porquê?

O Orador: Em 1995, que é sempre tido como o ano da desgraça (a que se seguiu o ano da graça, para alguns socialista, 1996), o número de desempregados era de 7.442. Hoje, é de 9.132.

Deputado António Toste (PS): Qual é a capacidade de emprego?

O Orador: Em 2001 os Açores tinham uma taxa de desemprego de 2,3%. Imagine-se o que significa para a vida das pessoas, que é o que é importante, este aumento.

Em 2001 era 2,3%. Em 2009, 6,8. E agora, 7,7%.

Quando estes números são postos em cima da mesa o Partido Socialista e o Governo Regional questionam sempre, como há pouco em aparte, e a população activa?

A verdade é que também a população activa está a descer nos Açores.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Compare com os anos anteriores a 95!

O Orador: Isto é, no segundo trimestre de 2009 a população activa era de 131 mil e no primeiro trimestre de 2010 baixou para 118.874.

Perguntam: “E a população empregada?”

A população empregada também desce.

Hoje, nos Açores, a população empregada é de 109.742.

Vou citar o órgão oficial de estatística do Governo Regional, que num dos seus destaques diz:...

Deputado José Rego (PS): Qual é o ano?

O Orador: “Existe um decréscimo de 1,8% relativamente ao trimestre homólogo.”

Até a população empregada também baixa!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso tem que ser comparado com 95!

O Orador: Nos Açores, o desemprego aumentou de forma drástica, preocupante, gravíssima e até aquela desculpa e argumento que o Partido Socialista e o Governo

Regional utilizavam, de que “a população activa cresce”... Não! A população activa baixa!

“Não, mas a população empregada aumenta”.

A população empregada desce!

Existe, assim, um gravíssimo problema de desemprego na Região.

Perante isto, o Grupo Parlamentar do PS apresenta esta proposta, com princípios correctos, adequados, com os quais concordamos, mas que não são a solução para o problema.

É um problema imenso que vivem as pessoas e as famílias dos Açores.

O objectivo deste diploma é, no fundo, o acompanhamento e a orientação de activos, trabalhadores e desempregados, mas, como bem sabem, o problema real e verdadeiro que se vive nos Açores não se resolve apenas com o acompanhamento e orientação.

Os milhares de desempregados nos Açores não querem saber muito de acompanhamento e orientação. O que os milhares de desempregados dos Açores querem é emprego. É este, realmente, o problema.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E o senhor agora vai apresentar soluções!

O Orador: O que se sabe é que o Grupo Parlamentar do PS, supostamente num rebate de consciência, depois de ter apresentado um projecto que tinha como título “Incentivos e fomento à empregabilidade dos Açores”, dando ideia que iriam fomentar a empregabilidade, iriam incentivar a empregabilidade, iriam resolver o problema do desemprego na Região, à última da hora apresentam uma alteração que, natural, legítima e correctamente, vem pôr as coisas no seu ponto.

Este diploma, ao contrário do que foi anunciado e apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não é nenhum incentivo, nenhum fomento à empregabilidade. Como agora diz e bem o Grupo Parlamentar do PS, “estabelece mecanismos de acompanhamento na empregabilidade e do mercado de emprego na Região Autónoma do Açores”.

Curiosamente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta, em cerca de 20 artigos, cerca de 30 alterações.

Já vimos aqui muitas alterações, já vimos o Governo apresentar propostas que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quase que altera profundamente, revelando que há aqui alguma desconformidade, mas o que não tínhamos visto ainda era o Grupo Parlamentar alterar completamente as propostas do seu grupo parlamentar.

Parece que o Grupo Parlamentar do PS-A faz propostas ao Grupo Parlamentar do PS-B, a equipa A apresenta propostas à equipa B. É o que parece.

Já fomos aqui muitas vezes atacados por não discutirmos em Comissão, por não apresentarmos em Comissão.

Não me parece correcto alterar quase na íntegra ...

Deputado Helder Silva (PS): Quantas vezes vocês já vieram aqui apresentar propostas de alteração?

O Orador: É legítimo, tal como é legítimo os outros apresentarem.

Agora, um diploma que tem como autor o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ter, do próprio Grupo Parlamentar, alterações que abrangem quase todo o diploma (em 20 artigos tem cerca de 30 alterações), é uma coisa pelo menos exótica.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Temos que nos corrigir a nós próprios, porque vocês não o fazem!

O Orador: Este diploma, como dizia, sistematiza algumas questões importantes. Faz um grande exercício de sistematização do mesmo diploma e também faz aqui o retrocesso da sistematização quando parecia que queria sistematizar alguma informação estatística no que diz respeito aos acidentes de trabalho.

Recuou. Desistiu dessa sistematização e remete para o diploma os acidentes de trabalho. Parece que há aqui uma evolução na própria sistematização.

No fundo, a ideia que isto dá é de que não traz nada de novo, nada de substancialmente novo, não resolve o problema e parece que quer dar a ideia de que se está a fazer alguma coisa para o emprego. É para dar a ideia de que se está a fazer alguma coisa para resolver o problema do emprego nos Açores.

Pretende mascarar o real problema, esconder o verdadeiro problema que vivem as pessoas e as famílias açorianas.

Incide especialmente sobre questões estatísticas na forma como se tratam os números e a informação estatística. Há aqui uma parte substancial deste diploma que é de informação, como se o real problema do emprego nos Açores fosse a questão do Observatório, da informação estatística que chega, da informação que se conhece. Para alguém, que não os açorianos no desemprego, o problema do desemprego na Região é um problema estatístico. Este alguém está claramente identificado como o Governo Regional, que luta contra as estatísticas do desemprego como se fosse a forma de resolver o problema do desemprego dos açorianos.

É curioso também que tenha sido aqui referido, como uma das marcas deste diploma, o combate aos “recibos verdes”.

Homessa!

Todos sabemos que o maior prevaricador na Região, relativamente a recibos verdes, tem sido, ao longo destes anos, o Governo Regional dos Açores...

Deputado Berto Messias (PS): Não apoiado!

O Orador: ... quando mantém em funções, durante anos e anos, pessoas, cidadãos a trabalhar em “recibo verde”.

Sabemos que isso acontece, porque as pessoas recorrem ao Grupo Parlamentar do PSD para que façamos alguma coisa, mas... “não digam o nosso nome”, “não digam qual é o nosso serviço”.

Sabe por que é que as pessoas recorrem, pedindo ajuda, porque estão há anos a “recibo verde” e nos pedem para não dizermos nada?

Porque se dissermos tiram-lhes o “recibo verde” e até essa precariedade nós não conseguimos sustentar.

Também tememos que esta – e queremos que não seja, daí fazermos o alerta – não seja uma forma de dificultar ou criar entraves aos desempregados para eles recorrerem cada vez menos aos serviços de emprego. Assim, no sentido em que os desempregados, com as dificuldades que lhes possam ser criadas, recorrem menos

aos serviços de emprego, baixam os números estatísticos e resolve-se o problema real (o tal problema), o problema estatístico do desemprego.

Faço referência a um *mail* que recebi, de uma pessoa com ligação ao sector, que nos alertava exactamente para esta situação.

Por isso, e finalizando, o PSD concorda com os princípios, porque são correctos e adequados, mas sabe que esta não é a solução para os graves problemas de desemprego que se vivem na Região, tal como sabem os açorianos que o sentem na pele e na vida.

Concordando com os pressupostos, com os princípios, com aquilo que está em causa com este diploma, com o que ele pretende na verdade, obviamente que temos que nos demarcar de tudo aquilo que são as tentativas de mascarar o real problema. Nós, quando falamos em desemprego, falamos com sentido de responsabilidade, porque estamos a falar de um problema que afecta e aflige muitos açorianos, muitas famílias e que exige da parte dos governantes, de quem tem a maioria e a responsabilidade de governar, que sejam adoptadas medidas que resolvam esse problema e que não fiquem pelo tempo a mascará-lo com manobras de diversão como aquela que foi – e remeto apenas para o título – a proposta inicial em que muito bem (reconheço e elogio) o Grupo Parlamentar do Partido Socialista corrigiu esse título.

Deputado Berto Messias (PS): A sua intervenção é que foi uma manobra de diversão!

O Orador: Por isso, termino com um elogio ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista pela forma com teve este rebate de consciência e corrigiu uma coisa que não era correcta, porque não era verdadeira.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho sérias dificuldades em encontrar novidades neste diploma.

Tenho igualmente muitas dificuldades em verificar, das medidas concretas que aqui estão plasmadas, quais as que possam efectivamente fomentar a empregabilidade. Pelos vistos, não sou só eu, mas eu, de facto, tenho muitas, o que efectivamente me faz logo crer que o anúncio que foi feito, o título que foi dado à iniciativa, não corresponde efectivamente ao conteúdo.

De facto, o Partido Socialista fez apenas uma manobra para nos divertir.

Relativamente à consagração dos Programas Estagiar em sede de Decreto Legislativo Regional, sendo importante, não deixa de ser vazia de conteúdo, aliás, como está à vista de todos. Daí a Representação Parlamentar do PCP ter feito uma proposta que introduz um aditamento que tem efectivamente um conteúdo e pode, a vir a ser aprovada, contribuir para a empregabilidade, nomeadamente dos jovens açorianos que passam pelos processos e pelos programas de estagiar que estão em vigor.

Esta proposta não traz nada de novo. Não oferece perspectivas concretas.

O PS decidiu atirar areia para os olhos das açorianas e açorianos que vivem o drama do desemprego. Lamento ter de o dizer, mas esta proposta, mais do que vacuidade, pode caracterizar-se como mero exercício de hipocrisia.

A proposta não nos traz nada de novo, nem adianta, nem atrasa.

Assim, a posição da Representação Parlamentar do PCP será de abstenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Neste momento quero dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que este diploma, na perspectiva do Governo, estabelece os dispositivos adequados a três grandes finalidades. A saber:

- o combate à precariedade laboral, criando competências efectivas no controlo dos “recibos verdes”;

- os estágios profissionais;
- a observação e o acompanhamento estratégico do mercado de emprego, elaboração de estatística, recolha de informação nas áreas dos emprego, trabalho, formação profissional e estágios profissionais.

Desta forma, o Governo associa-se a esta iniciativa louvando-a e desejando que outros a ela se associem pela importância estratégica que tem no contexto regional. Queria também dizer-vos, Srs. Deputados, que lamento muito as declarações do Sr. Deputado Clélio, porque estive com muito gosto na Comissão onde fui ouvida sobre o diploma e o PSD entrou mudo e saiu calado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E o PS altera as coisas aqui!

Não tínhamos nada a perguntar à senhora!

A Oradora: Nem uma única observação fizeram, numa altura em que tinham a oportunidade de colocar as questões que deviam ter colocado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não tínhamos que questionar a senhora!

Deputado João Costa (PSD): E aqui não podemos colocar questões?

A Oradora: Podem, com certeza.

Deputado João Costa (PSD): Ah, está bem!

A Oradora: Para nós, a questão do emprego é uma questão fundamental.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não parece!

A Oradora: Digamos, crucial!

Essa história é uma história que não é preciso estar sempre a referi-la, porque os dados demonstram aquilo que é perfeitamente evidente.

Queria ainda dar-lhe mais uma informação, Sr. Deputado.

O senhor referiu o primeiro trimestre de estatística conhecida do INE, mas não referiu, por acaso, aquilo que hoje de manhã foi noticiado, que são os dados oficiais do IFP...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Centro de Emprego!

A Oradora: ... que nos dão algum optimismo, ainda que moderado, porque pelo terceiro mês consecutivo o desemprego baixa nos Açores.

Deputado António Marinho (PSD): Um aumento de 25% em relação ao ano anterior é um abismo!

A Oradora: Relativamente ao mês de Fevereiro temos menos 894 desempregados. Não há dúvida de que estes dados são os verdadeiros. Os senhores, quando há alguma coisa positiva, escusam-se a referi-la; quando há algum dado negativo levam-no ao extremo.

Com uma oposição destas está visto o que os senhores pensam e sabem sobre esta matéria.

Muito obrigada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E o desemprego, Sra. Secretária?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No entender do CDS/PP estes são diplomas inócuos, porque estamos, ao que parece, a discutir dois diplomas, o original e o clone do original.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, não conseguimos perceber onde está contemplado neste documento o fomento à empregabilidade. De todo, não conseguimos entendê-lo.

Podemos constatar no preâmbulo (este não alterado, o primeiro diploma, o original) aquilo que o Governo se farta de dizer, que não temos na Região trabalho precário, nem ilegal.

Srs. Deputados, isto é uma grande contradição, até porque os senhores vêm dizer que este documento traz matéria para resolver essa situação, quando não traz ou traz muito pouco. Parece-nos bastante contraditório, depois aqui, enumerar essa situação.

Ainda falando no preâmbulo (este sim, não alterado) podemos constatar diversas situações. Uma delas gostaria desde já deixar aqui, é que não percebemos o que tem a ver a estatística com o fomento à empregabilidade, Srs. Deputados.

Por outro lado, e falando dos “recibos verdes”, aqui tão enumerados, no nosso entender isto só vem criar maiores dificuldade e mais encargos às empresas, Srs. Deputados, sem qualquer dúvida, isto ainda falando do preâmbulo do documento original.

Depois vem ainda falar em acidentes de trabalho, em segurança, higiene e saúde no trabalho. Continuamos sem perceber o que é que tem a ver com incentivos e fomento à empregabilidade esta matéria.

Srs. Deputados do Partido Socialista, não conseguimos perceber para que vos servem tantos gastos em assessoria, mais uma vez apresentando nesta casa um documento feito em cima do joelho, feito à pressa e em que de 23 artigos do documento inicial, 22 são alterados.

Para quem ontem disse nesta casa que o PROTA não devia ser mais prorrogado, que houve mais que tempo, que em comissão não foram apresentadas propostas de alteração por outras forças políticas, que o deveriam ter feito, não quiseram esperar para discutir uma petição com total desrespeito pelos açorianos que a assinaram, hoje vêm aqui, em cima do joelho, na hora de discutir o diploma inicial, alterar, dos 23 artigos, 22 deles?

Srs. Deputados, parece-nos muito deselegante da vossa parte, embora seja legítimo.

Sr. Deputado Berto Messias, vir aqui falar em abusos no que se refere a “recibos verdes”... Já aqui foi enumerado (e concordo com o Deputado Clélio Meneses, que o senhor desmente) que se há alguém que usa e abusa dos “recibos verdes” nesta Região é a Administração Pública Regional.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se foi o senhor que elaborou o diploma original e inicial, gostaria de dizer-lhe que para quem é tão empreendedor e defende o empreendedorismo como o senhor tanto defende, foi muito pouco empreendedor, Sr. Deputado, muito fraquinho. Foi preciso o tal grupo do PS, o B, alterar os tais 22 artigos.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do CDS/PP entende que este não passa de mais um diploma apenas para protelar a inoperância deste Governo em matéria de emprego. Neste caso, não de emprego, mas de desemprego na Região.

Deputados Artur Lima e Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É no mínimo surpreendente a forma como os Srs. Deputados que já fizeram intervenções classificaram esta proposta. Uns não a perceberam, outros ficaram invejosos por não ter sido eles a fazê-la e fizeram intervenções a roçar a “dor de cotovelo parlamentar” e outros ainda afirmam aquela que é a sua orientação ideológica que tem que naturalmente que ser classificada, principalmente aqui.

É bom que os jovens açorianos saibam exactamente essa clarificação ideológica.

Estou a referir-me em concreto ao Sr. Deputado Luís Silveira do CDS/PP.

Quanto às questões do emprego e da empregabilidade houve alguma confusão naquilo que são os conceitos de emprego e o seu mercado, naquilo que é o conceito de empregabilidade.

É importante desmistificar aqui algumas questões que foram ditas, porque os números do desemprego foram analisados de forma totalmente enviesada. Não convém dizer aquilo que é a realidade, que são as contingências externas difíceis que atravessamos, que são as contingências daquela que é agora a Região com menos desemprego no país e o porquê dessa Região ter agora, episódica e transitoriamente, essa redução de desemprego, escamoteando o facto de termos hoje mais empresas, mais população activa, mais ofertas formativas e mais políticas de emprego.

É extraordinário também que o PSD, mais uma vez, tenha a capacidade de falar durante 10 minutos sobre esta questão e consiga diagnosticar sucessivamente problemas. Também nesse exercício de diagnóstico aquilo que nos preocupa é que o PSD, o maior partido da oposição, ficando contente com os problemas do desemprego na Região...

Deputado António Marinho (PSD): Ficamos preocupados!

O Orador: ... não apresente uma única solução, um único modelo, uma única orientação para responder a estas questões. Um único modelo, uma única orientação! Se a tiver eu agradeço que a dê.

Pior do que isso. Para escamotear e encapotar essa incapacidade o PSD agarra-se a questões técnico-jurídicas, de forma, do diploma.

Pois, muito bem! Cá estamos. Esta é a Casa Mãe legisladora da autonomia e cá estamos para melhorar e enriquecer os diplomas com as propostas, algo que,

ouvimos do Sr. Deputado Clélio Meneses, deveriam surgir ou que deveriam ter surgido em sede de Comissão Parlamentar. Também não surgiram, aliás, como é apanágio em muitos casos do PSD.

Outras questões que foram referidas:

Em que é que os números contribuem para o aumento da empregabilidade?

Isso é uma pergunta completamente estapafúrdia quando se debate estas questões.

Naturalmente que as estatísticas, os estudos prospectivos e os resultados que elas nos dão são determinantes para reorientações em termos de estratégias de empregabilidade e de acompanhamento do mercado de emprego.

É com alguma perplexidade que ouço o Sr. Deputado do CDS/PP dizer algo nesta matéria e, muito mais grave do que isso, dizer, ainda por cima, que ao querermos controlar os “recibos verdes” (não somos contra os “recibos verdes”, somos, sim, contra o abuso da utilização desse regime) não percebe em que é que um controlo deste regime pode ajudar a empregabilidade e o acompanhamento destas questões.

Portanto, estou absolutamente perplexo com estas afirmações.

Para terminar esta minha primeira intervenção não posso deixar de dizer o seguinte, para que os açorianos e os jovens que acompanham este plenário percebam:

Quando o Grupo Parlamentar do Partido Socialista traz a esta casa uma proposta que visa introduzir questões importantes como a observação estratégica, como o acompanhamento mais efectivo e mais rigoroso da questão dos “recibos verdes”, defendendo e combatendo aqui de forma mais veemente e mais incisiva a precariedade laboral, a oposição classifica essa proposta, para que os jovens percebam, de hipócrita, inócua e sem consequências.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vazia!

O Orador: E vazia, o que é absolutamente inaceitável.

Para já, era só.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são os incentivos?

O senhor não explicou!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É difícil de explicar!

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, o Sr. Deputado Mário Moniz.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou cingir-me, nesta primeira intervenção, ao diploma inicial (refiro e repiso, ao diploma inicial), porque quanto às alterações agora entregues iremos analisá-las entretanto.

Registámos com apreço a preocupação reflectida no preâmbulo deste projecto em combater a precariedade e o trabalho ilegal.

Lembramos que os proponentes apresentaram publicamente este Projecto de Decreto Legislativo Regional enquanto instrumento crucial para debelar a precariedade laboral na Região, mais concretamente através do combate aos falsos “recibos verdes”. Enfim, um anúncio de medidas à esquerda.

Contudo, “espremendo” o diploma em causa retirámos pouco “sumo”, desse tal combate, porque a Administração Pública e os Institutos Públicos não estarão obrigados a enviar qualquer tipo de informação social, nem mesmo dados acerca dos tais prestadores de serviços.

É claro que tal não poderá ocorrer, porque ninguém tem competência para fiscalizar o cumprimento das leis laborais no sector público, o que tem ocasionado situações no mínimo inusitadas, como por exemplo o caso de falsos “recibos verdes” ao serviço da Administração Local. Esperamos contudo que se proceda também a essa regulamentação.

Em segundo lugar, o diploma prevê (previa!) um processo de recolha exaustiva de informação social das empresas.

Como grande parte dessa informação já existe, esperamos que se pretenda a sua obtenção directamente nas bases de dados.

Deve-se evitar toda a burocracia desnecessária para que as empresas não reclamem de imposições redundantes e os serviços possam actuar de forma célere, basta haver vontade política e actuação inspectiva eficaz.

Em terceiro lugar, é inconsequente (era inconsequente!) pelo facto da informação recolhida não ter contraditório e pela ausência de quaisquer consequências além das previstas no Código do Trabalho.

Não há prazos estipulados para o Observatório fazer o levantamento de todas essas situações, nem é referida a articulação com a Inspeção do Trabalho.

A competência atribuída ao Observatório poderá ser positiva se for garantido que a alínea j), do artigo 12º, se refere a “recibos verdes” e que as empresas serão obrigadas a justificar a sua veracidade segundo os critérios estipulados pelo Código do Trabalho.

Mas que garantias terão os trabalhadores?

Essa é a nossa preocupação. Os trabalhadores que o Observatório comprove que se encontram a trabalhar a falsos “recibos verdes” serão obrigatoriamente integrados com contrato de trabalho? Ou estará esta iniciativa a criar mais desemprego?

Não basta detectar o problema. Urge resolvê-lo de forma eficaz, para que não se criem dois problemas ao tentar resolver um e, principalmente, que se salvaguardem os interesses de quem já está a ser prejudicado, ao invés de prejudicar ainda mais.

Com esta iniciativa não queremos mesmo vislumbrar o início do claudicar do PS às ideias peregrinas da direita, as quais deturpam e em última análise desregulam o mercado de trabalho.

Dizemos isto porque há uma alínea h) no artigo 5º que não podemos aceitar, estranhámos mesmo a sua inclusão nesta proposta anunciada como iniciativa socialista.

Voluntário é todo aquele que presta um serviço em prol da comunidade, para além do direito ao trabalho exercido e devidamente remunerado.

Lembramos e alertamos para o caso de jovens qualificados e desempregados que exercem, por vezes, o que V. Exas. neste diploma entendem como trabalho voluntário em IPSS e na Administração Pública, com a intenção de virem a ser integrados no mercado de trabalho, o que raramente é alcançado, dado que se preencheram ou, em outros casos, criaram uma necessidade, na realidade o seu trabalho é desvalorizado.

Que todo o trabalho é digno, disso não temos dúvidas, mas partilharmos da premissa que será digno a qualquer preço ou mesmo de graça?! Não partilhamos dessa premissa.

Em consequência, este diploma tal como está não é mais do que um exercício publicitário, um autêntico “placebo” e como todos os “placebos” não faz bem, nem faz mal, fica tudo na mesma.

Mas nós não queremos que tudo fique na mesma. Queremos dar a nossa colaboração propondo alterações ao nível da eficácia, da aplicação desta iniciativa.

Foi o que fizemos, porque o que falta é regulação. Incentivos não faltam! Já votámos favoravelmente tantos e tantos nesta casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como referi na minha primeira intervenção e de acordo com as estatísticas oficiais vivemos neste momento o maior número de sempre, da história da autonomia, ao nível do desemprego. São 9.132 desempregados e se não são, gostaria que me desmentissem.

Deputado José Rego (PS): Tem que ser contextualizado!

O Orador: Estamos a falar do último trimestre conhecido.

Deputado António Marinho (PSD): Não tem que ser contextualizado. Tem que ser lido nas estatísticas!

O Orador: O número que é conhecido é este. O maior número de sempre: 9.132 desempregados.

Obviamente que há outra medida, a medida que a Sra. Secretária referiu, uma medida que é diferente desta e que tem a ver com o número de desempregados que se vão inscrever nos Centros de Emprego.

Mas sabemos que há pessoas que estão desempregadas e que não se vão inscrever nos Centros de Emprego.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É preciso distinguir as coisas tal como elas são.

Se há um número, que é o número oficial de desemprego, que diz que temos o maior número da história da autonomia de desempregados (é verdade, é rigoroso), há um outro número que é relativo às pessoas que se vão inscrever nos Centros de Emprego.

O PSD não utilizou esses números porque entende que não são tão fiáveis, porque há desempregados que não se inscrevem no Fundo de Desemprego, mas já que a Sra. Secretária quis falar destes números, então falemos deles. O PSD não lhes dá a importância que dá aos números oficiais da estatística.

Deputado José Rego (PS): Mas já deu nesta casa!

O Orador: Mas já que a Sra. Secretária quer falar neles, falemos neles!

Deputado Berto Messias (PS): Dá jeito!

Deputado António Marinho (PSD): Não! Essa do dá jeito fale com o Sr. Director Regional!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Clélio Meneses está no uso da palavra.

O Orador: Vou citar o boletim de Maio de 2010, que a Sra. Secretária referiu, sobre informação mensal do mercado de emprego (as tais notícias de hoje que a Sra. Secretária se referia). O parágrafo diz o seguinte:

“Numa perspectiva regional o aumento anual do desemprego verificou-se em todas as regiões do país, destacando-se designadamente a Região Autónoma dos Açores...”

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Pois, tinha a mais baixa de sempre!

O Orador: ... em que aumenta num ano cerca de 25%”.

Isto é, de 2009 para 2010 aumenta 25%.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

Leia tudo o que está aí e não só esse parágrafo!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Qual é a percentagem da Madeira?

O Orador: Eu estou nos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Qual é a percentagem oficial da Madeira?

O Orador: O Sr. Presidente do Governo ri-se à gargalhada quando fala da Madeira, mas eu, que sou deputado dos Açores, preocupo-me muito com o que passa nos Açores.

O Sr. Presidente devia estar muito sério, devia preocupar-se com o que se passa na sua Região onde o senhor tem a responsabilidade de governar há mais de uma década e onde o aumento do desemprego sobe exponencialmente, com grandes dificuldades para os açorianos.

Deputado António Marinho (PSD): Preocupe-se com isso!

O Orador: Há pouco, quando referi que os Açores já não são a Região com a taxa de desemprego mais baixa do país...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Leia o parágrafo das taxas de desemprego!

O Orador: ... eu não referi que a Região com a taxa de desemprego mais baixa do país era a Madeira. Não referi, porque a mim não me interessa que a Região Autónoma da Madeira tenha a mais taxa do país. Os senhores é que estão sempre a falar da Madeira.

Estou preocupado, mas muito preocupado, com os Açores.

De 2009 a 2010, mesmo com os tais números da Sra. Secretária, verifica-se um aumento de 25%, isto é, um quarto.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Não são os números da Sra. Secretária. São os números do IEFP!

O Orador: Recuando, de 2008 para 2009, já tinha aumentado 27%.

De 2008 para 2009 aumentou 27%, de 2009 para 2010 aumenta 25% e a Sra. Secretária tem o descaramento de vir a esta Assembleia dizer que está tudo muito bem...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Seja sério! Eu não disse nada disso!

O Orador: ... está muito contente e está muito orgulhosa do seu trabalho!...
Paciência!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando se fala aqui em jovens, em preocupação com os jovens, se eu fosse jovem ainda estava mais preocupado, mas eu sou cidadão, sou deputado, e estou muito preocupado com o desemprego jovem. Isso é que devia preocupar as instituições, os núcleos, as formações políticas de juventude, o emprego jovem.

Quando o desemprego geral, neste momento, é de 7,7%, sabem qual é a taxa de desemprego jovem nos Açores?

Não é de 7,7%. Não é de 10,7%. É de 17,9%, isto é, mais de 10% relativamente ao geral. Isto é que devia preocupar os jovens políticos dos Açores.

De facto, é muito preocupante que aqueles que têm o futuro à frente, que têm aspirações, que têm ambições e sobretudo aqueles que muitas vezes investiram na sua formação, que viram as suas famílias a investir na sua formação, vêem que a taxa de desemprego nos Açores é de 7,7% e a taxa de desemprego é de 17,9%. Isto é que preocupa muitos e muitos açorianos e sobretudo devia preocupar os políticos que têm a responsabilidade de governar.

Uma nota final para que fique de uma vez por todas esclarecida esta questão. O PSD não admite, nem aceita que a má fé abusiva de alguns ponha na nossa boca aquilo que nós não dizemos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Rejeitamos completa, convicta e respeitosamente, para com este Parlamento e para com os açorianos, as acusações de que temos algum gosto em falar em desemprego. Isto é da maior má fé possível.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Estão a pôr na nossa boca aquilo que não é verdade.

Estamos muito preocupados. Estamos tão preocupados que trazemos este assunto a esta casa e falamos com esta seriedade.

Muito preocupante, para além desta má fé abusiva daqueles que põem na nossa boca aquilo que não dizemos, são aqueles que tentam “meter a cabeça na areia” escondendo-se do real problema.

Esses que têm a responsabilidade de governar a Região é que estão permanentemente a fugir do problema, a disfarçá-lo e a esconder-se atrás dele, quando deviam estar à frente do problema a resolvê-lo em prol dos açorianos e dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Berto Messias:

Gostava que o senhor nos explicasse, porque ainda não percebi, quais são os incentivos que estão mencionados neste diploma?

Deputado Rui Ramos (PSD): Eu também ainda não percebi!

O Orador: Continuamos sem perceber, Sr. Deputado.

Peço-lhe que na sua próxima intervenção nos explique. Este documento, seja o primeiro ou o segundo, seja o inicial, seja com as alterações, o que é que tem de incentivos à empregabilidade nos Açores?

(Aparte inaudível do Deputado Berto Messias)

O Orador: Sr. Deputado, os jovens do CDS/PP, dos Açores, estão preocupados com as propostas nomeadamente que os jovens do Partido Socialista apresentam nesta região.

Que fique bem claro: a situação de desemprego que se vive na Região, nomeadamente para os jovens, não foi provocada nem gerida pelo CDS/PP. Foi pelos senhores há 13 anos!

A situação que se vive não é certamente da responsabilidade do CDS/PP, Sr. Deputado Berto Messias.

Decerto que os açorianos teriam vergonha da proposta que os senhores apresentaram aqui inicialmente. Essa, sim, deveriam os jovens açorianos ter conhecimento dela. Certamente o senhor ia ouvir o que é que eles iam dizer e seria bem pior do que eu estou a dizer.

Para concluir, Sr. Deputado, mais uma vez lhe quero afirmar que isto não passa de uma proposta vaga e inócua, porque se os senhores colocassem em prática a lei aprovada nesta casa em Decreto Legislativo Regional em 2003, 2004 e em 2006, certamente não precisariam de estar a fazer este papel ridículo aqui dentro, porque a situação de desemprego na Região e dos jovens açorianos não era aquela que hoje se vive.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para uma segunda intervenção, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

(*) **Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social** (*Ana Paula Marques*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas para rebater alguns aspectos que me parecem fundamentais.

Primeiro: a nós, o que nos interessa são aqueles que estão inscritos no Centro de Emprego, que têm uma história de vida e que têm nome, Sr. Deputado.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): E os outros?

A Oradora: Segundo: dos 6.000 jovens que passaram pelos programas de estágios nos últimos anos, apenas se encontram inscritos nas Agências de Emprego cerca de 65 jovens.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Só, Sra. Secretária?!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Silveira:

Ridículas foram as duas intervenções que fez quanto a este ponto e vergonha terão com certeza os jovens do CDS/PP quando souberem o que o senhor disse...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olhe que não!

O Orador: ... e quando virem aquilo que nós propomos neste diploma.

O senhor vai ter que lhes explicar que considera ridícula uma proposta que visa, por exemplo, querer controlar melhor os “recibos verdes” nos Açores e que pretende responder efectivamente à questão da precariedade laboral que infelizmente assola muitos jovens dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Há 13 anos!

O Orador: Isso, o senhor e o seu partido é que terão que saber explicar.

Peço a palavra também para dizer o seguinte:

Segundo aquilo que estamos a ver há dois tipos de preocupação. Estamos todos preocupados com a questão do desemprego.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Não parece!

O Orador: Mas há aqueles que estão preocupados e que passam a vida fechados sobre si, e há aqueles que estão preocupados e arranjam resposta para combater o desemprego e para criar mais emprego nos Açores para os jovens açorianos e para todos os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Rui Ramos (PSD): Apresentamos propostas, mas os senhores chumbam sempre, invariavelmente!

O Orador: Para que os açorianos saibam, mais uma vez é exactamente isso que diferencia os preocupados do PSD, os tais que vivem fechados sobre si, e os preocupados do PS e do Governo Regional, que tentam arranjar respostas para as questões do emprego e da empregabilidade, porque mais uma vez eu solicitei ao Sr. Deputado Clélio Meneses que o fizesse.

Deputado Rui Ramos (PSD): Para os senhores chumbarem!

O Orador: Mais uma vez não apresentou uma única solução para fazer face às questões do desemprego...

Deputado Rui Ramos (PSD): Para os senhores chumbarem!

O Orador: ... um único modelo, uma única orientação até, porque as orientações são coisas mais fáceis de fazer, são coisas mais genéricas e globais.

Mais uma vez o Sr. Deputado Clélio Meneses não o fez agarrando-se a questões laterais...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... a questões de técnica jurídica para escamotear fragilidades nesta área que o seu partido tem.

Quero reafirmar mais uma vez a importância deste diploma, daquilo que ele introduz nos Açores, das competências que ele confere à Região no controlo dos recibos verdes, na observação estratégica.

Quanto à questão do nome do diploma, mudámos o nome, mas podíamos não o ter mudado.

Naturalmente que as questões dos estágios profissionais, das estatísticas, do tratamento das estatísticas e da orientação que os resultados dessas estatísticas nos dão, são formas de fomentar e incentivar a empregabilidade e de recentrar políticas dentro do mercado de emprego.

Temos pena que a maior parte dos partidos da oposição tenha lido a fábula de *La Fontaine*, “O Menino, o Velho e o Burro”: quando o PS faz é porque faz; quando o PS não faz é porque não faz; quando PS fez já deveria ter feito e passa a vida, constantemente, neste exercício de destruição que os açorianos não precisam.

Muito obrigado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não apoiado!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho piada quando o Grupo Parlamentar do Partido Socialista diz que tanto faz, o nome é igual.

Fugiu a boca para a verdade!

Mais nome, menos nome, o que interessa é dizer qualquer coisa. Foi o que revelaram com a sua atitude e com a sua postura.

De facto, ninguém percebe quais são as soluções do PS.

As soluções do PS são tão claras, tão convictas, tão rigorosas que num dia o diploma tem como título “incentivos e fomento à empregabilidade” (percebem que isto não incentiva nada, nem fomenta empregabilidade nenhuma e desistem) e no outro dia aparece o mesmo diploma, mas o título passa a ser “acompanhamento da empregabilidade e do mercado de emprego”. Isto revela quais são as soluções do PS.

O PSD tem soluções, Sr. Deputado!

Tenho muita pena (lamento!) que o Sr. Deputado não saiba, porque revela qual o seu papel nesta casa.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou um conjunto amplo de medidas...

Deputado Berto Messias (PS): Diga lá!

O Orador: ... de combate à crise e de promoção da economia.

O emprego não se cria com medidas artificiais.

O emprego cria-se com o crescimento da economia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O emprego cria-se com a produtividade, com medidas que incentivem as empresas ao investimento e à criação de emprego e riqueza. É assim que se cria o emprego.

Sobre isso o PSD apresentou várias e várias propostas nesta Assembleia, que o PS chumbou.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Diga lá quais são!

O Orador: Mais grave. Eu também tenho muita pena que o Sr. Vice-Presidente não esteja aqui o tempo todo.

O PSD apresentou um conjunto amplo, um pacote de medidas de combate à crise, de combate às dificuldades das empresas e de promoção do crescimento da economia, que o Partido Socialista chumbou na generalidade. É tão grave quanto

isto: o Partido Socialista, depois de chumbar as propostas do PSD, teve o descaramento, teve a lata de vir aqui dizer que o PSD não apresentou nada.

Então chumbaram o quê?

Chumbaram as propostas do PSD.

Isto é tudo muito engraçado!

O PSD apresenta proposta, mais propostas e mais propostas.

O PS chumba as propostas e depois tem o descaramento e a lata de vir perguntar:

“E as soluções do PSD? E as propostas do PSD?”.

São tantas quantas as que os senhores chumbaram.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: O mais grave ainda disto tudo, porque são devaneios parlamentares de alguns deputados, é a Sra. Secretária Regional dizer, e cito:

“A nós, o que nos interessa, são os que estão inscritos nas Agências de Emprego”.

E os outros? E os outros desempregados que por uma ou outra razão (que não vou aqui explicar, ficará para outra ocasião) não estão inscritos nos Centros de Emprego?

Esses não são dos Açores? Não merecem a preocupação do Governo Regional dos Açores?

Sra. Secretária, isso é uma declaração gravíssima. É gravíssimo que um membro do Governo com responsabilidades na área do emprego diga que só se preocupa com aqueles que estão inscritos nas Agências de Emprego.

E os outros tantos desempregados que estão nos Açores, que se calhar por vergonha ou por muitas outras razões, não vão ao Centro de Emprego?

Estes também nos preocupam, tal como os outros.

Para o PSD, pelos vistos ao contrário do que para o Governo e para o PS, todos os açorianos são iguais e merecem maior atenção aqueles que têm maiores dificuldades.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):

A sua intervenção é demagógica!

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Termina já.

Vem dizer que o PS é que apresenta medidas de combate ao desemprego.

São tantas medidas de combate ao desemprego que o desemprego cresce. Há alguma coisa mal aqui.

O PS está tão orgulhoso, o Governo Regional está tão orgulhoso das medidas de combate ao desemprego que apresenta, que as medidas de combate ao desemprego que apresenta têm como resultado o aumento do desemprego.

Há qualquer coisa que está mal aqui.

Termino citando o tal boletim a que a Sra. Secretária se agarrou como bóia de salvação na sua primeira intervenção, o boletim de Maio de 2010, que diz o seguinte:

“A nível regional o fluxo de desempregados registou quebras...” isto é, a nível regional o fluxo de desempregados desceu, “... relativamente ao mês homólogo de 2009, em 6 das 7 regiões do país. A exceção verificou-se na Região Autónoma dos Açores”.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Seja sério. Leia tudo o que está no boletim.

Está a fazer uma análise parcial.

É desonesto!

O Orador: Estou a citar um documento oficial. É isto que está aqui referido neste parágrafo do Instituto de Emprego.

Como é que, com estes números que demonstram que o desemprego cresce e há cada vez maior número de desempregados nos Açores, o Governo Regional continua sempre a dizer que está tudo bem?

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Peço desculpa, Sr. Presidente. Termino já.

Por que será que o desemprego aumenta?

Por que será que o desemprego tem aumentado?

Exactamente por isso. Porque o Governo não o assume como um problema.

Só quando se assumem os problemas com a real dimensão que têm é que se consegue resolvê-los e o Governo Regional não está a conseguir resolver este problema, porque não o assume.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte:

Sr. Deputado Clélio Meneses, eu não lhe conhecia essa capacidade de fazer exercícios de demagogia barata como acabou de fazer.

Fica registado que o senhor também recorre à cátedra da demagogia para escamotear as suas incapacidades e as desse Grupo Parlamentar para apreciar e perceber o diploma que está em causa.

Mais do que isso, vem neste debate fazer uma análise totalmente enviesada dos números do emprego. Não faz uma análise séria de todas as evoluções no âmbito do emprego, de todas as transformações laborais que temos nos Açores,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Faça-a, Sr. Deputado!

O Orador: ... no país e no mundo, do aumento da população activa, da massa laboral, do crescimento das ofertas formativas que temos, do facto dos Açores não serem hoje a Região com a mais baixa taxa de desemprego no país devido a uma questão episódica e infeliz que teve a outra região que é agora a melhor classificada em termos de emprego no país.

O Sr. Deputado faz sucessivamente análises descontextualizadas e sucessivamente escamoteia os números e os dados, tentando desta forma ludibriar os açorianos neste debate.

Portanto, não poderia deixar incólume não só o seu exercício de demagogia barata, como também a análise pouco séria a esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma primeira intervenção tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para também, em nome do Governo, saudar a iniciativa empreendedora...

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Essa foi para descomprimir!

O Orador: ... do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e dizer que é bom que o Grupo Parlamentar do PS, o Grupo Parlamentar que apoia o Governo em qualquer circunstância, no uso da autonomia, da sua reflexão e da sua iniciativa, possa também contribuir ao mesmo tempo, ou noutro tempo, para a melhoria das nossas políticas, seja em que área for.

Tomara que todos os partidos entendessem essas suas iniciativas com o mesmo sentido construtivo.

Gostava de dizer que hoje é muito importante que seja estimulada a capacidade empreendedora e criativa no plano económico como noutras áreas de intervenção nos Açores.

Quando vivemos períodos de dificuldade, normalmente esses períodos têm associadas inibições e aversões ao risco que importa minimizar.

O estímulo à capacidade empreendedora, seja dos jovens, seja das empresas, seja dos actores regionais em geral, é fundamental.

Era importante por isso que todos os partidos valorizassem esse activo na recuperação da crise económica e financeira que também nos atinge e que, como se sabe, tem origem conhecida no exterior.

Vivemos um período de dificuldade e temo-lo dito. Faz agora pouco mais de um ano, ano e meio, que, na sequência de um encontro que tive com o Sr. Presidente da República, fiz declarações a dizer que previa que no ano de 2009 perdêssemos empresas e empregos, porque alguns dos efeitos da crise internacional atingiram certamente os Açores.

A verdade é que, e sempre o tenho dito, o importante é fazer com que esta crise tenha consequências gravosas menores e seja ultrapassada mais depressa na nossa Região do que nas outras. Isso seria uma grande vitória para nós, para nós Governo mas também para nós partidos políticos representados nesta Assembleia.

A verdade é que temos uma crise que chegou mais tarde aos Açores do que a outros locais, regiões ou países; temos, apesar das dificuldades reconhecidas, uma crise com incidências negativas que não são tão fortes e tão cruéis como têm sido noutras regiões e tenho muita fé, muita confiança e muita esperança de que também nos libertaremos dessas dificuldades mais cedo do que acontecerá no plano nacional ou, em geral, no plano europeu.

É para isso que estamos a trabalhar. É isso que importa fazer, fazer com que as dificuldades que certamente temos, que certamente teremos, que aqui teriam que chegar e que aqui ainda vão chegar, sejam minimizadas com o nosso esforço, seja através de políticas sociais, seja através de políticas de apoio às empresas.

Temo-lo feito e em muitos casos com manifesto sucesso, porque em boa verdade continuamos a pensar que a economia regional tem um comportamento melhor do que a economia nacional e continuamos a verificar, através de dados objectivos que estamos sempre entre as regiões com taxas de desemprego mais baixas de todo o país. Quando não somos a região do país com a taxa de desemprego mais baixa, somos a segunda região do país com a taxa de desemprego mais baixa.

Perguntar-me-ão: fica satisfeito com isso?

Evidentemente que não, porque ninguém fica satisfeito sabendo que existem desempregados ou que existem famílias com problemas de rendimento, com falta de disponibilidade nos seus rendimentos, mas a verdade é que nós não vivemos sozinhos no mundo.

É justo, na avaliação dos nossos sucessos como dos nossos insucessos, compararmos com outras regiões, compararmos com outros espaços e percebermos se o que se passa nos Açores é, do ponto de vista do que é negativo, verdadeiramente excepcional em relação ao que acontece noutras regiões ou países.

Na verdade, não é assim!

O que acontece aqui de negativo é, mesmo assim, menos negativo do que acontece em outras regiões e em outros países. Isso não pode deixar de ser, seriamente com justiça e com honestidade, reconhecido como ainda assim um sucesso na política regional.

Da parte do Governo temos todo o interesse em recolher propostas das quais resultam uma diminuição de desemprego, das quais resultem melhores situações para as empresas, das quais resulte menores sofrimentos para as famílias.

Evidentemente que qualquer governo deseja isso. Qualquer Governo deseja ver, noutra partido, uma boa ideia para absorver e para aplicar, porque isso também vai resultar positivamente no balanço da sua actividade governativa.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, quando nós, numa avaliação sincera, objectiva, responsável, não votamos a favor, através do Grupo Parlamentar que nos apoia, é porque não a avaliamos positivamente.

Se achássemos que ela seria boa para a nossa região ela também seria boa para o Governo, porque o Governo evidentemente também lucraria com isso, do ponto de vista do balanço da sua actividade governativa.

Mas em boa verdade, que propostas nos fazem?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: De reabilitação urbana?! De transferir a responsabilidade dos que realmente a têm para os que não a têm?!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É daí que vai resultar o aumento do emprego na nossa região ou a melhoria das condições da actividade económica por parte das empresas?

Propor uma linha de crédito para pagar ao fisco e à Segurança Social quando já há uma linha de crédito através da qual se pode pagar ao fisco e à Segurança Social?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Por que havemos de votar propostas que afinal não têm resultados ou quando têm resultados já são possíveis de obter através de instrumentos que já estão disponíveis?

A verdade é esta.

Não é justo dizer que o Governo não aceita propostas quando são boas propostas.

Temos aceite boas propostas e nem sequer questionamos os direitos de autor.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não parece!

O Orador: Por isso, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me que reafirme perante vós esta ideia:

O Governo sabe que temos dificuldades nos Açores.

O Governo, mesmo assim, não pode deixar de considerar que temos conseguido que essas dificuldades sejam menores nos Açores do que noutros espaços, noutras regiões e noutros países.

O Governo continua a trabalhar, como é seu dever, e tem tomado medidas a seguir a medidas, para ajudar as famílias, para ajudar as empresas.

Acompanhamos diariamente a vida das empresas.

Acompanhamos diariamente a vida de muitas e muitas famílias através de equipas especializadas para o efeito.

Reforçamos a capacidade inspectiva em vários domínios, como por exemplo, na Inspecção Regional do Trabalho, para acompanhar o cumprimento e a situação laboral de milhares e milhares de açorianos que estão em situações ou em empresas nas quais pode existir risco de violação dos seus direitos.

Temos feito um esforço, um esforço que vai continuar, e graças à boa condução que temos feito das nossas finanças públicas podemos continuar a ter uma margem superior àquela que, por exemplo, hoje, tem o nosso país ou tem muitos e muitos países e regiões para prosseguir com uma política social, com intensidade, com uma política social que seja capaz de compensar aqueles que precisam de ser compensados e ajudados pelo Governo.

Vivemos numa Região evidentemente com dificuldades, com um atraso ainda estrutural que tem a ver com gerações, que tem a ver com um passado que não pode deixar de pesar sobre o nosso presente, com dificuldades financeiras ocasionais que resultam desta crise internacional, vindas sobretudo do sector da banca.

As famílias contactam com isso no dia-a-dia. Sabem, quando vão a um banco, para tentar obter um crédito para uma casa, que o banco não lhes quer dar ou dá-lhes muito menos do que aquilo que eles precisam para a aquisição da casa; sabem que

as empresas têm iguais dificuldades; sabem que em muitos casos o novo crédito é muito caro para as empresas o suportarem.

Sabem que existe um problema por detrás da nossa actividade que não podemos controlar e que é um problema de natureza internacional, que tem sobretudo a ver com as condições objectivas da banca e das instituições financeiras, mas sabem que também têm um governo que vai procurando compensar a insuficiência do sector financeiro no apoio às famílias que têm compromissos habitacionais.

Sabem que têm um governo que é capaz de compensar a situação de muitas empresas que estão em dificuldades perante a banca ou em dificuldades de cumprimento dos seus compromissos perante outros fornecedores. Temos tomado medidas para que isso seja uma realidade no dia-a-dia.

Não temos dúvida de que há hoje dificuldades nos Açores que não havia há dois anos, porque entretanto chegou uma crise internacional que abrangeu todos os lugares.

Felizmente temos 7,7% se compararmos por exemplo com os 27% de desemprego das Canárias, que é uma região ao nosso lado, mas temos sobretudo uma grande vantagem em relação a muitos outros casos.

É que temos tido um governo que tem estado ao lado das famílias, das empresas, a assegurar tudo o quanto é possível assegurar e a aguardar que na retoma da nossa vida económica retomemos também o ritmo de crescimento e de progresso que estávamos a viver antes desta crise internacional que também chegou aos Açores.

Isso vai acontecer para a alegria de todos nós, mas sobretudo também para a alegria daqueles que acreditam que governar os Açores é construir, que ajudar a governar os Açores não é destruir como alguns partidos da oposição o fazem. Alguns, não todos!

Muito obrigado.

Deputados Berto Messias e Domingos Cunha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira para esclarecimentos.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de ouvir o Sr. Presidente do Governo.

O Sr. Presidente do Governo, em Outubro de 2008, como certamente estará lembrado, na Ilha de Santa Maria, em plena campanha eleitoral, e talvez foi o acaso que o tivesse feito dizer isso nessa altura, disse que a crise era algo que nunca chegaria aos Açores, mercê – e penso que consigo reproduzir mais ou menos a suas palavras – das políticas em devido tempo adoptadas pelo Partido Socialista.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: A crise estava cá, completamente instalada. O senhor sabia, mas não lhe convinha na altura dizer que ela efectivamente estava cá.

A crise vinha; a crise já cá estava; a crise está aí em toda a sua máxima extensão...

Deputado Helder Silva (PS): A sua líder é que dizia desde 2009 – Açoriano Oriental!

O Orador: ... designadamente configurada num desemprego que (façam as contas que bem entenderem) se transformou no número de desempregados mais elevado em toda a história da autonomia. É escusado rebater este número.

O número oficial, 9.132 desempregados, suplanta largamente aquilo que se passou num ano que os senhores gostam de invocar, 1995, em que existiam 7.442 desempregados. Existem agora cerca de mais 1700 desempregados do que existiam em 1995.

Deputado Helder Silva (PS): Qual era a percentagem de desemprego nessa altura?

O Orador: Quanto às linhas de crédito, quanto às medidas do PSD, relativamente a uma que o Sr. Presidente do Governo acabou de referir, havemos de falar sobre ela em devido tempo. Relativamente a muitas das outras é curioso notar algo que se tem passado.

Primeiro esperavam cerca de um ano para adoptarem algo que tinham chumbado um ano antes, como proposta apresentada pelo PSD.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois começaram a perder sucessivamente a vergonha. Começou a ser seis meses após.

Com as alterações propostas ao SIDER, um mês depois estavam a propor exactamente a mesma coisa que tinham chumbado como proposta do PSD apresentada aqui,...

Deputados Clélio Meneses e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sinal de que as propostas do PSD, seguramente nem todas são as melhores, mas seguramente muitas são boas, só que os senhores têm um problema, por virem do PSD, à partida, são más. Mas um mês depois, adoptam aquilo que chumbaram um mês antes.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente a esta questão do desemprego deixe-me dizer a si, Sr. Presidente, e ao Partido Socialista em geral, que as preocupações que temos são por um fenómeno que é a preocupação dos açorianos.

Quando aqui lembramos que atingimos o número mais elevado de desempregados na história da autonomia, é porque estamos preocupados com isso e não minimizamos nem escamoteamos o problema.

Quando foi conhecido o último dado do desemprego (9.132 desempregados, o número mais elevado da história da autonomia), uma semana antes o Sr. Director Regional estava a dizer que se assistia nos Açores a uma ligeira retoma. Depois disso indicou, como um dos problemas que tinha existido, dando-lhe uma nota fundamental, a Gripe A. Isso não fazemos, nunca faremos!

Uma semana depois, saíram os números e o Sr. Director Regional foi desmentido pelos números que tinham acabado de sair. Então, decidiu fazer outra coisa: disse que a culpa era do inquérito.

O inquérito que em outros tempos, há 3 ou 4 anos, lhe era mais favorável, era bom, era fiável, deixou de ser bom e fiável. Era uma coisa feita pelo telefone que não dá

a verdadeira dimensão do desemprego na Região. Ajustou-se àquilo que lhe era mais favorável.

O Sr. Presidente do Governo, creio eu que no mesmo dia, senão no mesmo dia mas no dia a seguir, não teve essas explicações, por vias travessas, para tentar explicar o inexplicável.

Foi mais duro e disparou contra as empresas de construção civil – como se sabe é um sector que obviamente tem dispensado muitos colaboradores e tem contribuído muito para o aumento do fenómeno do desemprego na Região – e disse que faltava sentido de inovação aos empresários do sector, que em muitos casos apostavam em más obras e careciam de uma observação das oportunidades.

Uma vez tentam explicar o inexplicável pelas vias mais inconcebíveis que possam existir e utilizando os argumentos mais estranhos que possam ser utilizados; outras vezes eventualmente têm uma atitude mais irada e disparam contra alguém que – falo dos empregados de construção civil – através do aumento da sua própria actividade certamente gostaria de estar a contribuir para a resolução do problema do desemprego nos Açores.

As empresas de construção civil certamente aquilo a que assistiriam com muita vontade, muito agrado, era estar no decurso de uma actividade que propiciasse emprego que aliviasse o fenómeno de desemprego na Região.

Sr. Presidente do Governo, basta!

De uma vez por todas deixe-se desse tipo de comportamento.

Assumam que efectivamente o problema do desemprego é um problema muito significativo, muito duro, que está a criar efeitos negativos e consequências sociais extremamente negativas.

De uma vez por todas deixem-se das explicações, deixem-se do tipo de explicações a tentar mostrar que o fenómeno está em melhoria ou que estão optimistas.

O fenómeno é grave, é extremamente negativo mesmo em termos sociais para as famílias açorianas e por isso de uma vez por todas pensem nas pessoas, reconheçam que o problema é grave, procurem soluções.

É isso que cabe aos governos, Sr. Presidente do Governo.

Devo dizer-lhe, em relação àquilo que invocou e com a fé que invocou, que o problema se vai resolver certamente nos próximos tempos. Não é com fé que o senhor consegue resolver os problemas. É com acção e por isso actuem e resolvam o problema das pessoas.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As estatísticas são de facto manipuláveis. Pode-se dizer que o número de desempregados hoje é maior e pode-se dizer isso incluindo ou não a sua relação com a população activa, que é muito maior...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: ... razão pela qual a percentagem de desemprego não é a maior de sempre.

Deputado António Marinho (PSD): É sensivelmente a mesma!

Deputado Helder Silva (PS): É mais baixa!

O Orador: Não, Sr. Deputado. Entre 7,7 e 8,1 ou 8,5 ainda há muita diferença.

Deputado Helder Silva (PS): Em 95 era 8,1!

O Orador: Sr. Presidente, se me permitirem falar, eu agradecia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Até manda calar o seu líder parlamentar!

O Orador: Isso quer dizer, Sras. e Srs. Deputados, que o que se procura aqui fazer (e o Sr. Deputado manifestamente) é manipular estatísticas, porque o exercício sério sobre esta matéria parte de um reconhecimento que é o reconhecimento racional e inteligente com que se pode avaliar a situação de crise de uma Região. É o reconhecimento de que nós não estamos sozinhos no mundo.

Num mundo que está em crise temos que perceber se a nossa crise é maior ou menor do que aquela que em média se vive no mundo, nas nossas economias de referência, nas sociedades em que estamos mais imediatamente inseridos.

É evidente que comparando a situação que temos nos Açores com a situação que existe em outras economias e em outras sociedades de referência e similares, apesar das dificuldades das empresas, apesar de infelizmente termos famílias com pessoas desempregadas, mesmo assim estamos numa situação não tão negativa como essas regiões ou esses países. Isso é preciso dizer-se.

Dizer isto não quer dizer que tenhamos a irresponsabilidade de não considerar que as pessoas que sofrem estão a sofrer, que as pessoas que não trabalham não estão a trabalhar. Evidentemente que essa é a percepção que todos temos.

Posso dizer que sei muito bem do que falo quando ouço pessoas a dizer que estão desempregadas, ou empresas que estão com dificuldades, porque recebo essas pessoas, porque falo com essas pessoas.

Os senhores não me podem dar novidades sobre as dificuldades que as empresas, as pessoas e as famílias têm, porque eu falo com elas, sento-me à mesa com elas juntamente com os membros do governo para tentar resolver esses problemas no dia-a-dia.

Não aceitamos a ideia de que o Governo viva num nível em que ignora as dificuldades e não aceitamos que se diga aqui que a situação dos Açores, comparativamente a outras regiões, é pior, porque não é, é melhor.

Temos que ter coragem, e às vezes é preciso mais coragem para reconhecer o sucesso do que para denunciar com facilitismo aquilo que está a correr mal.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Ficaria também bem àqueles que embora não votando no partido do Governo, embora não apoiando o Governo, reconhecer aquilo que de bem se tem feito e os progressos que se tem tido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD:

Acho estranho também que V. Exa. venha aqui dizer que o Governo copia todas as propostas do PSD. Um mês depois aplica todas as propostas do PSD.

Deputado António Marinho (*PSD*): Não disse nada disso. Está a deturpar o que eu disse!

O Orador: Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, então que outras propostas ou que outras medidas há a tomar na região que a melhor mais do que aquilo que temos feito para ela melhorar?

Não compreendo!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Se isso é assim, não compreendo.

Temos uma situação que tem alguma complexidade nos Açores.

Temos desempregados agora que não os conhecíamos como empregados.

Temos cidadãos que estavam empregados em situação ilegal, na economia paralela, especialmente no sector da construção civil. Por incapacidade umas vezes dos nossos serviços de fiscalização, ou por outras circunstâncias, a verdade é que os tínhamos como empregados. Eles estavam empregados, o que quer dizer que havia muitos mais empregados nos Açores do que aqueles que pensávamos.

Agora, porque algumas dessas empresas eram tão mal geridas tendo emprego ilegal como actividades pouco sustentáveis, tiveram de despedir esses empregados ilegais e eles apareceram como desempregados legais.

Há muitos desempregados nessa situação. Por isso mesmo esta crise também estimula o Governo a melhorar a sua capacidade inspectiva, a estar mais perto das empresas, em particular nos sectores onde isso mais se passa, que é na construção civil. Foi nas más empresas de construção civil que isso se passou. A verdade é essa.

Tudo isto nos traz muitos ensinamentos. É preciso conviver com estas realidades que vêm à tona de água quando ocorrem crises com esta dimensão e com esta natureza.

Volto a dizer, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, nunca o Presidente do Governo, sobre esta crise, procurou esconder, de forma a ludibriar os açorianos, qualquer situação.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: O Presidente do Governo procura sempre colocar confiança, trazer as pessoas para o lado da esperança, do trabalho, da construção.

O Presidente do Governo não empurra a Região para baixo, puxa a Região para cima.

O Presidente do Governo não mente. O Presidente do Governo pode enganar-se, pode errar, mas não o faz com sentido deliberado e nunca de ludibriar os cidadãos ou de os enganar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor é que está dizendo!

O Orador: E mais. O Presidente do Governo, na última campanha eleitoral, disse claramente uma frase que já repetiu mil vezes e que ainda hoje voltou a repetir. O que dissemos na última campanha eleitoral foi:

“Nós faremos tudo para que a crise chegue mais tarde aos Açores”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não, não foi isso!

O Orador: “Faremos tudo para que quando ela chegar tenha os efeitos menos gravosos possíveis e faremos ainda tudo para que ela saia dos Açores mais depressa do que vai sair do país e dos outros lugares”.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com todo o respeito que o Sr. Presidente do Governo me merece eu tenho que o desmentir nalgumas coisas que o senhor acabou de dizer.

Começo por desmenti-lo exactamente nisso que o senhor acabou de dizer. Aquilo que o senhor referenciou como tendo dito que a crise chegaria mais tarde e se ia embora mais cedo, foi dito, não sei precisar exactamente o mês, mas já bem dentro do ano de 2009, passadas as eleições.

Como disse, creio que foi mais ou menos na altura em que foi ao Palácio de Belém e esteve com o Sr. Presidente da República, que disse: “nós achamos que este

semestre ainda será um semestre de grande complexidade nos Açores...”, disse isto em Fevereiro de 2009...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não, Sr. Deputado!

O Orador: “...em que ainda perderemos empresas e perderemos empregos”.

Completamente de acordo com a preocupação do Sr. Presidente.

Não estávamos de acordo em Outubro de 2008, em Santa Maria (e agora tenho aqui exactamente a frase que o Sr. Presidente do Governo utilizou) quando disse: “os Açores estão a passar ao lado da crise que afectou o país, bem como da crise internacional que afecta países poderosos como França, Alemanha ou Espanha, mercê das políticas em devido tempo adoptadas pelo Governo do Partido Socialista.

Quem disse isto foi o Sr. Presidente do Governo Regional que aqui está à minha frente.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Tem o som disso?

O Orador: Sr. Presidente, por incrível que pareça, sabe onde é que fui buscar esta frase, a citação daquilo que o senhor disse? Ao *site* do Partido Socialista dos Açores. Penso que considera essa fonte como idónea.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Às vezes eles têm uma paixão!

O Orador: Sr. Presidente do Governo, também tenho que o desmentir noutras coisas. Tenho que o desmentir quando o senhor invoca algo que teria dito uns minutos antes, dizendo que os senhores copiaram todas as nossas propostas. Ninguém disse isso, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Disse todas!

O Orador: Não. Eu não disse todas. Isso modifica completamente o sentido daquilo que o senhor acabou de dizer.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): O senhor mudava os Açores!

O Orador: Disse algumas e posso dizer-lhe as mais recentes.

Relativamente à moratória no pagamento dos incentivos, os senhores chumbaram a proposta do PSD que aqui foi apresentada na altura da alteração do SIDER. Um mês depois estavam a aplicar isso.

Consideraram que era perfeitamente disparatado e que nem era possível, face à legislação comunitária, reduzir os níveis da autonomia financeira, necessários à candidatura.

Deputados José Rego e Lizuarte Machado (PS): E não era!

O Orador: Depois propuseram uma redução ainda mais substancial, entre outras, Sr. Presidente do Governo.

Outra coisa que queria dizer, e aqui tenho que o contestar outra vez, é que não manipulei números, Sr. Presidente do Governo, como o senhor sugeriu.

Eu limitei-me a ler um destaque do Serviço Regional de Estatística, que é da tutela do Sr. Vice-Presidente do Governo, ou seja, um organismo do Governo Regional dos Açores do qual o senhor é Presidente, por isso é um organismo indirectamente dependente do senhor.

É o destaque do Serviço Regional de Estatística que diz:

“A população desempregada nos Açores no primeiro trimestre de 2010 estima-se em 9.132 indivíduos”. Compara com os valores 7.977 no trimestre homólogo, ou seja, quase mais 1200 do que um ano antes, e com 8.490 no trimestre anterior, isto é, com quase mais 700 pessoas do que 3 meses antes.

Quem diz isso são os seus serviços. Estes 9.132 comparam com 7.442, em 1995.

É o número mais elevado de desempregados da história da autonomia. Isso é incontestável e o senhor não consegue contestar isso.

Infelizmente, é o número mais elevado de desempregados da história da autonomia.

Por isso, Sr. Presidente, escamotear esta questão, minimizar esta questão, não interessa.

Eu até acredito que o senhor tenha essa preocupação que tentou aí mostrar, até compungido como falou aí há uns minutos atrás, mas tenho que transmitir essa preocupação a quem permanentemente tenta desvalorizar o fenómeno, directamente os mais envolvidos, os mais responsáveis da área do emprego na

Região que resolvem atirar ora para a Gripe A, ora para a falta de viabilidade das estatísticas, ora para qualquer coisa que surja para tentar minimizar o problema.

Felizmente, para nós, quem está lá fora, quem nos está a ver, quem está desempregado, quem é afectado directamente pelo fenómeno, ou indirectamente através das suas famílias, ou através do amigo que vive na casa ao nosso lado, sabe perfeitamente que há muitas famílias, mais de 10% das famílias açorianas que neste momento atravessam um problema social gravíssimo.

Por isso não vale a pena estar aqui a tentar atirar areia para os olhos das pessoas. É um problema.

Se o senhor tem essa preocupação que acabou de manifestar, e eu acredito que a tenha, muitos dos seus directos colaboradores parecem não a ter.

Esta questão é importante, porque são estes açorianos, e não apenas os que estão inscritos nos Centros de Emprego, que merecem que todos aqui trabalhemos no sentido de resolver a sua vida. É para isso que estamos aqui.

Mais uma vez digo, isso não se resolve pela fé, resolve-se actuando e o senhor é que é o Presidente do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A questão do desemprego é com certeza uma preocupação que é transversal a todas as bancadas aqui representadas.

Digamos que, com toda a legitimidade, quer a bancada do PCP, quer as outras, têm preocupações relativamente ao desemprego.

Agora, eu não posso deixar de vir ao debate quando se está aqui a falar em preocupações relativamente ao desemprego.

O cenário que temos desenhado para o próximo futuro, pelas medidas que

entretanto foram tomadas, quer as que decorrem do PEC, quer as que decorrem das medidas anti-crise, quer mesmo aquelas que decorrem do Orçamento Geral do Estado para 2010, vem certamente – e a previsão é essa – aumentar as dificuldades das empresas de que tanto se gosta falar e que com certeza o PCP também respeita. Essas dificuldades das empresas vão com certeza aumentar o número de desempregados, porque os problemas das empresas vão trazer mais insolvências, vão trazer mais despedimentos e o desemprego vai crescer.

Mas quem é que são os responsáveis por essas medidas?

Claramente o PSD e o PS!

E não vamos aqui branquear. Têm toda a legitimidade em estar preocupados com o desemprego na Região Autónoma dos Açores. Ele vai aumentar, meus senhores, mas os senhores subscreveram, os senhores “casaram-se” com o Partido Socialista subscrevendo um acordo que vai aumentar o desemprego no país e claramente na Região Autónoma dos Açores.

Isso as açorianas e os açorianos têm que perceber, que esta situação que estamos a atravessar certamente se irá agravar e por muita boa vontade que o Governo Regional tenha em minorar a situação de crise e as dificuldades que temos na Região, a verdade é que esse efeito vai fazer-se sentir aqui.

O PSD e o PS são os responsáveis por isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

(*) **Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez para voltar a fazer uma precisão.

Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, nós não fizemos nenhuma moratória do SIDER.

Deputado António Marinho (PSD): Fizeram!

O Orador: Foi apenas o SITRA, para o Sistema de Incentivos do Turismo.

Deputado António Marinho (PSD): Exactamente. Foi aquilo que acabaram de aprovar para as empresas de turismo!

O Orador: Então não é o SIDER.

Isto é como as suas estatísticas. A parte não é o todo. O todo, por vezes, não identifica a parte.

V. Exa. só quer misturar, mas em boa verdade o que é que V. Exa. podia fazer?

Não há nada para comparar que o beneficie com outras épocas que vivemos na nossa região?

Eu compreendo, mas tem que ser mais rigoroso e o senhor tem formação económica. É uma pessoa reconhecida nessa área, pelo menos deve deixar-se dessas coisas de política no sentido mais negativo da actividade.

Não copiámos, porque os senhores pediram uma coisa (pelos vistos dizem que pediram) mas fizemos outra, aliás, articulada há muito tempo com a Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo.

Portanto, nada teve a ver com o que o PSD nos propôs.

Não era grave que nos tivesse proposto e que depois tivéssemos tomado essa decisão. Não vejo nenhuma gravidade nisso, mas a verdade é que não é como o senhor disse. É como as suas estatísticas.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também de uma forma muito telegráfica, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, se obviamente quiser responder:

O senhor nega que o Partido Socialista, uma vez que não é o Governo, chumbou a proposta de alteração do PSD que ia no sentido de criar essa moratória, ainda que no que relativamente a um conjunto de sectores mais alargado e não exclusivamente às empresas do sector do turismo?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Acabei de dizer isso!

O Orador: A bancada do partido que o tem como Presidente chumbou.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Nós tomámos uma decisão articulados com a Câmara de Comércio de Angra!

O Orador: Mas não são casos únicos.

Relativamente a essa, um mês antes tinha chumbado a proposta do PSD. Essa é a verdade insofismável.

Um mês depois, articulado ou não com a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, decidiu fazer exactamente aquilo que o PSD tinha proposto em relação às empresas de turismo.

É uma verdade e isso o senhor não consegue contestar.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Mas antes disso já tínhamos articulado!

O Orador: Por isso, se falamos em rigor, e devemos ser rigorosos, eu, por acaso, não vim aqui com tudo isso preparado, nem faço o que muitos fazem, de ter colecções de citações deste ou daquele.

Mas tenho aqui mais uma, em termos do rigor. Esta é do GaCS, que penso que é uma entidade idónea para o Sr. Presidente do Governo, de Maio de 2009:

“Carlos César diz-se convicto de uma recuperação económica no segundo semestre deste ano”, no segundo semestre de 2009.

Quanto a rigor, Sr. Presidente do Governo, estamos perfeitamente falados.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos iniciar a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam na generalidade com este diploma, façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o Projecto foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 16 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos entrar na votação na especialidade.

Para o artigo 1º temos uma proposta de alteração, que faz a substituição integral.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo 2º temos uma proposta de eliminação, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo 3º temos uma proposta de substituição integral, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 15 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo 4º temos uma proposta de eliminação, apresentada também pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 15 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo 5º temos uma proposta de eliminação da alínea h), do nº 2, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 15 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Há igualmente para o artigo 5º uma proposta de eliminação para o nº 1, que altera o proémio do nº 2 e elimina a alínea j) do nº 2, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 15 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 15 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo 6º temos uma proposta de alteração para os nºs 2 e 3, apresentada também pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 15 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 15 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo 7º temos uma proposta de substituição, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 15 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo 8º temos uma proposta de eliminação, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 16 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Para o artigo 9º temos uma proposta de alteração, apresentada pelo BE, para a alínea c) do nº 2.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 4 votos contra do CDS/PP, 16 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Também para o artigo 9º temos uma proposta de alteração apresentada pelo PS, que o substituí na íntegra, com excepção da epígrafe.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para...?

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, um esclarecimento.

Nós acabámos de votar a proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao artigo 9.º, n.º 2, alínea c). Não podemos votar a proposta de alteração do Partido Socialista, porque ela íntegra a alínea c), que acabou de ser alterada por maioria, com a nossa proposta.

Presidente: Portanto, consideramos a proposta do Partido Socialista prejudicada?

Acho que é o mais lógico.

Presidente: Diga, Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, nós votámos primeiro a proposta de alteração do Bloco, se não estou em erro.

Presidente: Foi.

O Orador: Portanto, excepciona-se a referência à alínea c), não sei me fiz entender.

Presidente: Já entendi. Portanto, há uma proposta de alteração do PS para as alíneas a) e b) do artigo 9.º, é isso?

Vamos, então, votar a proposta do PS para as alíneas a) e b) do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 16 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de aditamento do PCP, que tem o número de artigo 9.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada, com 30 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o que resta do artigo 10.º da Proposta, que é a epígrafe.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 11.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar o artigo 12.º da Proposta, com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de aditamento de um artigo 12.º-A por parte do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo PS para o artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 13.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração do PS para o artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o que resta do artigo 14.º da Proposta, que é a epígrafe.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de substituição integral, apresentada pelo PS, para o artigo 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Temos agora, por parte do PS, propostas de eliminação dos artigos 16.º a 19.º, inclusive. Eu pergunto à câmara se posso colocar em bloco estes artigos à votação.

Há concordância. Assim sendo, vamos então votar as propostas de eliminação dos artigos 16.º a 19.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de substituição integral, apresentada pelo PS, para o artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora uma proposta de aditamento de um artigo 20.º-A, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 21.º da Proposta, para o qual não existe qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo PS, para o artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o que resta do artigo 22.º da Proposta, que é a epígrafe.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 23.º e último da Proposta, que não tem qualquer proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 15 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este diploma que agora foi aprovado, aliás como tive oportunidade de dizer na primeira intervenção que fiz, não traz nenhuma novidade, é um exercício de autêntico *bluff*. Não promove, não vai promover a empregabilidade, mas isso eu já disse.

Quero aproveitar esta ocasião da declaração de voto para chamar a atenção para uma questão que me parece importante, essencialmente dirigida aos jovens açorianos, que tem a ver com a questão dos Programas Estagiar. Estando agora plasmado num decreto legislativo regional, a verdade é que isso adianta nada à situação que vivem os jovens estagiários na Região Autónoma dos Açores. Adianta nada, porque nada traz de novo, apenas consagra neste diploma a existência dos estágios. Bem, mas isso já todos sabem, os estágios existem e até são uma boa medida, precisa. De facto, se quiséssemos potenciar a empregabilidade, então sim, teriam sido introduzidas aqui algumas alterações, nomeadamente aquela que o PCP propôs para a especialidade.

Portanto, para que fique claro relativamente aos jovens açorianos, aos trabalhadores açorianos de uma forma geral, mas muito em particular aos jovens açorinos, aquilo que hoje aqui foi feito, nomeadamente com a assinatura do jovem que preside à Juventude Socialista, é um *bluff* e acrescenta nada ao problema, ao drama que vivem os jovens estagiários, que são utilizados como mão-de-obra barata e descartável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É naturalmente com agrado que nos congratulamos pela aprovação deste diploma, que introduz questões inovadoras e importantes na região.

Estou certo que os jovens açorianos ficarão com certeza satisfeitos por saberem que haverá a partir de agora renovados e melhorados instrumentos de acompanhamento, por exemplo, no âmbito da utilização de “recibos verdes”, mecanismos esses que, dando os seus resultados, serão obviamente utilizados pela administração regional para recentrar, caso seja necessário, as políticas de empregabilidade e o acompanhamento que deve ser dado aos jovens, também, nessa matéria.

Além disso, também consagramos aqui em decreto legislativo regional os Programas Estagiar o que permite, por exemplo, para que não esteja sujeito apenas a opções políticas governamentais, que, caso o Governo queira por alguma razão terminar estes programas – o que julgamos não virá a acontecer, pelo menos a breve trecho –, terá de trazer essa discussão aqui e todos os partidos poderão, naturalmente, pronunciar-se sobre isso.

Será importante também dizer, tendo em conta a declaração que o Sr. Deputado Aníbal Pires fez, para que os jovens percebam de facto aquilo que aqui se passou...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Percebem que o efeito que isto vai ter é o nada completo.

O Orador: ...foi que o PCP não votou favoravelmente esta proposta, não votou favoravelmente a possibilidade de termos agora mais competências e melhores mecanismos de controlo e de combate à precariedade laboral. O PCP não votou favoravelmente esta proposta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é demagogia!

O Orador: E, para que os jovens percebam também, a proposta que o PCP aqui trouxe e que pretendia incorporar na área dos Programas Estagiar iria com certeza afastar muitos e muitos empresários destes programas de estágio...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos a falar de empregabilidade!

O Orador: ...o que teria impactos negativos nefastos para a vida dos jovens açorianos que recorrem a estes programas de estágio.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, não é uma declaração de voto, é um pedido de esclarecimento, surgido na decorrência da declaração de voto do Deputado Aníbal Pires.

Presidente: Não sei se pode haver pedidos de esclarecimento.

A Oradora: É que o Sr. Deputado referiu-se a uma coisa e eu acho que não foi isso que acabámos de votar. Portanto, há aqui um problema.

O Sr. Deputado Aníbal Pires referiu-se a um diploma que é “Incentivos e Fomento à Empregabilidade nos Açores”. Tanto quanto eu sei, nós acabámos de votar um diploma que tem como título “Estabelece mecanismos de acompanhamento da empregabilidade e do mercado de emprego na Região Autónoma dos Açores”. Por muito que digam que é exactamente a mesma coisa, para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na realidade não é a mesma coisa, são coisas diferentes, que têm consequências diferentes e que tocam em vertentes diferentes.

Eu queria esclarecer isto, porque senão nós não votámos o mesmo diploma, neste caso o PCP e o Bloco de Esquerda.

Presidente: O Sr. Deputado pede a palavra para...?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não há aqui confusão nenhuma, Sra. Deputada Zuraída Soares. Não há aqui nenhuma confusão, a questão é esta: foi plasmada neste decreto legislativo regional que agora acabou de ser aprovado a existência de Programas Estagiar. A verdade é que, relativamente aos Programas Estagiar, o facto de ficar plasmado neste DLR quer dizer nada, porque nada acrescenta!

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade.

O Orador: Portanto, a minha referência à questão dos Programas Estagiar está perfeitamente correcta.

É bom que os jovens açorianos percebam...

Deputado Berto Messias (PS): Os jovens já perceberam que o senhor não votou o diploma.

O Orador: ...aquilo que o responsável pela Juventude Socialista acaba de fazer, mas também aquilo que o Bloco de Esquerda, através da Deputada Zuraida, tentou fazer, ao vir confundir a minha declaração de voto.

A minha declaração de voto refere um aspecto do diploma que agora acabámos de votar, aquele que eu entendi que devia realçar!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Lamentável.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem dois minutos, se quiser usar da palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Eu agradeço, Sr. Presidente, mas para quê? Quer dizer, não vou retirar aquilo que disse, mas agradeço de qualquer maneira.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A posição do Partido Popular Monárquico em relação a esta iniciativa foi a de abstenção, na medida em que consideramos este conjunto, esta iniciativa, uma absoluta inutilidade, uma acção de propaganda. Não é outra coisa, porque é uma colectânea de medidas que já existem, um conjunto de burocracia inútil, que até pode ser um impedimento para o funcionamento correcto das coisas, e não tem, não contempla nenhuma acção concreta.

Eu já tinha observado neste Parlamento algumas iniciativas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação à educação, algumas delas com interesse, dadas as barbaridades que estão a ser cometidas no sector, mas, em relação a este assunto, o Sr. Presidente do Governo Regional teve a oportunidade de saudar a iniciativa do Partido Socialista nesta área, coisa sem precedentes e fiquei a perceber porquê: porque não é iniciativa nenhuma, não mexe em coisa nenhuma. Portanto, é só uma acção inútil de *marketing*.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra, para uma declaração de voto.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A direita não quer discutir o desemprego. A direita fala no desemprego, mas não se preocupa verdadeiramente com o desemprego, até lhes dá jeito. O que a direita quer é transformar desemprego em trabalho precário, mera estatística que só serve a essa direita.

Nós queremos saber qual é a realidade do desemprego e não camuflá-lo com a precariedade, como pretende essa direita. Só assim se poderão tomar medidas eficazes ao seu combate, e não continuar a atirar recursos para cima dos problemas, não os resolvendo e fomentando mais e mais precariedade, trabalho não remunerado, mão-de-obra barata.

A direita não contribui para o emprego, mas sim para a precariedade. Por isso, o nosso voto favorável a este diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, embora tenha havido aqui dois documentos, se assim se pode entender, não é menos verdade que só votámos um. Mas também não é menos verdade que no entender do CDS/PP esse que votámos, e em que nos abstivemos, de facto não traz nada de novo, nem ao fomento nem à empregabilidade nos Açores.

Embora tenhamos tentado obter esses esclarecimentos através da bancada do Partido Socialista, infelizmente após duas tentativas não o conseguimos obter.

Deputado Berto Messias (PS): Foi esclarecido várias vezes, acabei de referi-lo agora mesmo.

O Orador: Como tal, mais uma vez queremos aqui afirmar que este é um documento que nada traz de novo à região. É um documento que nada traz de fomento nem à empregabilidade, antes pelo contrário, é um documento que, no

nosso entender, até traz alguns problemas às empresas, àquelas que trabalham com funcionários no “recibo verde”. E é de salientar – o que acabou por ser afirmado na intervenção, ou numa das intervenções, do Sr. Presidente do Governo – que, se calhar, até coloca em causa a própria fiscalização do Governo Regional em relação a esses funcionários que auferem através de “recibo verde”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estivemos aqui a debater e foi votado um Projecto de Decreto Legislativo Regional que era para ser de “Incentivo e fomento à empregabilidade”, nunca foi de “Incentivo e fomento à empregabilidade” e acabou por ser de “Incentivo e fomento à empregabilidade”. Exactamente esta evolução que o próprio processo teve mascarou como sendo “Incentivo e fomento à empregabilidade”, nunca foi de facto e verdadeiramente “Incentivo e fomento à empregabilidade”. Depois, acabou por deixar de ser, efectiva e assumidamente, “Incentivo e fomento à empregabilidade”.

Tem princípios correctos, que merecem a nossa concordância, mas no fundo e o que merece a nossa discordância é que, de facto, não resolve um problema gravíssimo, com intensidade, que afecta e aflige tantos e tantos açorianos, milhares de açorianos e famílias açorianas. Problema que nos preocupa verdadeiramente e relativamente ao qual o PSD demonstrou aqui seriedade absoluta, que apenas a fragilidade de quem não tem argumentos e, quando não tem argumentos, recorre a um ataque pessoal, foi o que foi feito aqui em certa circunstância. O PSD apresentou números concretos que demonstram que o fenómeno do desemprego nos Açores tem tido, nestes últimos anos, um caminho, uma única evolução: aumenta, aumenta e aumenta.

Perante esse aumento progressivo do desemprego, que nos preocupa, não poderíamos obviamente estar do lado de uma proposta que tenta mascarar e continuamente desviar-se desse problema, desviando-se da solução.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos as declarações de voto. Passamos para o ponto 2 da nossa Agenda da Reunião, **Projecto de Resolução n.º 16/2010** –

“Cria a Comissão Eventual para analisar a aplicação do Rendimento Social de Inserção nos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para apresentar a Resolução, dou a palavra à Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Comissão Eventual para analisar a aplicação do RSI nos Açores foi aqui adiantada como uma proposta ou uma intenção do Partido Socialista a 10 de Fevereiro de 2010. Nessa data, o Líder do Grupo Parlamentar do PS anunciou a intenção de apresentar um projecto de resolução com vista à constituição de uma comissão para elaborar um conjunto de recomendações sobre a aplicação e fiscalização do RSI nos Açores.

Este projecto foi posteriormente apresentado e entregue nesta Assembleia a 29 de Abril do corrente ano e já baixou à Comissão Permanente de Assuntos Sociais para análise dos vários partidos. Vem, por isso, à Assembleia para ser discutido e durante este debate será também feita a apresentação de uma proposta de alteração ao artigo 3.º deste projecto.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Costa (PSD)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto, como disse a Sra. Deputada Piedade Lalanda na apresentação desta proposta, ela foi primeiro anunciada pelo Sr. Presidente do Governo, como um desafio ao seu grupo parlamentar, em Fevereiro de 2010.

Aqui está a comissão que irá, segundo o seu objecto, tentar dar um contributo, analisar a aplicação e melhorar os termos dessa aplicação e fiscalização do Rendimento Social de Inserção. Cá está esta comissão, mas as coisas não correram talvez tão bem como o Partido Socialista pensava e esta comissão, aparentemente, seria para eventualmente demonstrar aquilo que o PS tem apregoado como o sucesso da aplicação desta medida.

Apenas lamentamos que, de facto, o PS apresente esta proposta, mas que, em sede de comissão e conforme resulta do relatório da Comissão de Assuntos Sociais, o

PS já traga as conclusões daquilo que será o trabalho desta comissão. O PSD tem boas expectativas quanto à proposta agora apresentada, mas não pode deixar de denunciar, de facto, que o PS tinha um objectivo diferente em mente quando o Sr. Presidente do Governo lançou este desafio.

É lamentável que a Sra. Deputada Piedade Lalande venha em sede de comissão dizer que “considera ser uma responsabilidade dos deputados objectivar que o Rendimento Social de Inserção efectivamente é aquilo que é perante a sociedade civil” e acrescentou – e está no relatório da comissão, estou a limitar-me a ler o que está no relatório – que, “através do trabalho desenvolvido pela comissão, os deputados poderão dar visibilidade à aplicação da medida e desconstruir a visão negativa que frequentemente lhe é associada”. Portanto, a Sra. Deputada já concluiu os trabalhos da comissão cuja criação agora está a apresentar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Realmente é pena que assim seja, porque o PSD tinha boas expectativas, quando foi lançado este desafio. O PSD pretende, de facto, que esta comissão faça um trabalho profícuo em relação àquilo que deve ser apurado em termos de aconselhamento ao Governo sobre a melhor forma de fiscalizar a aplicação desta medida.

Não nos podemos também esquecer que esta comissão fica aquém da proposta, do desafio do Sr. Presidente do Governo, porque se limita à parte da fiscalização e não tanto àquilo que o Sr. Presidente do Governo certamente tinha em mente.

Não tanto porque, entretanto, as coisas mudaram. Mudaram, efectivamente, de tal forma que o próprio Governo Regional e o Partido Socialista não esperavam que acontecesse. É que, entretanto, começou a ocorrer uma fiscalização, da qual se veio recentemente a ter alguma nota através da comunicação social. E não sei se isso estará, eventualmente, relacionado com a substituição da Sra. Directora Regional da Segurança Social porque, de facto, apuraram-se algumas coisas que vieram dar razão àquilo que o PSD sempre tem dito, relativamente à pouca fiscalização da aplicação desta medida.

Esta medida tem sido muitas vezes utilizada não para fazer face ao combate a situações transitórias de pobreza e para ajudar pessoas a libertarem-se da pobreza,

de uma forma transitória ajudá-las a libertar-se da sua situação de pobreza, mas tem sido usada como um meio político ou partidário de obtenção de votos.

De facto, a notícia de que a 8% dos beneficiários foi suspenso o pagamento da medida só vem também demonstrar que havia alguma fraude na atribuição desta medida. Se calhar, muitos desses a quem agora foi suspensa a medida...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Eu já lhe explico, Sr. Presidente.

...talvez alguns daqueles que agora ficaram sem Rendimento Social de Inserção, porque lhes foi suspensa a medida, poderão pedir satisfações a alguns deputados do Partido Socialista que os ajudaram e que lhes preencheram o pedido de Rendimento Social de Inserção. Aliás, alguns deputados do Partido Socialista sabem preencher esses documentos melhor ainda que alguns assistentes sociais. Talvez desses 8%...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor não sabe o que diz!

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Não há emaranhado, Sr. Presidente. O que há aqui, de facto, é que as coisas correram mal ao Sr. Presidente do Governo. Quando pensava que ia criar uma comissão para apurar que estava tudo bem, entretanto houve uma fiscalização de que o senhor se calhar não estava a par e a comissão, afinal, segundo a Sra. Deputada Piedade Lalanda, vai concluir tudo aquilo que os senhores queriam que concluísse. Contudo não estava tudo bem, como se veio a verificar com a fiscalização que foi feita entretanto.

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor é que está a dizer que criámos uma comissão para apurar este “está tudo bem”!

O Orador: É, de facto, importante que faça um trabalho sério, um trabalho em que não se tirem conclusões antes do tempo. É precisamente por isso que o PSD não se opõe à sua criação.

O PSD pretende que, de facto, o Rendimento Social de Inserção seja uma medida que ajude a libertar as pessoas da pobreza, que seja uma medida transitória e que leve a que as pessoas se libertem da pobreza. Infelizmente, os dados que são conhecidos e aquilo que nós sabemos sobre o Rendimento Social de Inserção na Região Autónoma dos Açores não nos dizem nada parecido com isso.

Somos a região do país com mais alta taxa...

Presidente: Sr. Deputado, eu gostava que se falasse mais sobre a criação da comissão eventual do que sobre a problemática do Rendimento Social de Inserção. Penso que são coisas diferentes.

O Orador: Sr. Presidente, eu explico por que estou a abordar este assunto, é porque o relatório da comissão é isso que faz e eu estou apenas a cingir-me àquilo que é dito no relatório da Comissão de Assuntos Sociais.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputada Nélia Amaral (PS): Não está, não senhor!

O Orador: Portanto, não estou a fugir ao tema, com o devido respeito.

De facto e para concluir esta minha primeira intervenção, queria dizer apenas mais o seguinte:

São dados objectivos, não são interpretações. Não estou a adjectivar nem a tirar conclusões sobre aquilo que são dados objectivos.

Somos a região do país com a mais alta taxa de incidência, ou com a mais alta taxa de aplicação do Rendimento Social de Inserção. Nem com esta suspensão de 8% dos beneficiários vamos ficar sem ser a região do país onde mais incidência há do Rendimento Social de Inserção.

Deputada Nélia Amaral (PS): Não é suspensão, Sr. Deputado, seja rigoroso.

O Orador: Somos também assim, por exemplo e para não ir muito longe, desde 2004. Em 2004 tínhamos 19 mil, agora temos 20 mil, mais coisa menos coisa.

Deputada Nélia Amaral (PS): Não foi só 2004, foi mais.

O Orador: Portanto, o que estamos aqui a debater é uma comissão que vá propor ao Governo medidas de melhor fiscalização. De facto, é preciso mais fiscalização, porque aquilo que o PSD pensa sobre esta matéria tem-no dito e tem-no dito sem problemas. O PSD o que defende é uma aplicação séria e correcta daqueles que são os objectivos do Rendimento Social de Inserção e essa aplicação deve ser feita para ajudar as pessoas a libertarem-se da sua situação de pobreza.

O PSD também não deixa de notar que há que haver alguma reciprocidade nesta solidariedade do Estado para com aqueles que precisam. Essa reciprocidade deve passar pelo accionamento de mecanismos que permitam que quem recebe o RSI possa também contribuir com algo mais de solidariedade para com este Estado que os ajuda a libertarem-se da sua situação de pobreza.

De facto, o que o PSD tem denunciado é que o Governo pretende, com a aplicação desta medida, limitar-se a dar um subsídio àqueles que mais necessitam e também àqueles que lhe interessa...

Deputada Nélia Amaral (PS): Isso é um insulto aos núcleos sociais de inserção que todos os dias trabalham.

O Orador: ...àqueles que ao Governo interessa eleitoralmente que o façam. Aliás, foi denunciada ainda no último Plenário e muito bem a coincidência eleitoral do aumento de alguns números do RSI.

Se o Sr. Presidente do Governo tiver curiosidade, pode ver por exemplo em relação a 2004 que o grande aumento de beneficiários foi precisamente no mês de eleições. Mas o PSD pretende que seja melhorada a fiscalização, para que esta medida tenha de facto resultados práticos, que não teve nos últimos anos, nos últimos catorze anos, desde que foi criada.

Deputado Domingos Cunha (PS): Exactamente, a começar por si, Sr. Deputado.

O Orador: Desde que foi criado o Rendimento Mínimo que se pretendia libertar as pessoas da pobreza e o que é facto é que estes ciclos de pobreza que existem nos Açores vão-se mantendo, porque os senhores não conseguem libertar as pessoas da situação de pobreza.

Transformam esta medida, que devia ser transitória, numa medida definitiva, para manter as pessoas dependentes de uma ajuda do Estado, numa visão

assistencialista que não está minimamente ligada à visão tida quando foi criada esta medida.

Muito obrigado.

Presidente: Bom, eu volto a fazer um apelo para que não nos esqueçamos que estamos a discutir a criação de uma comissão eventual para fiscalizar, é certo, o RSI. Portanto, creio que não estamos aqui para discutir toda a problemática à volta do RSI.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar esta intervenção por elogiar esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Concordamos, por um lado, com os seus objectivos. O alcance, dimensão e número de beneficiários desta medida tornam importante que se acompanhe de perto a aplicação deste mecanismo de inserção social na nossa Região. Cremos, aliás, que a generalidade das bancadas concordará, também, com esta finalidade.

A metodologia que propõe para abordar as questões relacionadas com a aplicação do Rendimento Social de Inserção é a que defendemos e consideramos correcta. Deve haver, baseada na análise técnica – que aos técnicos compete – ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Mas só os técnicos, Sr. Deputado.

O Orador: ...uma avaliação política que, essa sim, compete a esta câmara. Acompanharemos, por isso, esta iniciativa e participaremos activamente nos trabalhos da Comissão, caso venha, como tudo parece levar a crer, a ser aprovada. Pensamos, no entanto, que qualquer discussão sobre o Rendimento Social de Inserção que não aborde as causas profundas do problema que se pretende minorar com este mecanismo, não passará de um fútil exercício académico. Discutir o RSI sem abordar a pobreza, a sua forma e os seus motivos, não passará de uma mera hipocrisia assistencialista.

Vamos, então, aos motivos:

E o primeiro e mais claro motivo da pobreza nossa sociedade é apenas um. O emprego. É que, sem emprego, não há rendimento, não há autonomia, não há inserção, não há cidadania, mesmo. Há uma relação directa, óbvia e incontestável entre pobreza e desemprego.

A situação que enfrentamos hoje, em que atingimos o nada honroso 4.º lugar de país da OCDE com a mais alta taxa de desemprego, ou que nos Açores tivemos um crescimento homólogo desta taxa de 26%, resulta, também de maneira directa, óbvia e incontestável das políticas que os Governos do PSD e do PS, com e sem CDS-PP, aplicaram no nosso país. É a insuficiência da protecção no desemprego, o valor do subsídio...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Eu estou a falar de Rendimento Social de Inserção e das suas causas!

Presidente: Pois está...

O Orador: Sr. Presidente, eu estou das questões relacionadas com o Rendimento Social de Inserção e as suas causas, quer as que o originam quer o seu relacionamento...

Presidente: Mas nós estamos a falar na criação de uma comissão para fiscalizar, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, se me der licença, eu vou continuar, porque considero que estou a falar do assunto que está a ser debatido.

É a insuficiência da protecção no desemprego, o valor do subsídio, as complicadíssimas regras de acesso, entre outros factores, que explicam muito do crescimento no número de beneficiários do RSI.

Mas o problema do emprego, sendo fundamental, não é o único. Porque, neste país, nesta Região, muitas vezes não basta trabalhar para se conseguir ter uma vida digna. A nível nacional, mais de 82.000 beneficiários do RSI trabalham efectivamente, só que os salários de miséria que auferem pura e simplesmente não lhes permitem sobreviver. Estamos, até, na situação paradoxal de, por vezes, os salários oferecidos serem tão baixos que para as famílias compensa mais deixarem-se ficar a receber a prestação social.

Mas poderíamos falar também dos reformados. Em Portugal, mais de 25.000 beneficiários do RSI recebem reformas, só que estas são tão baixas que se vêm obrigados a recorrer a esta prestação.

Então, coloca-se a questão: temos um problema de Rendimento Social de Inserção ou temos um problema de rendimentos? Temos um problema de subsidiodependência ou temos um problema de salários e pensões miseravelmente baixos? Temos um problema de pobreza ou temos um problema de justiça na distribuição dos rendimentos?

E é aqui, nesta questão, que teremos de incidir a nossa reflexão e a nossa acção. Porque, afinal, queremos erradicar a pobreza ou queremos apenas minorar os efeitos mais negativos dessa pobreza?

Tornou-se um lugar comum dizer-se que a aplicação do Rendimento Social de Inserção tem problemas. Desde as fraudes, reais ou supostas, a um suposto laxismo e convite à preguiça que esta medida incentivaria, ao crescimento da despesa que lhe está associada e, naturalmente, ao falhanço evidente dos planos de inserção que, a nível do país e da Região, não têm conduzido aos resultados expectáveis. Todos os problemas e todos os defeitos têm sido apontados ao Rendimento Social de Inserção.

O problema é que muitas destas críticas são feitas sem qualquer consciência ou menção das dificuldades reais na integração destes beneficiários. Ao abordarmos estas dificuldades, teremos forçosamente falar da situação dos técnicos de reinserção, porque são eles quem está no terreno, são eles que lidam directamente com as dificuldades e é, em muito boa parte, do seu trabalho que depende o sucesso da medida.

E a verdade é que é vergonhosa a situação de precariedade e de subvalorização em que está grande parte dos técnicos de reinserção social nos Açores. Uma situação que se arrasta no jogo do empurra entre as IPSS e o Governo Regional, sem solução à vista...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Eu vou já terminar, Sr. Presidente.

Presidente: A questão não é essa, a questão é o Sr. Deputado está a afastar-se do objecto da discussão.

O Orador: Não estou, Sr. Presidente. Estas questões estão directamente relacionadas com o Rendimento Social de Inserção.

Presidente: Com a fiscalização.

O Orador: Eu vou já terminar, Sr. Presidente.

...fazendo desmotivar, desesperar e mesmo desistir da carreira muitos jovens técnicos qualificados e empenhados na sua função.

E, desde logo, estes técnicos enfrentam diariamente uma dificuldade incontornável, que é a impossibilidade absoluta de acompanhar todos os casos que lhes são distribuídos. Como é que podemos esperar que haja acompanhamento às famílias beneficiárias do Rendimento Social...

Deputado Domingos Cunha (PS): O senhor tem de saber quem é que fiscaliza.

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Eu sei que vos custa ouvir isto, mas vão ter de ouvir!

Deputado Domingos Cunha (PS): As coisas não podem ser isoladas.

O Orador: ...quando cada técnico tem à sua responsabilidade 50, 100 casos? Que seguimento? Que auxílio e estímulo têm estes técnicos tempo para fazer?

A questão dos recursos humanos é central no funcionamento e na aplicação do Rendimento Social de Inserção nos Açores e esperamos que a Comissão a possa aprofundar, trazer-nos mais dados e propostas para a melhorar.

Reconhecemos que, politicamente, esta é uma proposta útil e valiosa para várias bancadas e sectores partidários. Esta preocupação é, desde logo, útil para o PS, no sentido de disfarçar o que é a realidade da política que leva a cabo.

No momento em que se prepara para desferir um dos mais bárbaros ataques, com o beneplácito do PSD, de sempre ao rendimento dos portugueses, que lançará muitos deles no atoleiro da pobreza;

No momento em que leva a cabo uma redução drástica dos apoios sociais, seja através da redução do subsídio de desemprego, do congelamento até 2013 do

Indexante de Apoios Sociais ou da criação de tectos máximos para os apoios sociais;

No momento em que, através da redução dos montantes do subsídio de desemprego e das obrigações adicionais para os desempregados, o PS pretende levar a uma redução generalizada dos salários;

No momento em que aumenta os impostos mais cegos e injustos, penalizando sobretudo os portugueses mais pobres;

Num momento em que se tomam todas estas medidas socialmente destrutivas, fica bem ao PS, tentar demonstrar a sua preocupação com os beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Mas esta bonita preocupação não consegue ocultar a realidade dos resultados das suas políticas. Porque esses resultados são claros: mais desemprego, mais injustiça, mais pobreza, mais exclusão, mais desigualdade social. E, ou o PS enfrenta estes resultados e tem a coragem de mudar de política, ou então, não estamos senão perante um exercício de hipocrisia política, de demagogia assistencialista! Mas é uma proposta útil...

Presidente: Sr. Deputado, eu vou ter de lhe retirar a palavra.

O Orador: Eu vou já terminar, Sr. Presidente.

Presidente: Não, a questão não é essa, Sr. Deputado. O senhor onde já vai!

O Orador: Eu vou já terminar, Sr. Presidente.

Presidente: mas cinja-se ao objecto daquilo que estamos a discutir.

O Orador: Com certeza.

Consideremos e batamo-nos para melhorar as respostas que atenuem o sofrimento humano, mas não alimentemos a ilusão das respostas parciais, que não alteram os fundamentos do sistema de exploração e as políticas que produzem a pobreza. É por isso que o grande desafio que permanece no horizonte vai para além da constituição desta comissão de acompanhamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Temos de acordar aqui uma coisa. Nós temos um determinado objecto que está em discussão. O objecto tem a ver com certeza com o RSI, mas tem a ver

com a criação de uma comissão eventual para fiscalizar o RSI e temos de nos cingir a esse objecto.

Os Srs. Deputados têm um conjunto de mecanismos de que podem lançar mão para discutir tudo o que quiserem acerca do RSI, têm todo o direito e acho muito bem que o façam. Agora, do RSI em geral até ao PEC, não pode ser, temos de nos cingir ao objecto que aqui está porque, senão, eu terei de ser mais rigoroso e os Srs. Deputados terão de me respeitar nesse rigor, para que os trabalhos possam ser devidamente conduzidos e para que cheguemos a bom porto.

Vozes de deputados das bancadas do PS e CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima tinha pedido a palavra? Faça o favor, Sr. Deputado, tem dois minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria enfatizar a sua paciência, que teve para com os deputados que me precederam. Um pouco com o Deputado João Costa, que ainda corrigiu o tiro a tempo, e uma paciência de santo para com o Deputado Aníbal Pires.

Sendo certo que nós, nesta casa, às vezes, na discussão de um tema derivamos e vamos buscar outras soluções ou outros argumentos que possam estar relacionados com o tema, acontece-nos a todos, agora quando o Presidente desta casa nos adverte uma vez, devemos considerá-lo. Quando nos adverte duas vezes, devemos efectivamente mudar de rumo. Infelizmente, o Sr. Deputado Aníbal Pires não fez isso, desrespeitou a figura do Sr. Presidente e desrespeitou esta casa.

Eu só queria dizer-lhe, com toda a serenidade, Sr. Presidente, que aqui há regras regimentais a cumprir e há, sobretudo, respeito. É um apelo que faço, protestando, obviamente, para que esse respeito todos nós o tenhamos aqui dentro, de todos para todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires tem dois minutos para responder.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, não gastarei os dois minutos.

É apenas para dizer que não reconheço nenhum tipo de autoridade ao Deputado Artur Lima para fazer estas considerações sobre a forma como eu...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Presidente já as fez!

O Orador: ...intervim sobre a matéria em causa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Helder Silva tinha pedido a palavra para?

(*) **Deputado Helder Silva (PS):** Tinha pedido a palavra para, também, protestar pela forma como o Sr. Deputado Aníbal Pires utilizou o tempo que lhe foi concedido, no âmbito de um Projecto de Resolução, fugindo completamente do seu objecto e, mais uma vez, aproveitando esse tempo que lhe é concedido pela Mesa para...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é a Mesa, é o Regimento!

O Orador: ...fazer aquilo que mais parecia uma declaração política sobre uma matéria paralela ao objecto do Projecto de Resolução que estava aqui em discussão.

Queria aproveitar, Sr. Presidente, para afirmar que a intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires veio, afinal, confirmar a urgência que apresentámos para a conferência de líderes já neste momento agendada, de que se revejam as regras de funcionamento desta casa, porque na verdade é impossível continuarmos a trabalhar e trabalharmos de forma eficaz, quando deputados como o Sr. Deputado Aníbal Pires aproveitam recorrentemente aqueles que são os tempos que lhes são concedidos para discussões paralelas...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é só o tempo, Sr. Deputado.

O Orador: ... e para aproveitamentos políticos paralelos àqueles que são os objectos em discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem dois minutos, Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para dizer o seguinte, Sr. Deputado Helder Silva:

V. Exa. há-de compreender que não é possível desligar as questões do Rendimento Social de Inserção das questões do rendimento e do emprego. Foi exactamente isso que eu fiz! Isso, o senhor não pode de maneira nenhuma e julgo que o senhor, se quiser, consegue compreender isso.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não tem a ver com a criação da comissão.

O Orador: Por outro lado, não arranje agora justificações aqui para tentar calar a boca à Representação Parlamentar do PCP.

Obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto.

Presidente: Tem dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Deputado Helder Silva, a questão é a seguinte:

O senhor...

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Sr. Presidente, eu estou a tentar evitar qualquer tipo de episódio lamentável, mas estou constantemente a ser provocado.

Presidente: Faça o favor de continuar.

O Orador: Quero dizer ao Sr. Deputado Helder Silva que incorreu no erro que estava a apontar ao Sr. Deputado Aníbal Pires, quando o Sr. Deputado Helder Silva estava a criticar a utilização do tempo por parte...

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é um protesto?

(Apartes inaudíveis da câmara)

O Orador: Posso falar ou não? Mas eu estou a protestar, os senhores deixem-me falar, por amor de Deus!

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso não é nenhum protesto.

O Orador: Eu quero dizer o seguinte: estou a fazer um protesto, acho que em bom português...

O Sr. Deputado oiça, que eu já termino, só vos peço trinta segundos da vossa atenção.

Deputado Domingos Cunha (PS): Sobre que matéria?

O Orador: Estou a criticar os termos em que foi realizado o protesto por parte do Sr. Deputado Helder Silva, porque incorreu no mesmo erro que estava a criticar ao Sr. Deputado Aníbal Pires!

Deputado Domingos Cunha (PS): E o que tem o senhor a ver com isso?

O Orador: Aproveitou os termos do protesto para depois extrapolar conclusões em relação à utilização do tempo e em relação ao programa político que tem quanto a alterações do Regimento! Isso é que eu considero completamente incorrecto, aproveitar esses termos do protesto para vir aqui dizer: “Bom, isto é que mostra a necessidade de alterarmos aqui as regras”. O senhor, quando utilizou a palavra nesses termos, foi exactamente o prevaricador que estava ali a criticar. Estava a criticar e fez precisamente a mesma coisa!

Portanto, quero dizer-lhe o seguinte, e termino já: ...

Presidente: Já ultrapassou os dois minutos, Sr. Deputado.

O Orador: ...o Sr. Deputado não aproveite o tempo para tentar coarctar a liberdade e a democracia dos outros. Isso é que é fundamental.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não foi isso que aconteceu!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi, foi!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo. Retomamos às 18 horas e 40 minutos e espero que mais focados no nosso tema e na nossa agenda. Muito obrigado.

(Eram 18 horas e 13 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares, para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 47 minutos)

Sra. Deputada Piedade Lalanda, tem a palavra.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Costa, o senhor acusa o PS de ditar as conclusões da comissão antes do seu trabalho e terminou dizendo que não se devem tirar conclusões antes do tempo. Mas, a seguir, ou antes, o senhor foi o primeiro a afirmar que a suspensão – que na prática é uma cessação de processos – é a prova da existência de fraude e que a medida podia ajudar, mas os dados revelam o contrário. Eu não sei se o senhor não está também a tirar conclusões antes do tempo.

Portanto, a proposta desta comissão tem um objectivo e tem um objecto claro. Não visa fiscalizar nem o trabalho dos técnicos do serviço de acção social, nem o comportamento dos beneficiários, nem visa, já agora, também, a elaboração de um qualquer estudo sobre as causas da pobreza nos Açores. Não é isso que está no documento que foi apresentado a esta Assembleia. Mas, como refere e bem o relatório da Comissão de Assuntos Sociais, e citando as minhas próprias palavras, o que esta comissão poderá fazer será “objectivar a medida perante a sociedade civil”. O que quer dizer dar, ou afirmar, ou reforçar os números, a realidade dos factos, que nem sempre é conhecida das pessoas.

A outra expressão que utilizei foi “dar visibilidade à aplicação do RSI”. Ou seja, ao dar visibilidade à aplicação do RSI, eu referia o desconstruir da imagem negativa. O senhor sabe bem o que é o termo desconstruir, quer dizer identificar as dificuldades que possam existir na sua aplicação, as virtudes da sua aplicação, os impactos positivos e os aspectos eventualmente considerados negativos na sua aplicação. É essa a razão.

Poderá vir a concluir-se que há aspectos que têm de ser melhorados e, inclusive, ser objecto de recomendação ao Governo ao nível da sua aplicação. Poderá a comissão concluir que há défice na fiscalização da aplicação desta medida. Isto são conclusões que a comissão, ou que eu ao dizer “desconstruir a imagem negativa”...

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Não, são conclusões a que a comissão poderá chegar! E, ao afirmar “desconstrução da imagem negativa”, é exactamente isso que se pretende dizer.

Para além disso, quando se diz “desconstruir a imagem negativa”, não quer dizer que se está a colocar como objectivo ou razão de ser desta comissão fazer a apologia da medida, mas reconhecer os aspectos bons e os aspectos maus. Ora, também ressalvo que o próprio documento que foi apresentado no Projecto de Resolução afirma – e reafirmo-o aqui – que esta medida é para o PS uma medida positiva. É uma medida que tem contribuído para baixar a incidência da pobreza e isso os estudos não negam e está mais do que confirmado.

O que se pode pôr aqui em causa, o que se pode esclarecer é o modo como a medida é aplicada. Isso é o que pretende a comissão. Penso que também num ano como este, em que se fala do Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza, o Parlamento pode e deve tomar uma posição, ao esclarecer a sociedade civil açoriana sobre esta realidade da pobreza nos Açores através de uma das suas principais medidas de política social, que é o Rendimento Social de Inserção.

O Sr. Deputado João Costa também disse há bocadinho que esperava, portanto, ao dizer que achava que o PS já tinha chegado às conclusões, até parece que o PSD pretenderia que esta comissão reforçasse uma imagem negativa que o senhor porventura tem, e o PSD tem, em relação ao RSI e que, ao que consta, também terá marcado a sua actuação enquanto foi membro da Câmara Municipal da Graciosa. Não é essa a intenção do PS. A intenção do PS é exactamente mostrar impactos positivos e impactos negativos que possa ter a aplicação da medida.

Deputado João Costa (PSD): O que tem isso a ver? Explique-me.

A Oradora: Que eu saiba, quando o senhor era adjunto do Presidente da Câmara, a câmara nunca participou no núcleo local de inserção do RSI, o que demonstra que há algum desligamento por parte do senhor em relação a esta estrutura. O RSI tem estruturas de acompanhamento, que com certeza a comissão eventual poderá consultar e conhecer, e são importantes estruturas de acompanhamento no terreno da aplicação da medida.

Portanto, penso que se há aspecto a que é preciso, se calhar, dar visibilidade é ao modo como o RSI é aplicado no terreno, que eu acredito que muitas das pessoas da sociedade civil desconheçam. E a comissão poderá ajudar a objectivar como funciona a aplicação desta medida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para uma primeira intervenção.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, vou centrar o debate naquele que é o objecto que deve ser da discussão, que é a criação ou não desta comissão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não vou, obviamente, discutir o Rendimento Social de Inserção, porque acho que toda a gente sabe a opinião de cada qual sobre essa matéria, não há dúvidas nenhuma sobre isso.

Disse-o na altura (vou ler o que disse na altura): um repto lançado pelo Sr. Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quando propôs aqui que se ia fazer esta comissão, para nós nos pronunciarmos sobre essa matéria.

O que eu disse e reafirmo é que discordávamos da metodologia proposta pelo Partido Socialista. Não faz nenhum sentido criar uma comissão para a aplicação do Rendimento Social de Inserção, para fiscalizar o Rendimento Social de Inserção, porque o Governo tem meios técnicos e humanos e toda a disponibilidade para fazer esse trabalho.

Ademais, este Parlamento tem uma Comissão de Assuntos Sociais que, se quisesse fazer algum estudo, se quisesse debruçar-se e aprofundar melhor algum aspecto do Rendimento Social de Inserção, podia perfeitamente fazê-lo no âmbito da Comissão Especializada de Assuntos Sociais.

Agora, o que me espanta é que toda a gente aqui critica o despesismo. O Sr. Deputado do Partido Comunista, o PSD, toda a gente critica o despesismo. Toda a gente acha que devemos ter medidas de poupança, nesta altura de crise. Então, eu pergunto: nesta altura de crise, faz algum sentido criar uma comissão eventual, gastando mais dinheiro a esta casa, mais dinheiro ao Parlamento e mais dinheiro aos açorianos? É essa a pergunta a que temos de responder! Temos de responder a esta pergunta, quando existe a Comissão Especializada de Assuntos Sociais, que bem poderia fazer esse trabalho. É essa a questão fulcral e central desta matéria.

Nesse sentido, o CDS/PP é contra a criação desta comissão. Se mais motivos não houvesse, esse para nós é suficiente. Vamos, desnecessariamente, ter mais uma despesa nesta casa, que não era preciso. Nisso, acho que todos nós estamos de acordo. É preciso poupar, e quero que alguém me diga que a criação desta comissão não vai trazer mais despesas a este Parlamento.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Pouco mais.

O Orador: Eu quero que alguém me diga que este dinheiro, na sua relação custo/benefício, é bem aplicado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É, sim senhor.

O Orador: Eu quero que alguém me prove isto.

Portanto, nós somos contra este despesismo por parte do Partido Socialista, com o apoio do Governo e, obviamente, ao que parece, até do PSD, que apoia a criação desta comissão, e do Partido Comunista, que também apoia. Portanto, critica-se o despesismo, propõem-se medidas despesistas e os senhores aprovam. É essa a realidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Percebo qual é o seu medo, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, o Rendimento Social de Inserção está mais do que estudado, são tudo relatórios que aqui tenho, um fornecido pela Sra. Secretária ainda ontem. Não há dúvidas nenhuma sobre como é aplicado, quem sai, quem entra.

O que interessa é maior fiscalização por parte do Governo, essa fiscalização tem de ser feita e, como eu disse no passado, quem a deve fazer é o Governo Regional dos Açores. Aliás, também confirmado pelo Sr. Presidente do Partido Socialista, quando em congresso disse que efectivamente era preciso menos *workshops*, menos mesas redondas e que as senhoras assistentes sociais trabalhassem mais no terreno.

Naturalmente a Sra. Deputada Nélia Amaral, tendo discordado de mim quando eu aqui disse isso, presumo que também discorda do que disse o Presidente do seu partido, aquando do congresso.

Muito obrigado.

Deputada Nélia Amaral (PS): Eu discordei do tom de voz com que o senhor referiu “as meninas da assistência”.

Presidente: Tem a palavra, para uma primeira intervenção, a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este Projecto de Resolução do Partido Socialista, que visa criar uma comissão eventual para analisar a aplicação do Rendimento Social de Inserção nos Açores, nós, Bloco de Esquerda, pensamos que a primeira coisa que se deve perguntar é que dados terá esta comissão ao seu dispor para cumprir os desideratos vertidos nos artigos 1.º e 2.º desta proposta, que são:

“Elaborar um relatório final sobre a aplicação nos Açores do Rendimento Social de Inserção”;

E, no segundo artigo, “Recomendar ao Governo Regional medidas que permitam melhorar os termos da aplicação e fiscalização desta medida social”.

Recupero a pergunta: que dados terá esta comissão ao seu dispor? Porque o Bloco de Esquerda parte do princípio que nós não vamos, com certeza, entrar na casa dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, porque isso fazem os técnicos; e também não vamos espreitar as contas bancárias dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

Permita-me, Sr. Presidente, um aparte também, para recordar a esta câmara que os beneficiários do Rendimento Social de Inserção, quando se candidatam, aliás como os idosos que se candidatam ao Complemento Solidário, são os únicos neste país que vêem o seu sigilo bancário completamente devassado. O mesmo sigilo bancário que não é devassado para a fraude fiscal em trinta mil milhões de euros, é devassado em nome da atribuição do Rendimento Social de Inserção, uma prestação por pessoa de oitenta euros!

Mas, então, que elementos esta comissão tem ao seu dispor? Eu diria que tem ao seu dispor os dados oficiais, públicos e consultáveis a todo o momento. Dados tão públicos que a comunicação social faz, e bem, uso deles, como é o caso do Açoriano Oriental, no dia 15 de Junho, que tem uma página cujo título bem ilustrativo é: “Prestação”, neste caso a prestação do Rendimento Social de

Inserção, “diminui ou termina para 1928 beneficiários do Rendimento Social de Inserção”. O que quer dizer que a fiscalização, afinal, funciona.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Funciona mal.

A Oradora: Portanto, se é para termos à mão os dados oficiais, eu não vejo nenhuma vantagem em constituir uma comissão eventual parlamentar para este efeito.

Em sede de Comissão de Assuntos Sociais, o Bloco de Esquerda – fui eu na altura porque sou eu a representante do Bloco de Esquerda nesta comissão – afirmou e repito que esta proposta de Projecto de Resolução é claramente uma cedência ao ruído e à má consciência da direita, quanto à aplicação da medida em causa e aos seus beneficiários. Disse também ter muitas dúvidas sobre a bondade, o benefício e o resultado da iniciativa. Acrescentei ainda que qualquer deputado pode analisar a evolução da medida, com base nos dados estatísticos disponíveis e para isso bastará cumprir a lei, que optimiza e fiscaliza este apoio social.

Se o verdadeiro objectivo desta comissão não é, afinal, aquele que referi – porque, se é, não vale a pena a comissão – como eu já disse aqui nesta câmara, basta um clique e temos ao nosso dispor todos os dados;

Se o verdadeiro objectivo, pelo contrário, for, como afirmou em sede de comissão a Deputada Piedade Lalanda, quando disse que um dos objectivos desta comissão seria objectivar o que o Rendimento Social de Inserção efectivamente é perante a sociedade civil e desconstruir a visão negativa que frequentemente lhe é associada, objectivos com os quais nós, Bloco de Esquerda, concordamos em absoluto, mas não concordamos com o instrumento utilizado, ou seja, não consideramos que seja uma comissão eventual parlamentar que vai obter este desiderato;

E se, na continuidade destas mesmas afirmações da mesma deputada, for outro objectivo olhar as pessoas por detrás desses números, então, Sras. e Srs. Deputados, não podemos estar mais em desacordo, porque uma comissão eventual parlamentar que vai olhar necessariamente e antes de mais nada para os números, não vai ver atrás deles as pessoas.

Ora, nós continuamos convencidos de que esta situação e esta problemática, que é o Rendimento Social de Inserção, necessitam de uma intervenção mais incisiva.

Necessita que se faça um estudo, mas que se faça com os meios técnicos razoáveis para o efeito e não com um simples levantamento por parte duma comissão parlamentar, dos dados que, por acaso, até já acontece possuí-los.

Esta problemática é o Rendimento Social de Inserção que, para o Bloco de Esquerda e penso que para todos os Srs. e Sras. Deputadas, é uma medida de luta contra a pobreza e exclusão social e, sobretudo, de reconhecimento do direito fundamental das pessoas a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana, conforme consta do preâmbulo do Projecto de Resolução do Partido Socialista. Esta medida de justiça social elementar tem sido objecto de um ataque sem tréguas e de uma “partidarite” aguda e a iniciativa foi da direita. A história está feita, não vale a pena recuperá-la. Este ataque, esta “partidarite” aguda, reflecte-se obviamente nas falsas ideias, nos preconceitos e em toda a mística existente à volta da atribuição do Rendimento Social de Inserção.

Para o Bloco de Esquerda, urge “despartidarizar” este apoio social. Consideramos que não é, mais uma vez, com uma comissão eventual parlamentar, que se consegue essa “despartidarização”. Urge, sobretudo, atribuir-lhe o carácter que ela sempre teve, do nosso ponto de vista, e que deve honrar qualquer sociedade progressista, civilizada e moderna, que é a luta contra a pobreza e contra as desigualdades sociais. Nós estamos convencidos de que este desiderato não será alcançado por via desta comissão.

Ou queremos uma política de combate à pobreza, ou queremos uma política de combate aos pobres. E, sobre esse ponto de vista e essa dicotomia, o Bloco de Esquerda já fez a sua escolha.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado João Costa, tem a palavra, para uma segunda intervenção.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a benevolência do Sr. Presidente da Assembleia, eu vou responder à Sra. Deputada Piedade Lalanda sobre uma questão que não tem propriamente a ver com

a criação desta comissão. Vou responder, porque ainda bem que a Sra. Deputada Piedade Lalanda trouxe à liça da discussão o facto de, enquanto eu exerci as funções de adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, a representação daquela câmara no núcleo local de inserção se ter pautado por inúmeras falhas e ausências.

Ainda bem que me dá essa oportunidade, porque uma vez que eu não tive a oportunidade de esclarecer esta câmara quando fui acusado dessa situação, posso dizer-lhe que, de facto, o vereador da Câmara da Graciosa que na altura tinha sido indicado pelo executivo para representar a câmara no núcleo local de inserção faltava. Faltava, porque a sua entidade patronal não o autorizava a ir.

E sabe quem era a entidade patronal, Sra. Deputada? Era o Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa, portanto directamente o Governo Regional certamente poderá responder melhor à sua observação.

Mas a Sra. Deputada Piedade Lalanda também veio, no fundo, esclarecer aquilo que o PSD tinha dito e pensava sobre o que o PS pretende ou está convencido de que pode conseguir com esta comissão. Não sou eu que quero tirar e tiro conclusões negativas sobre a aplicação desta medida.

O que a Sra. Deputada disse foi que se pretende desconstruir uma imagem negativa. Ora, essa pretensão, em termos das conclusões que gostaria ou que quer que esta comissão venha a ter, é branquear situações. Desconstruir imagens negativas é branquear. Até tem tudo a ver.

A Sra. Deputada Zuraida Soares comete este erro recorrente de entender que o discurso do PSD relativamente à necessidade de haver fiscalização para com esta medida, seja um ataque ao Rendimento Social de Inserção.

Nós temos dito recorrentes vezes que não somos contra a aplicação desta medida. Nós somos favoráveis a que ela exista. Nós achamos que devemos ser solidários e que o Estado deve ser solidário para quem precisa. Achamos também que devia haver uma certa reciprocidade nessa solidariedade e que aqueles que momentaneamente necessitam desta medida pudessem também devolver alguma dessa solidariedade, contribuindo naquilo que fosse próprio para a sociedade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Arranjem trabalho, Sr. Deputado.

O Orador: Concluindo relativamente ao Bloco de Esquerda, a Sra. Deputada Zuraída Soares, nessa intenção de associar o PSD a um ataque ao Rendimento Social de Inserção não percebe...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não falei no PSD.

O Orador: Penso que nós estamos e penso que a senhora, volta e meia, nos inclui e já o fez aqui nesta casa...

Deputada Zuraída Soares (BE): Volta e meia não é nada. Eu não falei no PSD.

O Orador: ...nessa associação de sermos contra o Rendimento Social de Inserção e de atacarmos os beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

O que se passa é que a falta de fiscalização é, objectivamente, provocada pelo Governo e por quem tem nas mãos a atribuição e a responsabilidade desta medida na região e é objectivamente provocada, porque lhes interessa de quando em quando que essa fiscalização tenha falhas graves, para...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): É uma vergonha, o que está a dizer nesta casa.

O Orador: É a verdade, Sra. Secretária, é a verdade. A Sra. Secretária diz que é vergonhoso eu dizer que o Governo utiliza esta medida para outros fins que não aqueles a que ela se destina.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Pelo amor de Deus!

O Orador: Mas eu acho que verdadeiramente vergonhoso...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): O senhor, que fala sempre em estatísticas, veja o que está nas estatísticas!

O Orador: ... Sra. Secretária, é nós mantermos um nível de incidência desta medida e os senhores dizerem que estão a fazer alguma coisa na luta contra a pobreza.

O que se passa é que mantêm os açorianos na pobreza! Uma geração inteira depois desta medida ter nascido, continua o mesmo número de beneficiários, com oscilações que levam sempre a uma incidência na ordem dos 10% da população! É isso que é vergonhoso!

Essa realidade, que tanto vos custa ouvir...

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

Qual é o sítio onde está escrito que o Rendimento Social de Inserção tira as pessoas da pobreza? Diga lá!

O Orador: Olhe, Sra. Secretária, vou responder-lhe a esse desafio.

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):

O senhor confunde os conceitos de pobreza absoluta e pobreza efectiva.

O Orador: O Rendimento Social de Inserção é uma medida inovadora, sobretudo por três razões:

Primeira, visa combater a face mais severa da pobreza e da exclusão social. Sabe quem o disse? Piedade Lalanda, Plenário, Setembro de 2007. Portanto, não somos nós...

O Rendimento Social de Inserção visa aliviar a situação transitória por que algumas pessoas passam de pobreza. O problema é que V. Exas. ocultam e não exercem a fiscalização necessária. Por isso, agora querem criar esta comissão e criam esta comissão para tentar tirar as conclusões que, à partida, pretendem que sejam as conclusões da comissão.

Sra. Deputada Piedade Lalanda, V. Exa., respondendo a esta acusação do Bloco de Esquerda de que estava a ceder às afirmações da direita, diz: “Pelo contrário, afirmou que a iniciativa operacionaliza aquilo que se considera ser uma responsabilidade dos deputados, objectivar o que o Rendimento Social de Inserção efectivamente é perante a sociedade civil”. Acrescentou. Ou seja, V. Exa. está a dizer é que se pretende que esta comissão conclua que o Rendimento Social de Inserção é muito bem aplicado...

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Não é para concluir nada. Onde está isso escrito?

O Orador: ...e muito necessário. Portanto, isto é uma conclusão.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Desconstruir a imagem negativa!

Deputada Nélia Amaral (*PS*): Isso já foi explicado, Sr. Deputado.

O Orador: E acrescentou que, “através do trabalho desenvolvido pela comissão” – eu vou ler outra vez, já li há bocado e, aparentemente, a Sra. Deputada tentou desmontar – “os deputados poderão dar outra visibilidade à aplicação da medida e desconstruir a visão negativa”.

Ora, existe uma visão negativa, que é fruto de uma má aplicação desta medida por parte de um Governo que utiliza o Rendimento Social de Inserção com fins eleitorais. Essa é a conclusão que, *a priori*, nós temos. Por isso é que há necessidade de haver uma comissão parlamentar...

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): O povo na Graciosa não gosta de si, foi por isso que perdeu as eleições!

O Orador: Muito obrigado. Se calhar, foi por causa da taxa de incidência.

Presidente: Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: Se eu puder concluir, Sr. Presidente.

Por isso é que o PSD entende que é necessário haver uma comissão que realmente aprofunde a necessidade de maior fiscalização, para que não haja uma utilização indevida, como tem havido na última década e meia por parte do Partido Socialista, de uma medida que deve ser transitória no combate à pobreza e em levar as pessoas a sair da sua situação de dificuldade temporária, e não de eternização das pessoas na pobreza, a viverem de mão estendida, à espera, em troca de um voto no Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, a Sra. Deputada Piedade Lalanda. Tem três minutos.

(*) **Deputada Piedade Lalanda** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, em relação ao Sr. Deputado Artur Lima, eu gostava de saber por que, enquanto foram criadas outras comissões eventuais e comissões de inquérito nesta Assembleia, o senhor nunca alegou a questão da despesa. Não alegou para a comissão de elevação a cidades; não alegou para a questão do inquérito à água, na Terceira; não alegou para a comissão dos barcos, que está em curso; o senhor nunca pôs aqui, de uma forma pelo menos tão clara como fez hoje, o problema de ser um despesismo estar a criar uma comissão eventual.

Segundo aspecto...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Disse-o aqui e está registado.

A Oradora: Mas eu não ouvi. Se está registado, folgo em saber que o senhor é coerente com as suas posições.

Em relação à Sra. Deputada Zuraida Soares, penso que fica claro que a figura da comissão é uma figura que envolve ou chama ao debate todos os partidos e todas essas sensibilidades que existem em torno desta temática. E, se mais não fosse, valer para alguma coisa, valeria para isso, para colocar à volta da mesa todos os partidos, para que se manifestem nas suas várias sensibilidades, nos seus vários pontos de vista, perante dados e não só.

A senhora perguntou: quais são os dados que esta comissão vai trabalhar? É evidente que serão os dados, os documentos, ou o que entender solicitar às entidades, como qualquer outra comissão faz no início das suas actividades.

Define quais são as fontes de informação que pretende obter, quais são as entidades que pretende contactar. Portanto, isso será decidido por essa mesma comissão. E, se não entender contactar ninguém, é evidente que não terá matéria sobre a qual se pronunciar, mas é óbvio que será perante um material comum, de informação, de audições e de contactos, ouvir e registar a posição que cada um dos partidos tem sobre esta matéria. Penso que será um aspecto positivo, congregar num único documento a posição dos vários partidos.

Respondendo ao Deputado João Costa, se o PS quisesse estudar esta temática à porta fechada, não propunha evidentemente uma comissão eventual. Resolvia a questão internamente, analisava a aplicação do RSI e fazia a sua análise. Quando propõe uma comissão eventual, quer exactamente congregar toda a Assembleia na análise desta temática. E terá oportunidade, nesse quadro, de manifestar e colocar os seus pontos de vista ou os pontos de vista do PSD.

Penso que é um mau sinal para a população que nos elegeu e que com certeza está preocupada com o despesismo do Deputado Artur Lima, mas que deverá estranhar que os deputados se recusem ou tenham uma atitude de alguma resistência a analisar um tema sobre o qual tanto se diz nesta casa.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sra. Deputada.

A Oradora: Acho que é uma boa oportunidade de congregar as posições concretas de cada um dos partidos.

Presidente: Sra. Deputada Nélia Amaral, tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e na qualidade de Relatora da Comissão de Assuntos Sociais, tenho de intervir para refutar as afirmações do Sr. Deputado Bruto da Costa, quando diz que se limita a citar o relatório.

É importante que fique registado, importa clarificar, que o Sr. Deputado não está a citar o relatório. O Sr. Deputado vai muito para além da citação do relatório, traz interpretações suas a esta discussão.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: E, mesmo quando se refere ao texto do relatório, faz uma interpretação abusiva do que lá está escrito.

Quando se diz – já foi aqui referido – que é para desconstruir uma imagem, tudo o resto que o senhor adiciona não está no relatório, não é responsabilidade do relatório e não é responsabilidade da Comissão de Assuntos Sociais, é responsabilidade sua, Sr. Deputado.

De seguida, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Bruto da Costa, já que tanto fala que o PS aplica mal, fiscaliza mal, apoia mal, se me pode elucidar quanto à melhor fiscalização, ao melhor acompanhamento, à redução do número de beneficiários...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Esse é o objecto da comissão.

A Oradora: ...que se verificou enquanto o PSD e o CDS foram Governo.

Sr. Deputado Artur Lima, eu sei: não houve redução absolutamente nenhuma...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Houve.

A Oradora: ...não houve aumento de fiscalização, não houve redução do número de beneficiários, nem houve aumento de contratos de inserção.

Já agora, para lhe clarificar mais uma coisa, em relação às suas afirmações quanto ao trabalho das técnicas de serviço social, a minha reacção não teve nada a ver com o trabalho e com o acompanhamento que estas técnicas fazem ou devem fazer dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção e de qualquer pessoa que se encontre em situação de fragilidade social, com quem estes técnicos trabalhem.

A minha reacção prendeu-se exclusivamente com o tom com que o senhor se referiu a estes técnicos, designadamente – e não tenho aqui os documentos, mas creio que se referiu a estas pessoas – como sendo as “meninas da assistência”, ou as “senhoras da assistência”. A minha reacção prendeu-se exclusivamente com a forma como o senhor se dirigiu a elas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Nélia Amaral:

Com toda a consideração que lhe tenho, não há nada como um papelinho para a memória, que depois é traiçoeira e a sua atraíçooou-a agora.

Deputada Nélia Amaral (PS): Então, leia.

O Orador: Não a quero obviamente desmentir, nem desviar o assunto. O que eu disse foi: “Mais. As dezenas e dezenas de assistentes sociais” – foi assim que lhes chamei, está aqui escrito – ...

Deputada Nélia Amaral (PS): Leia tudo.

O Orador: ...“ao serviço do rendimento mínimo têm obrigação de produzir um relatório, mas não é apenas uma vez, devia ser todos os meses”. As assistentes sociais. Lamento. Quer que eu leia a intervenção toda?

Deputada Nélia Amaral (PS): Se não foi na intervenção, foi em aparte.

O Orador: Oh, senhora, foi aqui, está aqui! Isto é o Diário das Sessões! Isto é cópia do Diário das Sessões!

E já que a senhora então insiste na sua insolência, eu digo-lhe que a senhora acabou de faltar à verdade aqui dentro, porque o que foi dito foi isto. Não me referi às “senhoras da assistência”, referi-me às assistentes sociais e a senhora não foi correcta nem objectiva na sua intervenção, o que eu lamento.

Depois, relativamente ao Sr. Presidente do Partido Socialista, que diz exactamente a mesma coisa que eu digo, por outras palavras, a senhora disse “nim”, nem disse nada.

Deputada Nélia Amaral (PS): Já lhe disse que não teve nada a ver com o conteúdo da intervenção, mas com a forma.

O Orador: Portanto, se faz algum comentário, também o fazia em relação ao Sr. Presidente do Partido Socialista. Mas vamos deixar os *fait-divers*. Era apenas para esclarecer que a senhora, quando quiser citar uma coisa, cite com rigor.

Sra. Deputada Piedade Lalanda, despesismo, sim, é o que esta comissão propõe. Agora, lamento, mas sendo a senhora deputada há tantos anos, deve saber naturalmente como foram criadas duas das comissões de inquérito. Diga lá qual foi o método de as criar? Não houve voto, há um termo regimental para isso. Sabe como foram, não sabe? Portanto, sobre essa matéria, escuso de lhe dar explicações, que até me envergonha ter de lhas dar.

Depois, Sra. Deputada, na comissão das cidades nós votámos contra.

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor não participou!

O Orador: Nós votámos contra. Na comissão eventual para a criação de cidades, o CDS votou contra!

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor votou contra a comissão dos navios, da água?

O Orador: E o argumento, Sra. Deputada, o que a senhora me disse foi que nós tínhamos votado a favor das outras comissões. Portanto, votámos contra!

Agora, o que nós não patrocinamos, Sra. Deputada, são vaidades políticas. Não conte connosco para patrocinar vaidades políticas aqui dentro. Isso nós não patrocinamos, opomo-nos e o tempo vai dar-nos razão. Mais uma vez, o tempo vai dar-nos razão da vaidade política.

Segundo aspecto: a Comissão de Assuntos Sociais é ou não competente para fazer esse trabalho? É a pergunta a que a senhora não responde. É ou não competente para fazer o trabalho a Comissão de Assuntos Sociais?

Deputado Helder Silva (PS): Sr. Deputado, as comissões permanentes vão fazer um relatório das comissões eventuais?

O Orador: Depois, há ainda um outro dado: a crise, agora – há algum tempo que os senhores não o reconheciam, mas agora os senhores reconhecem-no – está instalada e é preciso poupar. A crise está instalada e é preciso dar o exemplo.

Deputado Helder Silva (PS): Esse não é o melhor exemplo.

O Orador: É o melhor exemplo, Sr. Deputado. É, lamento dizer-lhe que é um dos melhores, um dos bons exemplos de poupança, Sr. Deputado. Devemos fazê-lo quando é necessário, Sr. Deputado Helder Silva. Quando é absolutamente necessário criar uma comissão eventual para uma determinada matéria muito específica, nós apoiamos, como o senhor sabe. Como no caso do Estatuto, uma matéria específica que tem de ser regulamentada: é muito importante, não está propriamente no âmbito de nenhuma comissão e, portanto, nós apoiamos.

Esta, nós não a podemos apoiar, por todos os motivos. O despesismo é um mas, também, por aquilo que foi dito pela Sra. Deputada: os deputados vão ver o que está por trás das pessoas? Vão ouvir as pessoas? Vão perceber por que estão ou não as pessoas no Rendimento Mínimo? Isto é que é passar um atestado de incompetência aos técnicos da acção social, aos psicólogos, aos sociólogos, às assistentes sociais.

Estes é que devem contactar com os beneficiários, fazer o tal relatório que é necessário fazer e, depois, entregá-lo ao Governo e o Governo a esta casa, para nós nos pronunciarmos.

Nós não devemos ir a casa de cada um, não porque não temos competência – enfim, parece-me – para isso, de ir perceber as razões da pobreza daquela família. Há gente com formação e treinada para isso, é o seu trabalho...

(Aparte inaudível do Deputado Helder Silva)

O Orador: Sr. Deputado, eu estou a dizer o que a Sra. Deputada disse.

É o seu trabalho, todos os dias, gente com formação, treinada, com cursos, com pós-graduações, para perceberem e para nos habilitarem com a informação técnica para nós, politicamente, tomarmos decisões. É assim que se processam as coisas.

Aqui, com esta comissão, e segundo o que a Sra. Deputada disse, estão a inverter-se os papéis, o que eu lamento profundamente.

E, Sr. Presidente, sobre esta matéria não tenho mais nada a dizer, será a minha última intervenção, reafirmando o nosso voto contra os objectivos desta comissão,

as suas justificações, que foram dadas pela Deputada Piedade Lalanda, o menosprezo pelos técnicos da acção social que andam a trabalhar no terreno e, obviamente, o despesismo exagerado num tempo de crise.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma segunda intervenção.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi para intervir, no sentido de clarificar que as razões por que o Bloco de Esquerda se opõe à constituição desta comissão não têm nada a ver com razões de despesismo ou economicismo, como penso ter deixado bem claro na minha primeira intervenção. Mas, para que não houvesse confusão, volto novamente a reafirmá-lo. A nossa discordância prende-se com o facto de entendermos que uma comissão deste tipo não garante nem a eficácia, nem a objectividade, nem a isenção, nem a análise crítica e propositiva que a problemática, do nosso ponto de vista, exigiria.

Já agora, também gostaria de referir que a pobreza e a exclusão social se combatem, também, com o Rendimento Social de Inserção, mas não só. Haverá, provavelmente, e há, outras medidas já existentes e outras ainda não existentes, mas que provavelmente importa inventar para responder ao momento de crise que nós vivemos, e essa abertura foi dada ainda há pouco, nas intervenções do Sr. Presidente do Governo Regional, quando disse que estava disponível para receber todas as propostas que viessem no sentido de responder, quer à crise das empresas, quer à crise das pessoas.

E, para imaginar e propor, peço imensa desculpa, mas considero que um estudo de teor científico rigoroso e de levantamento isento da pobreza, das razões da pobreza e da forma como esta pobreza é vivida, umas vezes de forma encapotada e outras vezes de forma visível, nesta região, não é uma comissão eventual parlamentar que conseguirá esse desiderato.

Estas são as razões pelas quais o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará contra a constituição desta comissão.

Obrigada.

Presidente: Sr. Deputado João Costa, tem a palavra para esclarecimentos.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não ia intervir mais, mas gosto pouco que digam que eu disse coisas que não disse, ou que o que eu disse não é o que está escrito. Vou ler mais uma vez, para que consigamos todos perceber:

“No que se reporta ao objecto da iniciativa em apreciação”, a Sra. Deputada Piedade Lalanda – esta parte não está aqui escrita mas, no que se reporta ao objecto da iniciativa em apreciação – “refutou a ideia de se tratar de qualquer cedência à direita. Pelo contrário, afirmou que a iniciativa operacionaliza aquilo que considera ser uma responsabilidade dos Deputados: objectivar o que o Rendimento Social de Inserção efectivamente é perante a sociedade civil. Acrescentou que, através do trabalho desenvolvido pela Comissão, os Deputados poderão dar outra visibilidade à aplicação da medida e desconstruir a visão negativa que frequentemente lhe é associada”. Isto é uma intenção!

A intenção é de que a comissão conclua que a imagem negativa que é associada à aplicação do Rendimento Social de Inserção nos Açores...

Deputada Zuraída Soares (BE): Que foi a imagem que os senhores também ajudaram a criar.

O Orador: ...deve ser desconstruída para uma imagem positiva.

Deputada Nélia Amaral (PS): Essa parte já é sua, não está escrita em sítio nenhum.

O Orador: O que se passa e o que deve ser o objectivo desta comissão é que aprofunde medidas de fiscalização e de sugestão ao Governo para melhor fiscalizar a aplicação desta medida. Perdão, não é para concluir que a medida é bem aplicada, como se depreende e se interpreta, em português correcto, conforme está escrito, com pontos, vírgulas e tudo.

Muito obrigado.

Deputada Nélia Amaral (PS): Então, afinal é uma interpretação sua!

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda, tem a palavra, para esclarecimentos, tem três minutos.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para questionar o Sr. Deputado Artur Lima em relação à competência da Comissão Permanente de Assuntos Sociais para realizar uma avaliação, como é proposto para esta comissão eventual. É evidente que a Comissão de Assuntos Sociais tem essa competência, poderia fazer esse tipo de trabalho, mas eu não vejo como, se o fizesse dentro da comissão, se reduzia o despesismo que o senhor aqui associa à comissão eventual.

Noutro aspecto, queria só reforçar que o objecto desta comissão em nada tem a ver com entrar em casas de beneficiários e fiscalizar a aplicação do RSI. Ninguém afirmou isto aqui.

Volto a afirmar: não se trata de fiscalizar o modo do trabalho dos técnicos do serviço social, nem a utilização que os beneficiários podem fazer ou fazem da medida em causa.

Portanto, não é esse o objecto, porque é evidente que nem compete aos deputados! Compete aos deputados fiscalizar a actuação do Governo e o que está aqui em causa é uma política social que o Governo tem em curso, que é a aplicação desta medida.

Neste sentido, a comissão eventual avalia, do ponto de vista político, a aplicação desta medida. É o que está aqui em causa no objecto desta comissão eventual. É isso que está em causa, não é nem entrar em casa de beneficiários, nem ir fiscalizar o comportamento dos trabalhadores sociais.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não existirem mais intervenções. Assim sendo, vamos passar à votação, na generalidade, porque há uma proposta de alteração da comissão, subscrita pelo proponente e que já foi assumida junto da Mesa.

Vamos então proceder à votação, na generalidade, deste Projecto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP e 2 votos contra do BE.

Presidente: Passamos agora à votação na especialidade. De acordo com o artigo 145.º do nosso Regimento, apenas votamos, no caso de resoluções, as propostas de alteração. Há uma proposta de alteração de substituição integral, para o artigo 3.º que, aliás, já foi aqui referida. Vamos votar esta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votação final global:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado, com 30 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP e 2 votos contra do BE.

Presidente: Passamos para o ponto 3 da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Resolução n.º 20/2010 – “Realização de um estudo sobre o impacto do Rendimento Social de Inserção no combate à pobreza e à exclusão social, na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo BE.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, solicito um intervalo regimental de trinta minutos.

Presidente: Trinta minutos? É regimental. Atendendo à hora em que nos encontramos, significa que ficamos por aqui nos nossos trabalhos. Recomeçamos amanhã, às 10 horas da manhã, com o PTAP.

Obrigado, boa noite e bom jantar.

(Eram 19 horas e 35 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Partido Social Democrata (PSD)

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio José Gomes Lopes

—

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

Medidas de prevenção, controlo e redução da presença de roedores invasores e comensais

Considerando que a proliferação de roedores nocivos na Região Autónoma dos Açores constitui particularmente uma circunstância que afecta a sustentabilidade ambiental do ecossistema, pondo em risco a saúde pública, a saúde animal, as culturas e a biodiversidade;

Considerando que este problema está intimamente relacionado com as características específicas das espécies de roedores nocivos presentes, dado que são espécies generalistas, com elevadas taxas de sucesso reprodutivo e grande

capacidade de dispersão, com fracções populacionais silvestres e comensais que interagem entre si;

Considerando as características geomorfológicas e climáticas naturais do território, associadas à juventude do arquipélago, caracterizada por uma fauna pobre onde os endemismos são escassos, com baixos índices de predação e competição;

Considerando que as actividades humanas podem actuar como geradoras e distribuidoras de recursos e suporte de condições de proliferação dos roedores;

Considerando que, não obstante várias entidades e instituições, nos Açores, desenvolverem acções que, directa ou indirectamente, se relacionam com a problemática dos roedores e actuam sobre a dimensão das populações;

Considerando a necessidade de gestão integrada dos roedores nocivos, através da de novos modelos de organização institucional e implementação de medidas e de instrumentos de controlo;

Considerando que as medidas de controlo implicam por vezes o recurso a produtos de acção rodenticida, sob pena do seu não uso poder ter consequências catastróficas para a saúde pública;

Considerando que, do acima exposto, se conclui que só com uma acção concertada e articulada entre todas as entidades com intervenção directa ou indirecta nesta matéria e com uma correspondente partilha de responsabilidades, conjugadas com uma participação activa da comunidade em geral, se poderão obter resultados positivos no combate a este problema;

Assim, nos termos da alínea f) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa a seguinte proposta de Decreto Legislativo Regional:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

O presente diploma tem como objecto estabelecer normas de prevenção, controlo e redução dos riscos associados à presença das espécies de roedores de campo, invasores e comensais que comportam risco ecológico, e garantir o uso sustentado dos pesticidas de acção rodenticida, através da definição de um conjunto de procedimentos a aplicar às actividades humanas susceptíveis de contribuir, directa ou indirectamente, para a proliferação das referidas espécies.

Artigo 2.º

Objectivos

O regime instituído pelo presente diploma visa os seguintes objectivos:

- a) Sustentabilidade ambiental;
- b) Protecção da saúde pública;
- c) Protecção da saúde animal;
- d) Protecção da biodiversidade;
- e) Protecção das culturas;
- f) Protecção de equipamentos e infra-estruturas.

Artigo 3.º

Âmbito

1. O presente diploma aplica-se às actividades humanas dos vários sectores da economia (primário, secundário e terciário) cujos métodos de produção, transformação, distribuição e/ou comercialização actuem como geradores de distúrbios no ecossistema e distribuidores de recursos, proporcionando atractivos à proliferação e dispersão de roedores nocivos.

2. Para efeitos do presente diploma, consideram-se actividades susceptíveis de potenciar a proliferação e dispersão de roedores toda e qualquer actividade estabelecida ou que venha a estabelecer-se que providencie condições de alimento e/ou abrigo, nomeadamente:

- a) Agricultura e actividades dos serviços relacionados;

- b) Produção animal e actividades dos serviços relacionados (criação de gado bovino, ovino, caprino, cavalari, asinino e mular; suinicultura, avicultura, apicultura, cunicultura, criação de canídeos e felinos e outra produção animal);
- c) Alojamento de animais;
- d) Silvicultura, exploração florestal e actividades dos serviços relacionados;
- e) Pesca, aquicultura e actividades dos serviços relacionados;
- f) Indústrias transformadoras:
 - i. Indústrias alimentares (Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; Indústria transformadora da pesca e da aquicultura; Indústria de conservação de frutos e de produtos hortícolas; Produção de óleos e gorduras animais e vegetais; Indústria de lacticínios; Transformação de cereais e leguminosas; Fabricação de amidos, féculas e produtos afins; Fabricação de alimentos compostos para animais; Panificação e pastelaria; Indústria do açúcar; Indústria do cacau, do chocolate e dos produtos de confeitaria; Fabricação de massas alimentícias, cuscus e similares; Indústria do café e do chá; Fabricação de condimentos e temperos; Fabricação de alimentos homogeneizados e dietéticos; Fabricação de fermentos, leveduras e adjuvantes para panificação e pastelaria; Fabricação de caldos, sopas e sobremesas; Fabricação de outros produtos alimentares diversos);
 - ii. Indústria das bebidas;
 - iii. Indústria do tabaco.
- g) Construção e engenharia civil;
- h) Armazenagem, transporte e comércio por grosso e a retalho de produtos agrícolas, animais vivos, produtos alimentares, matérias-primas e alimento para animais, bebidas e tabaco;
- i) Restauração (restaurantes e similares);
- j) Alojamento com restauração incluída;
- k) Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos.

Capítulo II

Estratégias de controlo de roedores

Artigo 4.º

Medidas de controlo

As estratégias de controlo de roedores consistem na aplicação das seguintes medidas:

- a) Boas Práticas;
- b) Planos de Controlo Integrado de Roedores;
- c) Intervenções oficiais.

Artigo 5.º

Boas práticas

1. Para efeitos da aplicação da medida prevista na alínea a) do artigo anterior será elaborado um Manual de Boas Práticas que definirá procedimentos de natureza genérica e específica adequados às actividades referidas no artigo 3.º.
2. As pessoas individuais ou colectivas, públicas ou privadas, que exerçam alguma das actividades referidas no artigo 3.º ficam obrigadas a aplicar um conjunto de procedimentos dirigidos ao seu sector de actividade definidos no Manual de Boas Práticas, sem prejuízo de poderem, cumulativamente, adoptar outras medidas adequadas que visem a prossecução dos objectivos visados pelo presente diploma.
3. O Manual de Boas Práticas será objecto de aprovação conjunta dos membros do governo com tutela nas áreas de actividade a que respeite.

Artigo 6.º

Planos de controlo de roedores

Sem prejuízo do referido no artigo anterior, as entidades públicas ou privadas que exerçam alguma das actividades referidas no artigo 3.º, em instalações fixas e que estejam sujeitas a aprovação oficial, ficam ainda obrigadas à implementação de um Plano de Controlo de Roedores, cujos requisitos técnicos serão definidos por

Portaria conjunta dos membros do Governo competentes em matéria de saúde, agricultura, ambiente e da respectiva actividade.

Artigo 7.º

Intervenções oficiais

Nas situações em que as medidas previstas nos artigos anteriores se mostrarem ineficazes, as entidades oficiais, no domínio das suas competências, poderão intervir de forma concertada adoptando medidas de emergência adequadas e especificamente direccionadas à situação em causa.

CAPÍTULO III

Entidades intervenientes

Artigo 8.º

Cooperação institucional

1. A prossecução dos objectivos previstos no presente diploma pressupõe uma actuação concertada entre todas as entidades com responsabilidade em matéria de controlo de roedores, quer por tutelarem áreas que possam potenciar a proliferação dos roedores ou ser ameaçadas por estes, quer por terem competência a nível da aquisição e divulgação do conhecimento, designadamente:

- a) Departamento governamental competente em matéria de agricultura e florestas;
- b) Departamento governamental competente em matéria de ambiente e mar;
- c) Departamento governamental competente em matéria de ciência e equipamentos;
- d) Departamento governamental competente em matéria de saúde;
- e) Departamento governamental competente em matéria de inspecção das actividades económicas, do trabalho e solidariedade social;
- f) Departamento governamental competente em matéria de economia;

- g) Departamento governamental competente em matéria de educação e formação;
- h) Instituição responsável em matéria de alimentação e mercados agrícolas;
- i) Instituição responsável em matéria de ordenamento agrário;
- j) Autarquias locais.

2. Cada uma das entidades referidas no número anterior fica obrigada a avaliar, propor e/ou introduzir as necessárias alterações à regulamentação existente nas áreas do seu domínio, com vista a adaptá-la aos objectivos do presente diploma.

Artigo 9.º

Comissão de gestão integrada de pragas – roedores nocivos

Para efeitos de coordenação da aplicação das medidas previstas no presente diploma será criada, por resolução do Conselho do Governo, no prazo máximo de 60 dias após a publicação do presente diploma, uma Comissão de Gestão Integrada de Pragas – Roedores Nocivos, que integrará representantes das entidades responsáveis e à qual competirá:

- a) Coordenar a actuação das diferentes entidades intervenientes;
- b) Propor a criação de grupos de trabalho para a elaboração do Manual de Boas Práticas no âmbito da temática dos roedores no Arquipélago e aprovar o mesmo;
- c) Criar ou propor alterações ou aditamentos às listas de verificação a serem utilizadas pelas entidades fiscalizadoras, introduzindo especificações destinadas à verificação do cumprimento dos Planos de Controlo e das regras constantes do Manual de Boas Práticas;
- d) Emitir parecer sobre propostas de alteração à regulamentação existente ou sobre nova regulamentação que incida sobre a matéria prevista no presente diploma.
- e) Propor às entidades competentes regulamentação e legislação específica e/ou acções a desenvolver.

Fiscalização e incumprimento

Artigo 10.º

Fiscalização

1. Sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades a fiscalização do cumprimento do presente diploma e da respectiva regulamentação relativamente a cada actividade referida no artigo 3.º cabe à respectiva entidade inspectiva.

2. Esta fiscalização é integrada nas actividades inspectivas normais das entidades referidas no número anterior, salvo em casos de denúncia ou noutras situações em que seja necessária uma intervenção especificamente direccionada para o efeito.

Artigo 11.º

Contra-ordenações

1. Constitui contra-ordenação, punível com coima cujos montantes mínimos são de € 250 e € 500 e máximos de € 3 750 e € 10 000, respectivamente, consoante se trate de pessoa singular ou colectiva:

a) A não implementação do Plano de Controlo de Roedores nos casos em que tal seja obrigatório nos termos definidos no artigo 6.º;

b) O não cumprimento das Boas Práticas definidas no artigo 5.º, por parte das entidades públicas ou privadas que exerçam alguma das actividades referidas no artigo 3.º;

c) O não acatamento, integral ou parcial, das determinações das entidades fiscalizadoras relativamente às correcções das Boas Práticas e/ou do Plano de Controlo;

d) A criação de obstáculos ou impedimentos na realização de acções de fiscalização e controlo para verificação do cumprimento das normas do presente diploma e respectiva regulamentação.

2. A negligência e a tentativa são puníveis.

Artigo 12.º

Sanções acessórias

1. Consoante a gravidade da contra-ordenação e a culpa do agente, podem ser aplicáveis, cumulativamente com a coima, as seguintes sanções acessórias:

- a) Perda de objectos pertencentes ao agente;
- b) Interdição do exercício de uma profissão ou actividade que dependa de título público, de autorização ou de homologação de autoridade pública;
- c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgado por entidades ou serviços públicos;
- d) Privação do direito de participar em exposições, feiras ou mercados;
- e) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;
- f) Suspensão de autorizações, licenças ou alvarás.

2. As sanções referidas nas alíneas b) a f) do número anterior têm a duração máxima de dois anos a contar da data da decisão condenatória definitiva.

Artigo 13.º

Processos de contra-ordenação

1. Compete às entidades com competências inspectivas nas áreas de actividade definidas no artigo 3.º a instrução dos processos de contra-ordenação.

2. Compete aos membros do Governo Regional que tutelam as entidades mencionadas no número anterior, ou em quem os mesmos deleguem, a aplicação das coimas e sanções acessórias.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Artigo 15.º

Produção de efeitos

1. A produção de efeitos do presente diploma, no que se refere à matéria relativa ao Manual de Boas Práticas e aos Planos de Controlo de Roedores, inicia-se na data de entrada em vigor da regulamentação prevista nos artigos 5.º e 6.º.

2. A produção de efeitos do presente diploma, no que se refere à matéria constante do Capítulo IV, inicia-se no prazo de 180 dias após a entrada em vigor da regulamentação prevista no número anterior.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 1 de Junho de 2010.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, *Carlos Manuel Martins do Vale César*

PROPOSTA DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL

Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA)

Considerando que a eficácia e a eficiência na gestão dos recursos humanos assumem, cada vez mais, um papel de extrema importância na gestão organizacional.

Considerando que a gestão daqueles recursos deve ser uma das prioridades dos gestores, em particular dos gestores públicos e, nesse sentido, o profundo conhecimento das competências individuais e organizacionais afigura-se como essencial.

Considerando também que com os meios tecnológicos actualmente disponíveis os gestores podem ter, em cada momento, um retrato fiel das competências que necessitam.

Considerando que a racionalização e optimização dos recursos materiais, técnicos e financeiros são um desiderato do X Governo Regional dos Açores.

Com base nestas premissas, pretende implementar-se na Administração Regional Autónoma dos Açores o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA), que tem por objectivo a criação de um banco central de dados com a informação respeitante aos recursos humanos daquela administração, nomeadamente toda a informação pessoal e profissional daqueles trabalhadores, a fim de garantir o processamento centralizado de vencimentos e a gestão dos Quadros Regionais de Ilha.

Assim, nos termos da alínea f) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa a seguinte proposta de decreto legislativo regional:

Artigo 1.º

Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores (SIGRHARA)

1. É criado o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores, abreviadamente designado de SIGRHARA, que visa a concretização de uma gestão integrada dos recursos humanos da administração regional.
2. O SIGRHARA funciona no departamento regional que tem a seu cargo a Administração Pública, englobando os recursos humanos da administração directa, bem como os institutos públicos e hospitais E.P.E. da Administração Indirecta da Região Autónoma dos Açores.

Artigo 2.º

Objectivos

1. O SIGRHARA tem por objectivo primordial a criação de um banco de dados único com a informação respeitante aos recursos humanos comuns a diversas aplicações em uso na administração regional, nomeadamente ficheiro central de pessoal, administração de recursos humanos departamentais, incluindo o processamento de vencimentos e gestão dos quadros regionais de ilha, permitindo a partilha dos dados comuns e a edição de dados específicos, empregando para o efeito níveis de segurança e de valor legal compatíveis com a natureza dos dados em questão.

2. O SIGRHARA tem ainda por objectivos a recolha e tratamento de dados profissionais e a divulgação de dados estatísticos, bem como o fornecimento de indicadores de gestão sobre a administração pública regional, tendo em vista fundamentar o estudo e a definição de medidas globais de pessoal, de emprego público, e a análise das necessidades de promoção e desenvolvimento de operações sectoriais de gestão e administração de pessoal.

Artigo 3.º

Âmbito

O SIGRHARA integra informação de todos os colaboradores, ou seja, os trabalhadores, independentemente da modalidade de relação jurídica de emprego público estabelecida, o pessoal de gabinete dos membros do Governo e os detentores de cargos políticos, bem como os trabalhadores independentes com quem a administração celebre contratos de prestação de serviços, nas modalidades de tarefa e avença, nos termos definidos no artigo 1.º.

Artigo 4.º

Dados que integram o SIGRHARA

1. O SIGRHARA é constituído por registos que incluem o arquivo respeitante a factos da actividade funcional e profissional dos colaboradores, bem como todos os elementos necessários ao processamento de vencimentos.
2. Os registos são identificados como activos ou não activos, consoante as pessoas exerçam ou deixaram de exercer funções na administração regional.
3. Cada registo é constituído pelas fichas pessoal e profissional dos colaboradores.

Artigo 5.º

Ficha pessoal

A ficha individual do colaborador inclui os elementos respeitantes a:

- a) Identificação, naturalidade, residência, estado civil;
- b) Habilitações literárias;
- c) Datas da inscrição na ADSE, Segurança Social e/ou Caixa Geral de Aposentações, se aplicável.

Artigo 6.º

Ficha profissional

1. A ficha profissional do colaborador engloba os dados referentes à sua situação de origem e à sua situação actual.
2. No que respeita à situação de origem do colaborador, constam dos registos, designadamente, os dados relativos a:
 - a) Data e local do início de funções;
 - b) Carreira, área funcional e identificação da modalidade de vínculo, se aplicável;
 - c) Formas de mobilidade, se aplicável.

3. No que respeita à situação actual do colaborador, constam dos registos, designadamente, os seguintes dados:

- a) Funções exercidas;
- b) Posição e nível remuneratório ou valor da remuneração mensalmente auferida.

4. Para além dos elementos referidos no n.º anterior, devem constar igualmente, quando aplicável, os seguintes dados:

- a) Carreira de que o mesmo é detentor, área funcional e identificação da modalidade de vínculo;
- b) Formas de mobilidade;
- c) Motivos do não exercício de funções;
- d) Modalidade de horário;
- e) Abonos e subsídios auferidos;
- f) Descontos efectuados;
- g) Identificação do agregado familiar, para efeitos de protecção social;
- h) Acções de formação frequentadas;
- i) Penas ou louvores;
- j) Avaliações de desempenho e/ou classificações de serviço.

Artigo 7.º

Criação, manutenção e desenvolvimento do SIGRHARA

1. A criação, manutenção e exploração do SIGRHARA é da responsabilidade do departamento regional que tem a seu cargo a administração pública.

2. A introdução e actualização dos dados no SIGRHARA será efectuada pelos diversos serviços, no que aos seus colaboradores respeita.

Artigo 8.º

Articulação com subsistemas

Podem ser estabelecidas formas de articulação entre o SIGRHARA e outros subsistemas existentes ou a criar ao nível da administração pública, por despacho conjunto do membro do Governo que tem a seu cargo a administração pública e do membro do Governo competente.

Artigo 9.º

Segurança e privacidade

1. Os registos do SIGRHARA são confidenciais.
2. Dos suportes de informação do SIGRHARA não podem constar quaisquer dados de natureza opinativa nem respeitantes às opções políticas, partidárias, religiosas ou filosóficas dos titulares dos registos.
3. As entidades responsáveis pela gestão dos registos tomarão todas as precauções úteis a fim de garantir a segurança das informações, impedindo que as mesmas sejam deformadas ou divulgadas de forma ilícita ou para fins diferentes dos estabelecidos no presente diploma, incorrendo na respectiva responsabilidade disciplinar, civil ou criminal.

Artigo 10.º

Direito de acesso

Todo o indivíduo tem direito a tomar conhecimento do conteúdo dos registos de que sejam titulares, podendo exigir a rectificação dos dados inexactos, bem como a sua actualização, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 11.º
Utilizadores do SIGRHARA

O SIGRHARA tem como utilizadores:

- a) Os serviços com competência em matéria de gestão e administração de pessoal do departamento regional que tem a seu cargo a Administração Pública, que detêm privilégios de administração do sistema;
- b) Os serviços com competência em matéria de pessoal de cada departamento, que detêm privilégios de consulta e/ou edição dos registos relativos aos seus colaboradores;
- c) O pessoal dirigente ou outro pessoal de chefia, de que dependam hierarquicamente os trabalhadores, que detêm privilégios de consulta relativamente aos trabalhadores que estejam na sua dependência directa.

Artigo 12.º
Responsabilidade

É da inteira responsabilidade dos serviços a introdução e actualização dos dados dos colaboradores que lhe estejam afectos, designadamente no que à sua veracidade respeita.

Artigo 13.º
Norma revogatória

São revogados:

- a) O Decreto Legislativo Regional n.º 9/87/A, de 23 de Junho;
- b) A Resolução n.º 91/97, de 10 de Abril;
- c) A Resolução n.º 150/2003, de 27 de Novembro.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, em Ponta Delgada, em 1 de Junho de 2010.

O PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL, *CARLOS MANUEL MARTINS DO VALE CÉSAR*

—

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco

